

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

BENEDITA ALCIDEMA COELHO DOS SANTOS MAGALHÃES

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, PODER LOCAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS:** *a Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa, uma construção
permanente.*

Belém-Pará
2009

BENEDITA ALCIDEMA COELHO DOS SANTOS MAGALHÃES

EDUCAÇÃO DO CAMPO, PODER LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: *a Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa, uma construção permanente.*

Dissertação aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de ciências da Educação - ICED, da Universidade Federal do Pará - Mestrado Acadêmico em Educação - Linha de Políticas Públicas Educacionais, na obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ney Cristina Monteiro de Oliveira.

Belém-Pará
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA

Magalhães, Benedita Alcidema Coelho dos Santos, 1977-

Educação do campo, poder local e políticas públicas: a casa familiar rural de Gurupá-Pa, uma construção permanente / Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães ; orientadora, Ney Cristina Monteiro de Oliveira. — 2009.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

1. Educação e Estado – Gurupá (PA). 2. Educação rural – Gurupá (PA). 3. Casa Familiar Rural de Gurupá (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 370.91734

BENEDITA ALCIDEMA COELHO DOS SANTOS MAGALHÃES

EDUCAÇÃO DO CAMPO, PODER LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: *a Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa, uma construção permanente.*

Dissertação aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação - ICED, da Universidade Federal do Pará - Mestrado Acadêmico em Educação - Linha de Políticas Públicas Educacionais, na obtenção do título de Mestre em Educação.

Defesa: Belém (PA) 20 / 08 / 2009

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ney Cristina Monteiro Oliveira
Orientadora - (UFPA – ICED)

Dr. Gilmar Pereira da Silva
Examinador- UFPA- ICED

Dr^a. Maristela de Paula Andrade
Examinadora Externa -UFMA

Aos que caminham comigo e compartilham o pão, os sonhos, os desafios e o amor: Rafael, Daniel e Débora.

Aos que constroem cotidianamente a Casa Familiar Rural de Gurupá e a tornam uma semente boa no campo gurupaense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus Pai e Mãe por sua bondade e cuidado que me acompanham todos os dias.

À São Benedito de Gurupá, nosso padroeiro e intercessor. Olhai pelo povo de Gurupá.

À minha querida Mãe Graciana e minhas amadas irmãs Jacirene e Gisa, todas comprometidas com a educação.

À minha sogra e meu sogro por me apoiarem cuidando dos meus filhos, quando eu mais preciso.

À minha orientadora Professora Ney Cristina, pela leitura sempre crítica, pela simplicidade dos gestos e pela honestidade das palavras.

Ao professor Orlando Nobre Bezerra de Souza por me desafiar, incentivar, questionar e, sobretudo por acreditar na Educação do Campo.

Aos Amigos da turma de 2007, especialmente Zaira, Izabel e Vanilson pela amizade, angústias e desafios compartilhados nessa jornada.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação pela contribuição científica.

Aos professores Gilmar Silva e Maristela de Paula Andrade que aceitaram contribuir com esta pesquisa participando como examinadores da banca de defesa.

A todos os sujeitos entrevistados nessa pesquisa: Alaércio, Benildes Grings, Ivanildo, Josinaldo (CFRG), Manoel Chico (SAGRIDR/PMG), Jacirene Dias (SINTEPP), Pe. Giulio Luppi (Conselho Paroquial), Godolfredo (STR), pela fundamental contribuição à esta pesquisa. Sem vocês não seria possível desenvolvê-la.

À Casa Familiar Rural de Gurupá e as pessoas que contribuíram dando informações, e compartilhando suas experiências: os monitores Ricardo e Mateus, a assessora pedagógica Geovana (Gil) e Ricardo Junior, da equipe administrativa.

Ao amigo Genésio pela cessão de seu arquivo de fotos de Gurupá.

À Casa Familiar Rural de Gurupá pela colhida calorosa durante visita de campo.

Ao meu querido Padre Giulio Luppi por ter me ensinado valores fundamentais à vida.

Às minhas amadas Irmãs de Notre Dame de Namur, especialmente Júlia, Rebeca, Rita, Maria, Sandra e Anni por me ajudarem a olhar o mundo com amor.

Acredito que cada turma constitui como se fosse membro de uma grande família, que tá formando jovem com o objetivo não só profissional, mas de cidadania, onde consiga continuar os valores da família, da ética, da moral. Eu vejo que é um projeto alternativo para essa realidade de Gurupá [...] você não se forma simplesmente para ser empregado, mas um empreendedor, você consegue perceber como eram os jovens antes da CFR e como estão depois [...] hoje os jovens são inseridos na família, conseguem discutir, começam a ter iniciativa, a executar atividades, é um projeto alternativo.

(José Ivanildo Gama Brilhante- aluno da CFRG)

RESUMO

O estudo trata da experiência da Casa Familiar Rural do município de Gurupá, situado na mesorregião do Marajó no Estado do Pará. Discute a relação da Educação do campo, Poder Local e políticas Públicas no contexto local, enfatizando a concepção de organização Pública Não Estatal na oferta da educação do campo e da relação entre Sociedade Civil e Estado. Seu objetivo principal foi analisar as especificidades da experiência da referida Casa e suas contribuições para as políticas públicas locais bem como na constituição do poder local. O enfoque desta pesquisa foi classificado como Qualitativo, sendo o principal instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada aplicada a oito sujeitos. Além das entrevistas foram utilizados documentos e visita local. As questões que conduziram a análise dos dados foram: o que é a CFR e qual seu projeto educativo para o campesinato gurupaense? Como se estabelecem as relações entre a Casa Familiar Rural e os atores acima citados? Que políticas públicas estão sendo alcançadas em benefício da comunidade camponesa a partir dessa configuração de poder local? O que isso contribui com o âmbito local e para o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento educacional e econômico do campo? Com base na análise das informações, o estudo demonstrou que a Casa Familiar Rural de Gurupá, a partir de sua participação efetiva nos espaços públicos e na composição de parcerias com governos, com organizações não-governamentais (Ong's) e com a sociedade civil, vem influenciando, propondo e executando políticas públicas neste município, constituindo-se como importante agente na constituição do Poder Local. A pesquisa demonstrou que a Casa tem se consolidado como uma importante referência na educação do campo no município de Gurupá.

Palavras-Chave: Casa Familiar Rural – Educação do Campo - Parceria - Políticas Públicas- Poder local.

ABSTRACT

The study deals with the experience of the Rural Family Home of the Municipality of Gurupá, located in the middle region Marajó State of Pará . The studies discusses the relationship of the field of Education, Local Government and Public Policies in the local context, emphasizing the concept of organization in the State Public Non provision of rural education and the relationship between Civil Society and State. Its main objective was to analyze the specifics of the experience of that Home and his contributions to local public policies and the constitution of local government. The focus of this research was classified as Quality, being the main instrument to collect data to semi-structured interview administered to eight subjects. Besides the interviews were used documents and local visits. The issues that led to the data analysis were: what is the CFR and what their educational project for the peasantry gurupaense? As relationships are established between the Rural Family Home and the actors mentioned above? What public policies are being achieved for the benefit of farming community with this configuration of local power? What does this contributes to the local level and to strengthen a project of educational and economic development of the field? Based on the analysis of information, the study showed that the Rural Family Home of Gurupá, as of their effective participation in public spaces and the composition of partnerships with governments, nongovernmental organizations (NGOs) and civil society, has influenced proposed and implemented public policies in this city, constituting an important agent in the constitution of Local Government. The research showed that the Home has been established as an important reference in the field of education in the municipality of Gurupá.

Keywords: The Rural family Home- Countryside Education - Partnership - Public Policy- Local Power.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Forte de Santo Antonio de Gurupá	33
Imagem 2	Igreja Matriz de Santo Antonio de Gurupá	33
Imagem 3	Prefeitura Municipal de Gurupá	33
Imagem 4	Encontro de Formação de Lideranças Jovens	40
Imagem 5	Debate em grupo durante a Semana Catequética	40
Imagem 6	Visão frontal da Casa Familiar Rural	89
Imagem 7	Visão da Casa Familiar Rural	96
Imagem 8	Horta	96
Imagem 9	Laboratório de criação de alevinos	96
Imagem 10	Unidade de Estudo e Produção- Agroindústria	98
Imagem 11	Biblioteca da CFRG	99
Imagem 12	Placa na CFRG informando parcerias	102
Imagem 13	Tanque de Piscicultura	113
Imagem 14	Espaço de criação e melhoramento de Suínos	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese da Consulta Popular sobre educação de Gurupá	53
Quadro 2	Demonstrativo da oferta de ensino fundamental em Gurupá	57
Quadro 3	Casas Familiares Rurais no Pará	82
Quadro 4	Infra-estrutura da Casa Familiar Rural de Gurupá.	97
Quadro 5	Parceiros do projeto Casa Familiar Rural	103
Quadro 6	Demonstrativo de oferta de ensino médio em Gurupá	108

LISTA DE MAPA

Mapa 1	Localização do município de Gurupá	30
--------	------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACFRG	Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação por Alternância
ARCAFAR	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
ATAIC	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas
BICO	Boletim Informativo das Comunidades
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEE	Conselho Estadual de Educação
COOMAG	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
CFRG	Casa Familiar Rural de Gurupá
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ENERA	Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária
EFA	Escola Familiar Agrícola
ECOR	Escolas Comunitárias Rurais
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FPEC	Fórum Paraense de Educação do Campo
ICCO	Instituição Intereclesiástica para Cooperação do Desenvolvimento
IPAR	Instituto de Pastoral Regional
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MMG	Movimento de Mulheres de Gurupá
MOEG	Movimento de Educadores de Gurupá
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
O.S.	Organização Social
OSCI	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMG	Prefeitura Municipal de Gurupá
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
SAGRDR	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
SAF's	Sistemas Agroflorestais
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Pará
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Questões Norteadoras e Objetivos do Estudo	
Procedimentos Metodológicos	
CAPÍTULO I: ESCOLA CAMPONESA E LUTA SOCIAL EM GURUPÁ-PA	28
1.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE GURUPÁ	30
1.1.1 Aspectos Históricos do Município de Gurupá	32
1.1.2 A Igreja Católica e seus canais de mobilização	34
1.1.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais na defesa da Terra e da Educação em Gurupá	43
1.1.4 A constituição do Partido dos Trabalhadores de Gurupá	48
1.2 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE GURUPÁ	51
1.2.1 O Projeto de “Educação Pública Popular” de Gurupá	51
CAPÍTULO II: CASA FAMILIAR RURAL: SUA CONSTITUIÇÃO JURÍDICA NA OFERTA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	58
2.1 O PÚBLICO NÃO ESTATAL NA POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	58
2.1.1 A Casa Familiar Rural e sua natureza Pública Não Estatal	62
2.2 RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE PARCERIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	65
2.3 SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PARCERIA	69
CAPÍTULO III: COMPONDO PARCERIAS: A EXPERIÊNCIA DA CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ	75
3.1 O DEBATE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CASA FAMILIAR RURAL	75
3.1.1 Marco legal da Educação do Campo	78
3.2 GÊNSE DA CASA FAMILIAR RURAL NO BRASIL	81
3.2.1 Casa Familiar Rural no Pará	82
3.2.2 A Pedagogia da Alternância	85
3.3 A CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ	89
3.4 CASA FAMILIAR RURAL: TECENDO REDES DE PARCERIAS	102
3.4.1 Parceria entre Casa Familiar Rural e Secretaria Municipal de Educação	104
3.4.2 Construindo parceria com a Secretaria de Estado de Educação na oferta de Ensino Médio Técnico em Agroextrativismo	107
3.4.3 Parceria para o desenvolvimento do Campo: Casa Familiar Rural e Secretaria Agricultura e Desenvolvimento Rural	110
3.5 REPERCUSSÕES DA CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Processos educativos diferenciados e políticas públicas específicas têm marcado o debate acadêmico, a partir da década de 1990, acerca da educação do campo e de suas experiências locais, além da necessidade em compreender suas especificidades e contribuição para a construção de um processo mais amplo de educação num contexto global.

Nessa perspectiva se insere o tema de nossa pesquisa: Educação do Campo e Políticas Públicas, com seu objeto: a Casa Familiar Rural, vinculada à linha de pesquisa em Políticas Públicas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará.

A temática educação do campo faz parte da minha formação acadêmica e política, marcada pelo meu envolvimento com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde fui professora de geografia na Escola Roberto Remige, do Assentamento João Batista no município de Castanhal - Pará, no ano de 2001 e colaboradora deste movimento participando de marchas, mobilizações, reuniões, ocupações e formação de professores, desde 2000.

Na UFPA contribuí na fundação e organização do Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Agrária- NUARA no período de 2000 a 2004. Em 2004 e 2005 atuei na Comissão Justiça e Paz da CNBB, onde me aproximei ainda mais às questões relativas à violência no campo, educação e direitos humanos, em 2005 participei da fundação do Comitê Dorothy por ocasião do assassinato da Irmã Dorothy Stang, onde atuamos na perspectiva da mobilização popular, dos direitos humanos e da defesa da Reforma Agrária.

O envolvimento com a luta pela terra surgiu ainda como agente de pastoral nas comunidades eclesiais de base do município de Gurupá-Pará onde nasci e vivi até os meus 16 anos. E como assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Gurupá, no período de 2002-2003, pude me aproximar mais da temática e conhecer a experiência da Casa Familiar Rural- CFR, objeto desta pesquisa.

Foi no meu percurso acadêmico tanto na Universidade do Estado do Pará no curso de Pedagogia (2001) quanto na Universidade Federal do Pará no curso de Geografia (2005)

que a educação do campo passou a constituir-se uma indagação científica, uma questão a ser investigada. Mas, é como professora de Geografia da rede estadual na Escola Rosa Carrera Loureiro de Aquino no município de Santarém Novo - Pará que vivencio as dificuldades e desafios da educação do campo.

Para chegar à escola os alunos viajam cerca de 1 a 2 horas em transporte coletivo precário e estradas sem manutenção, a maioria desses alunos trabalha na agricultura ou na captura do caranguejo, e essa realidade não é considerada no currículo e na prática pedagógica desta escola. Até 2008 a referida escola não tinha infra-estrutura própria e funcionava precariamente em salas de aula de uma escola municipal e de uma creche, dos 11 professores, apenas 2 são daquele município, ou seja, há pouco envolvimento dos professores com a realidade e com a vida dos alunos. A Escola Rosa Carrera é uma escola no campo sem identidade com este.

Isso me motivou a estudar a educação do campo no Pará, acreditando que a educação dos camponeses constitui-se como vetor estratégico na construção de melhorias no campo, bem como para a conquista de uma efetiva reforma agrária e de desenvolvimento local.

É nesta perspectiva, que busquei desenvolver este estudo acerca da experiência da Casa Familiar Rural de Gurupá, visando compreender e sistematizar sua experiência, uma vez que ela tem sido apontada no conjunto dos debates acadêmicos e dos movimentos sociais como uma alternativa educacional na formação dos camponeses. Este visa somar-se a outros estudos que abordam essa temática a fim de contribuir para afirmar a educação do campo como direito humano e política pública.

No debate que vem sendo feito acerca da educação do campo, tem sido ressaltado um elemento que consideramos importante, que é a construção do paradigma¹ da educação do campo em contraposição ao paradigma da educação rural. Ou seja, são projetos de sociedade e modelos de desenvolvimento antagônicos, que estão em disputa no campo, especialmente na Amazônia onde, as questões sócio-ambientais e a luta pela terra estão cada vez mais acirradas.

¹ Para Thomas Samuel Kuhn (1994) paradigma são realizações científicas universalmente reconhecidas e que forneceram problemas e soluções para as questões da comunidade científica. Essas realizações são processos de construção do conhecimento que elaboram teorias, sofrem rupturas e superações por meio de revoluções científicas

De um lado, temos o paradigma da educação do campo associado à agricultura familiar, a organização camponesa e aos sujeitos do campo, das florestas e das águas. Mas quem são esses sujeitos a quem estamos nos referindo?

Para PACE (1997) na Amazônia a utilização do termo camponês é problemática porque existem muitos tipos diferentes de camponeses, porém o termo é usado para auto-identificação pelo número significativo das pessoas na Amazônia. Alerta o autor que a utilização do termo de forma atenta, crítica e historicamente contextualizada contribui para o entendimento de que podemos falar de campesinatos e não de um campesinato na Amazônia.

De acordo com o autor, outro termo singular é “povos tradicionais” este termo pode aplicar a adaptação econômica-política tanto como vista de modo geral ou conhecimento etnoecológico da população (Castro, 1997) (PACE, 1997, p.15).

Termos específicos são também utilizados para a auto-identificação: roceiros, agricultores, extrativistas, seringueiros, ribeirinhos (para a parte da população envolvida em pesca, agricultura e extrativismo), e até varzeiros e terrafirmeiros (PACE, 1997:15).

No município de Gurupá, encontramos diversas identificações para os sujeitos do campo, de acordo com suas atividades econômicas e situação geográfica. Dentre elas roceiros (para os moradores da terra firme, com atividades econômicas predominantes ligadas ao cultivo da terra) e ribeirinhos (para os moradores da Várzea, com atividades econômicas predominantes ligadas a pesca e a extração de frutos e madeira) (OLIVEIRA JR, 1991). Além disso, Agricultores, lavradores, agroextrativistas, pescadores, quilombolas. Esses são os sujeitos do campo gurupaense, que neste trabalho denominaremos de campesinato gurupaense, ou seja, aquele que cultiva a terra, que vive da pesca, da caça, do extrativismo, do uso coletivo e individual da terra, cujo regime de trabalho é de base familiar.

Neste sentido, a escolha do município de Gurupá para realizar esse estudo seu deu pelo fato deste campesinato gurupaense vir demonstrando desde a década de 1970 do século passado uma trajetória específica no processo de construção de uma educação popular, de resistência camponesa e novas perspectivas de organização e desenvolvimento local (OLIVEIRA JR, 1991).

No Pará, a defesa de um modelo de educação colada à realidade, à vivência e a cultura dos sujeitos do campo tem sido protagonizada, dentre as mais expressivas organizações, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais- ARCAFAR/Norte e Nordeste, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e apoiados por pesquisadores da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará todos reunidos e articulados no Fórum Paraense de Educação do Campo- FPEC.

De outro lado, está o paradigma da educação rural, atualmente vinculado ao agronegócio² no uso insustentável dos recursos naturais, com a utilização de grandes extensões de terra, com a homogeneização da produção, o desmatamento, o latifúndio e o trabalho escravo. A esse modelo está associada uma educação excludente, com escolas precárias, sem nenhuma preocupação com as especificidades culturais, sociais e políticas locais, sendo a educação vista apenas como suporte ao desenvolvimento urbano e a melhoria da produtividade agrícola e não como projeto de humanização.

As diretrizes e fundamentos educacionais deste segmento estão enraizados na idéia de que para os pobres do campo deve haver uma educação pobre, e para aqueles que realizam trabalho pesado no campo não é necessário maior qualificação. Ao criar uma oposição entre o lápis e a enxada mantém milhares de trabalhadores na ignorância e os distanciam ainda mais da escola.

Esse elemento de fundo é importante para compreendermos os projetos de sociedade e de desenvolvimento que perpassam o debate da educação do campo. A experiência que ora apresentamos e discutimos está inserida neste contexto de disputa no campo.

A Casa Familiar Rural, mesmo diante das adversidades políticas, econômicas e sociais que perpassam a sua efetivação, tem buscado em seus princípios e metodologia, construir uma Casa-escola que dignifique o homem e a mulher do campo, que respeite a diversidade ecológica e cultural e forme pessoas capazes de tomar em suas mãos o seu próprio destino.

A Casa Familiar Rural de Gurupá completou no ano de 2008, 8 anos de funcionamento e 10 anos da fundação da Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá. A

² Para Fernandes (2004) o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É o nome moderno da agricultura capitalista.

Casa é uma instituição educativa de ensino, que visa oferecer aos jovens do meio Rural uma formação integral adequada a sua realidade, permitindo-lhes atuarem no futuro como profissionais do campo. O projeto Casa Familiar Rural é conduzida pela Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá, composta por famílias de camponeses do município, que por sua vez elege em Assembléia Geral um Conselho de Administração que tem dentre as suas principais atribuições participar do processo educativo dos jovens e administrar o projeto (ARCAFAR/ NORTE e NORDESTE, S/D).

Desde sua inauguração formou três turmas com um total de 93 jovens, ao final do curso os jovens recebem um certificado referente ao ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. A CFR tem se proposto, dentre outras coisas, a consolidar uma concepção de educação do campo no município que aponta para o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização da identidade do jovem do campo, dando centralidade aos processos educativos que potencializam o fortalecimento das redes locais, o cooperativismo, a sustentabilidade dos processos produtivos, o respeito à biodiversidade amazônica e a formação integral (ARCAFAR, 2000b)

As primeiras discussões sobre uma educação preocupada com a formação dos sujeitos do campo em Gurupá surgiu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 1996, por ocasião da realização do Congresso desta entidade. O STR motivado pela implementação da Casa Familiar Rural do município de Medicilândia, em 1994; pela necessidade de uma educação específica para o campo gurupaense e a continuidade de formação de lideranças com mais autonomia em relação à Igreja Católica, visto que esta se constitui no principal espaço de formação de líderes locais, apostou na implantação de uma Casa Familiar Rural em Gurupá.

A pesquisa possibilitou perceber que o processo de implementação da CFRG foi marcado por intenso debate e participação dos camponeses locais que se envolveram em mutirões na sua construção. Esta tem cumprido um papel importante na política educacional do município, formando profissionais do campo, fomentando o debate na sociedade acerca da educação dos camponeses, exigindo do poder público maior responsabilização com a qualidade da educação ofertada para os jovens e participando efetivamente da política educacional local.

A organização da CFRG faz parte de uma dinâmica maior que envolve a história do Movimento Social de Gurupá. Por isso, buscamos analisar o processo de educação popular e de resistência camponesa a partir da década de 1970, quando iniciaram a organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), sobre esse aspecto abordaremos com mais detalhe no primeiro capítulo.

A partir desse contexto se fundamenta nossa pesquisa e procuramos responder nessa dissertação as seguintes questões: o que é a CFR e qual seu projeto educativo para o campesinato gurupaense? Como se estabelecem as relações entre a CFR, a Secretaria de Agricultura, de Educação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará e o Conselho Paroquial? Que políticas públicas estão sendo alcançadas em benefício dos camponeses gurupaenses a partir dessa configuração de poder local? O que isso contribui com o campesinato local, e para o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento educacional e econômico do campo?

Nesse sentido o objetivo geral da dissertação consiste em analisar as especificidades dessa experiência em educação do campo, além de suas contribuições para as políticas públicas locais e na constituição do poder local.

Os questionamentos propostos neste estudo buscam alcançar os seguintes objetivos específicos:

a) analisar a proposta educativa da Casa Familiar Rural de Gurupá e seu projeto para o campesinato local;

b) analisar as relações de parceria existentes entre a CFR e atores locais (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SINTEPP e Conselho Paroquial) e configuração de poder local;

c) Analisar as possíveis implicações dessas parcerias na formulação e na implementação em políticas públicas locais.

O estudo foi desenvolvido no período de março de 2007 a março de 2009. No primeiro ano, realizamos revisão bibliográfica o que permitiu uma compreensão do contexto das políticas públicas no Brasil, em especial, aquelas voltadas para a educação do campo, além do aprofundamento de categorias como participação, parceria e poder local

que perpassam toda a dissertação e nos ajudaram a compreender o processo educacional do campo em que está inserida a Casa Familiar Rural de Gurupá.

O levantamento bibliográfico visou contextualizar o objeto de pesquisa e ao mesmo tempo iniciar o processo de construção do arcabouço teórico que deu suporte à investigação. Constituindo-se em uma atitude permanente em todas as etapas do estudo.

Os documentos estudados sobre a CFR foram: O Estatuto da Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (1998), O programa de Educação Rural para o Pará (S/d), O Regimento da Unidade de Formação da Casa Familiar Rural (2000a), a Proposta Pedagógica das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (2000b) e o Manual das Casas Familiares Rurais do Pará.

O trabalho de campo ocorreu no mês de julho de 2008, onde realizamos entrevistas, visitas de campo à CFRG, à entidades e órgãos públicos, na ocasião reunimos documentos, constituímos um acervo fotográfico e participamos de alguns eventos que estavam ocorrendo naquele período (Semana Catequética, Encontro de Formação de Lideranças Jovens, Encontro dos Foliões, lançamento da campanha contra a corrupção eleitoral) e isso nos permitiu conversar com algumas lideranças vindas do campo e obter mais informações sobre a situação local.

A construção da trajetória para consecução dos objetivos teve como ponto de partida a abordagem Qualitativa, cujas características englobam: a teoria como uma reflexão da prática; a compreensão da realidade; a descrição do fato onde ocorre o acontecimento; a profundidade nos diferentes motivos dos fatos; a visão do indivíduo enquanto sujeito interativo, comunicativo, que compartilha significado (SERRANO,1994).

Neste percurso, o estudo vai se delimitando no decorrer de seu desenvolvimento, pois os fatos reais, as interações sociais fazem surgir questões acerca do tema, ou seja, as dificuldades vão sendo apresentadas e discutidas a fim de um melhor entendimento sobre o assunto. Chizzotti (2001, p. 79) esclarece que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Chizzotti nos faz refletir sobre o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, numa relação de interdependência entre o mundo objetivo que se deseja conhecer e a subjetividade do pesquisador, compartilhamos com o autor a compreensão de que

O pesquisador está marcado pela realidade social, toda observação está possuída de uma teoria, o texto não escapa a uma posição no contexto político, e a objetividade está marcada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante (CHIZZOTTI, 2001, p. 11)

Nas metodologias qualitativas, os sujeitos de estudo não são reduzidos a variáveis isoladas ou a hipóteses, mas vistos como parte de um todo. Considera-se que ao reduzir pessoas a agregados estatísticos, perde-se de vista a natureza subjetiva do comportamento humano.

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001, p.79).

É nessa interação dinâmica com a realidade e com os sujeitos, que lançamos um olhar sobre a Casa Familiar Rural de Gurupá, que não é definitivo, nem fechado, mas deixa interrogações para outras pesquisas e outros olhares que se propuserem a desdobrar-se sobre a temática.

Para isso, adotou-se a metodologia do **Estudo de Caso** que nos possibilitou maior aproximação com o objeto em foco, uma vez que, esta permite a partir da abordagem qualitativa melhor compreensão dos significados do fenômeno estudado. Para De Bruynet et al (1975) apud Lessard-Hérbert et al (1990) o Estudo de Caso caracteriza-se por tomar por objeto um fenômeno contemporâneo situado no contexto da vida real, possibilitando ao pesquisador utilizar fontes múltiplas de dados.

De acordo com Zayas (1995, p. 14) as etapas do processo do Estudo de Casos podem ser as seguintes: a escolha da unidade de análise, a determinação das categorias (funções e relações) a observar, a determinação da modalidade das entrevistas (aberta,

semi-estruturadas, ou estruturadas), a identificação de outras questões ou dados que se consideram relevantes em função dos objetivos do estudo (é importante a perspectiva subjetiva do sujeito), a interpretação qualitativa, e conclusões.

A Casa Familiar Rural como unidade de análise constitui-se como um elemento da contemporaneidade, que possui características similares e específicas em relação às outras Casas Familiares Rurais do Estado do Pará. Para Zayas (1995, p.12) o Estudo de Caso “é a análise de uma situação real que implica algum problema específico”.

Neste sentido apontamos como similaridade o referencial teórico-metodológico utilizado pelas CFRs, a Pedagogia da Alternância. Além do fato, delas surgirem a partir de uma demanda dos camponeses. Como especificidades destacam-se alguns elementos, tais como: o contexto diferenciado de organização, participação e resistência camponesa em que a Casa Familiar Rural de Gurupá está situada, o reconhecido papel e atuação da esquerda no processo de democratização da sociedade em Gurupá, e por estabelecer parcerias técnicas, financeiras e políticas com o governo local e outras entidades de maneira bastante definida, sem que isso interfira na autonomia da Casa.

No que diz respeito à CFR de Gurupá e o Poder Local existente vale registrar que a literatura tem apontado para a existência de mecanismos de construção de novas relações, de inovações no sentido da gestão, distribuição e participação da população no processo de formulação, implantação e controle social das políticas públicas municipais. O Poder Local (DOWBOR, 1999, 2006) envolve a participação ativa e protagonista da Sociedade Civil, capaz de modificar o seu contexto, criar espaços democratizantes e influenciar na elaboração e na execução das políticas públicas.

Essa forma de gestão que se potencializa no espaço local, tem se consolidado a partir de um modelo de parcerias, que ora pode ser entendido numa lógica privatista do serviço público, na transferência de recursos para a sociedade civil e na consolidação da ação de organizações públicas não estatais (PEREIRA, 1997, 1999, 2001). Ora pode ser ressignificada como instrumento da sociedade civil para garantir o acesso a direitos essenciais, ampliando a participação social, o controle da sociedade sobre o Estado e maior democratização da sociedade (MUNARIM, 2005; DAGNINO, 2002, 2004).

Para entender como isso ocorre na prática e para alcançar os objetivos de nossa pesquisa realizamos entrevistas semi-estruturadas. Para Flick (2004) é uma característica da entrevista semi-estruturada, que questões mais ou menos abertas sejam levadas à situação de entrevista na forma de um guia da entrevista na expectativa de que os entrevistados respondam livremente. Considerando a subjetividade dos tópicos a serem abordados.

Os sujeitos entrevistados foram: os Secretários de Educação³ e de Agricultura por estarem diretamente ligados a política educacional e política agrícola, assistência técnica e o apoio a produção familiar no município respectivamente e serem parte do governo local; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por ser a entidade de classe legal representante dos trabalhadores rurais e de onde surgiu a discussão da implantação de uma CFR em Gurupá; o presidente do Conselho Paroquial, por ser um dos primeiros espaços de formação e articulação do campesinato local, uma coordenadora (a) do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará- Sub-sede Gurupá, por estar vinculado à luta em defesa de uma educação, gratuita e de qualidade; uma técnica pedagógica, um monitor, e dois alunos que estão estudando na CFR desde a sua inauguração, por estarem diretamente ligados a política educativa da Casa.

Mas quem são esses sujeitos? Descreveremos de forma breve cada um deles e com isso justificamos as razões que nos levaram aos mesmos para serem informantes-interlocutores nesta pesquisa.

O Secretário Municipal de Agricultura, Sr. Manoel Francisco Evangelista, popularmente conhecido como “Mané Chico” era morador do rio Moju, uma das primeiras localidades a criar resistência contra o patronato, na disputa econômica e política local na década de 1970, atualmente vive na sede do município, é membro do Conselho Nacional do Seringueiros, foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligado a uma chapa organizada pelos próprios trabalhadores que incansavelmente lutou pela tomada deste sindicato na década de 1980, fundador do Partido dos Trabalhadores em Gurupá, membro das Comunidades Eclesiais de Base, teve sua formação inicial na Igreja Católica de Gurupá, exerce pelo terceiro mandato, o cargo de Secretário de Agricultura (2001-2004; 2005-2008; 2009...).

³ O Secretário de Educação no período do trabalho de campo era o Sr. Antonio Alho, porém, este assumiu a candidatura a vice-prefeito e deixou a secretaria, substituindo-o a Sr^a Betiza Ferreira, dada a intensidade da campanha eleitoral não foi possível conciliar agenda com o Sr. Antonio Alho para a entrevista. Procuramos inúmeras vezes a secretária em exercício, mas todas as reuniões agendadas com ela não foram concretizadas.

Raimundo Godofredo da Costa Veiga, camponês, membro das Comunidades Eclesiais de Base, morador do Rio Moju, militante do Partido dos Trabalhadores, assume a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no período de 2005 a 2008.

Padre Giulio Luppi, italiano, chegou a Gurupá em 1971, missionário da Congregação do Preciosíssimo Sangue, estudioso, militante da Teologia da Libertação, iniciou a organização das Comunidades Eclesiais de Base em Gurupá e impulsionou a formação das lideranças, foi diversas vezes acusado de comunismo pelas oligarquias locais, denunciado nos jornais de Belém como agitador, criou as bases para um processo enraizado de construção de participação, diálogo e organização em Gurupá.

Maria Jacirene Coelho Dias, professora da rede municipal há 15 anos, compõe a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará-Sub sede Gurupá, iniciou sua atuação política neste sindicato, é atual Secretária Municipal de Educação de Gurupá (2009...).

Benildes Grings moradora do município de Uruará-PA, chegou em Gurupá em 1993 para assumir o cargo de Secretária Municipal de Educação (1993-1996), pedagoga, com ampla experiência na organização das Casas Familiares Rurais no Estado do Pará, compõe a coordenação da Associação das Casas Familiares Rurais do Pará, ajudou a fundar a Casa Familiar Rural de Gurupá, trabalha na assessoria pedagógica desta Casa. Ao final desta pesquisa havia deixado a assessoria da CFRG.

Alaércio Pantoja monitor da Casa Familiar Rural, formado na Escola Agrotécnica de Castanhal atual Instituto Federal de Educação-IFPA, filho de camponeses do Rio Marajoí no município de Gurupá, tem contribuído com a formação dos jovens e administração da Casa Familiar Rural de Gurupá.

José Ivanildo Gama Brilhante, 27 anos, pertence a comunidade São Raimundo na Ilha de São Salvador, no município de Gurupá, camponês, exerce atividades de pesca, criação de animais e extrativismo do açaí, membro do Sindicato dos trabalhadores rurais de Gurupá, é aluno da Casa Familiar Rural, membro da primeira turma, ingressa em 2000, dando continuidade aos seus estudos na Casa, cursa o 2º ano do ensino médio Técnico em Agroextrativismo. É presidente da Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá-

COOMAG (2006-2009), foi coordenador de grupo de jovens da Pastoral da Juventude- PJ da Igreja Católica.

Josinaldo Carvalho dos Santos, camponês, exerce atividade de pesca, criação de animais, manejo e extrativismo do açaí, é morador do Rio Uruaí no município de Gurupá, aluno da primeira turma da Casa Familiar Rural, continua seus estudos na Casa cursando o 2º ano do ensino médio Técnico em Agroextrativismo, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, atuou na Pastoral da Juventude da Igreja Católica, contribui na equipe administrativa da Casa Familiar Rural.

Nas entrevistas buscou-se alcançar os seguintes objetivos: a) análise da proposta educativa da Casa Familiar Rural do município de Gurupá; b) análise das relações existentes entre a CFR e atores locais (Secretaria Municipal de educação, Secretaria Municipal de agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SINTEPP, e Conselho Paroquial); c) análise dos possíveis desdobramentos dessa relação nas políticas públicas locais.

A dissertação está estruturada em quatro partes:

O primeiro capítulo enfoca o contexto histórico do município de Gurupá, a trajetória de educação popular e resistência camponesa, com destaque para os três principais espaços de organização e formação do campesinato local: a Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Partido dos Trabalhadores. Realidade em que está inserida a Casa Familiar Rural de Gurupá.

O segundo capítulo analisa a constituição jurídica da Casa Familiar Rural na oferta da educação pública, sua natureza Pública Não Estatal, bem como a relação Estado - Sociedade Civil na construção de políticas públicas. Além disso, busca ressignificar a idéia de parceria que se desenvolve no seio do movimento social, entendendo-a na lógica de democratização da sociedade.

No terceiro capítulo apresenta e discute a experiência da Casa Familiar Rural, sua política educativa, a constituição de parcerias na configuração de poder local e as suas repercussões no desenvolvimento local. Sendo a configuração de Poder local vista como mecanismos de construção de novas relações, de inovações no sentido da gestão,

distribuição e participação da população no processo de formulação, implantação e controle social das políticas públicas municipais.

Nas considerações finais sistematizamos os resultados alcançados pelo trabalho, retomando o objetivo central que é analisar a experiência da Casa Familiar Rural e suas contribuições para as políticas públicas locais e na constituição do Poder local.

CAPÍTULO I

ESCOLA CAMPONESA E LUTA SOCIAL EM GURUPÁ-PA

A busca por compreender a experiência da Casa Familiar Rural de Gurupá (CFRG)⁴ não deve desvincular-se de um entendimento de seu contexto local e nem tampouco de fazer referências às forças globais que exercem influência sobre as políticas sociais e práticas cotidianas.

Nas últimas décadas tem se multiplicado as experiências educativas do campo, algumas delas, com caráter alternativo ao modelo de educação formal. A Casa Familiar Rural tem se destacado como uma expressão significativa desse processo.

No campo amazônico manifestam-se realidades bastante diversificadas. Do ponto de vista sócio-econômico e ambiental temos riqueza e abundância, a maior biodiversidade do planeta. Ao mesmo tempo, a vida humana encontra-se ameaçada pelos grandes projetos, pela grilagem de terra, trabalho escravo, violência e ausência de políticas públicas adequadas e viáveis.

Para Hurtienne (200, p.177) a Amazônia tem sofrido transformações profundas na sua estrutura econômica, demográfica e ecológica nos últimos 35 anos, em função principalmente dos programas governamentais de desenvolvimento implementados na região.

A construção de rodovias, os programas de colonização oficiais e privados, a migração espontânea e os incentivos fiscais levaram ao desmatamento de mais ou menos 14% da área amazônica e à criação de paisagens agrárias variadas perto dos eixos viários, onde se concentra a maioria da sua população rural.

Continua o autor argumentando

Grande parte da população rural é de agricultores com estabelecimentos de pequeno e médio porte (agricultura familiar) com até 200 ha,

⁴ A partir deste momento utilizaremos nesta dissertação a sigla CFRG quando nos referirmos a Casa Familiar Rural de Gurupá

principalmente nos Estados do Pará e Rondônia. A produção desses agricultores é destinada basicamente ao abastecimento dos mercados locais, regionais e nacionais [...] Por isso, o desenvolvimento sustentável rural passa pelo desenvolvimento de sistemas de uso da terra/ sistemas de produção sustentáveis adaptados às condições de produção da agricultura familiar nas vastas áreas que já tem sido alterada nos últimos trinta anos.

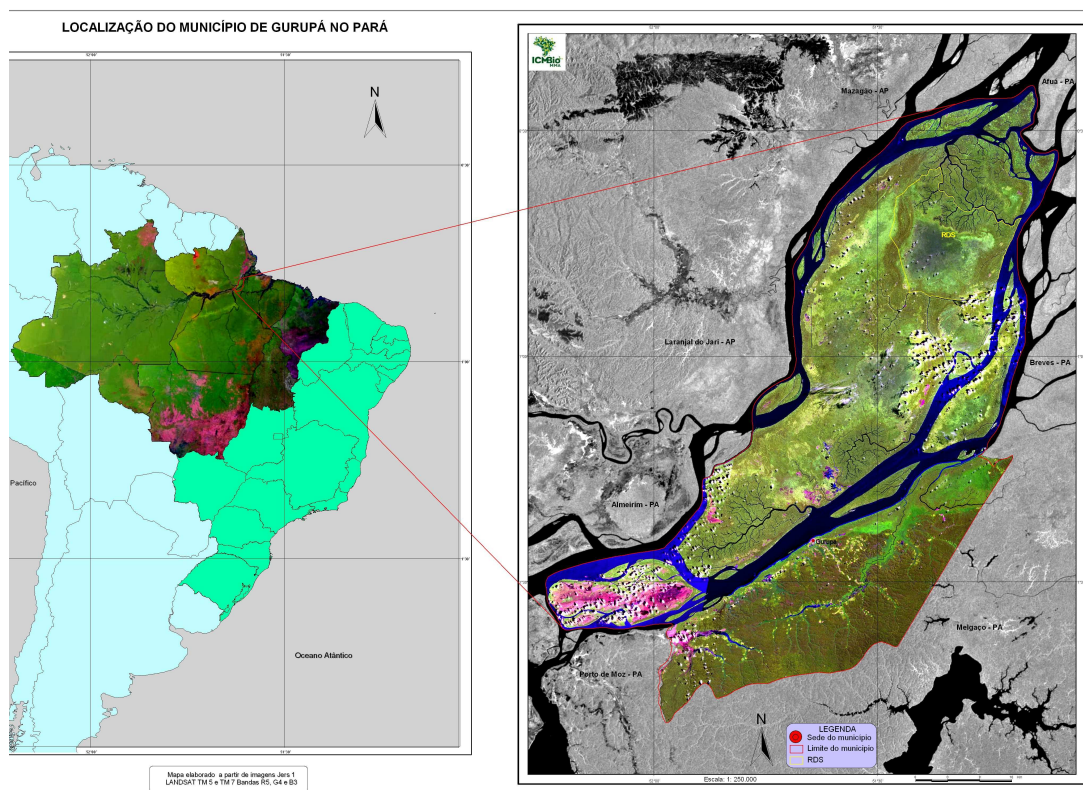
O autor chama atenção para a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local e sustentável na Amazônia que acaba por se opor ao modelo de desenvolvimento hegemônico na Amazônia que tem priorizado o agronegócio cuja produção é baseada em escala industrial utilizando grande extensão de terras, provocando desmatamento e conflitos agrários.

Chamamos a atenção para esse aspecto, pois a CFRG situada no contexto amazônico tem buscado fortalecer as práticas de Agriculturas Familiares, articuladas a educação e ao desenvolvimento, trazendo para o centro do debate a formação dos camponeses a quem historicamente foi negado o direito à educação pública.

Este capítulo busca apresentar o contexto de organização e participação da sociedade civil do município de Gurupá, locus de nossa pesquisa, para que possamos perceber as razões que levaram esta sociedade a almejar uma educação colada a sua realidade e que potencialize um desenvolvimento endógeno e sustentável.

1.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE GURUPÁ

O município de Gurupá, local de estudo desta dissertação situa-se geograficamente na mesorregião do Marajó e na Microrregião de Portel, área conhecida como região das ilhas. Distancia-se 500 km da capital paraense por via fluvial, levando de 26 a 30 horas de viagem de navio.



MAPA 1:Localização Geográfica do Município de Gurupá
Fonte: Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade-ICMBIO-MMA, 2009.

Para Treccani (2006) a cidade de Gurupá pouco difere das demais cidades ribeirinhas espalhadas pela Amazônia, que apesar de ser corredor de passagem, utilizado secularmente, permanecem marcadas pelo isolamento e praticamente pela ausência de políticas públicas apropriadas.

Em relação à sua economia as principais atividades econômicas são o extrativismo florestal, principalmente do fruto, da madeira e do palmito do açaí (*Euterpe Oleraceae*

Mart), e o extrativismo aquático, sobretudo a pesca de camarão. Esta atividade contribui com cerca de metade da renda das famílias ribeirinhas (PINTO, 2005).

De acordo com Pinto (2005) iniciativas inovadoras dos pescadores gurupaenses tem se destacado regionalmente e se tornado referência para a construção de políticas públicas em âmbito estadual. É o caso do “armazenamento dos camarões em pequenos viveiros flutuantes”, com a finalidade de esperar o comprador do produto *in natura* e minimizar as perdas advindas da mortandade decorrente do precário acondicionamento nos viveiros tradicionais, da superpopulação e da falta de oxigenação.

Essa experiência de manejo de camarão de água doce pretende ser transformado em política de governo, no âmbito do Programa Pará Rural. A iniciativa concorreu com 658 experiências e ganhou o prêmio Tecnologia Social 2005, categoria Região Norte, promovido pela Fundação Banco do Brasil (PINTO, 2005).

O manejo de camarão de água doce é fruto de um trabalho desenvolvido pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional- FASE-Gurupá⁵ junto aos pescadores do município. Em sua etapa inicial a FASE estabeleceu parceria com Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (Ataic) e com o Grupo de Mulheres em Ação da Ilha das Cinzas, envolvendo no projeto 40 famílias, estendendo-se posteriormente a mais 8 famílias, e com a difusão da técnica envolve atualmente cerca de 200 famílias ribeirinhas.

No que se refere à estrutura geo-ecológica do município o movimento das águas configura duas estruturas: a **Várzea** que ocupa 59,9% da superfície total do município e são consideradas “trechos de terras inundáveis periodicamente pelas águas do rio” e a **terra firme** ocupando 23,8% da superfície total do município “são trechos de terra que não sofrem as inundações periódicas das águas”. Por esta razão Oliveira Jr. (1991) caracterizou o campesinato local como *ribeirinhos*, os moradores da várzea, e *roceiros* moradores da terra firme.

O município possui uma população de 25.685 habitantes, sendo que 6.585 habitantes estão na cidade e 16.499 habitantes estão no campo (IBGE, 2005). Portanto, a maior parte da população vive nas áreas ribeirinhas ou de terra firme das localidades rurais,

⁵ A FASE é uma Organização Não-governamental fundada no Rio de Janeiro em 1961, atua com assessoria e assistência técnica aos movimentos sociais do campo. Em Gurupá esta organização chegou em 1997.

é desses lugares que advém as principais demandas sociais e educacionais por políticas públicas específicas.

1.1.1 Aspectos Históricos do Município de Gurupá

A cidade de Gurupá situada à margem direita do Rio Amazonas, possui posição estratégica privilegiada, de onde se pode ver a entrada do rio Amazonas e a saída para o Rio Xingu, por isso, teve papel de destaque no processo de colonização da Amazônia. Por esta razão sua ocupação foi marcada pela disputa colonialista e mercantilista entre países europeus conforme podemos elucidar em Oliveira JR (1991, p.4).

Em Gurupá ocorreram disputas mercantilistas e colonialistas entre países Europeus (Portugal, Espanha e Holanda); foi base de apoio militar para a expansão do domínio Português na Amazônia e de controle das invasões estrangeiras, dada sua localização privilegiada próximo a foz do Rio Amazonas. Capitania real e ponto de comércio das Drogas do sertão, local de base e concentração das tropas de “resgate” e “descimento” para captura e escravização dos povos indígenas. Foi posteriormente ocupada pelos cabanos e neste mesmo período, de lá saíram as primeiras partidas da borracha para serem exportadas pelo porto de Belém.

Essa importância histórica que o município de Gurupá teve no processo de ocupação da Amazônia é conservada em algumas construções antigas, como podemos observar na arquitetura do Forte de Santo Antonio, base de militarização européia na Amazônia, no prédio da Igreja Católica e no prédio da Prefeitura Municipal de Gurupá, sendo que os dois últimos representam simbolicamente o poder que se configura no espaço local atual.



IMAGEM 01: Forte de Santo Antonio de Gurupá
Fonte: Acervo de Genésio Oliveira (março de 2008)



IMAGEM 02: Igreja Matriz de Santo Antonio de Gurupá
Fonte: Acervo de Genésio Oliveira (março de 2008)

IMAGEM 03: Prefeitura Municipal de Gurupá
Fonte: Acervo de Genésio Oliveira (março de 2008)

Charles Wagley pesquisador norte-americano esteve em Gurupá em intervalos de tempo que variam entre 1942 a 1948 e desenvolveu um estudo antropológico do modo de vida da população local, resultando em uma obra famosa denominada “Uma comunidade Amazônica”, cuja primeira edição foi publicada em 1956. Neste estudo o autor destaca a importância histórica de Gurupá, que recebeu em sua obra o nome fictício de Itá

A situação de Itá, em uma ribanceira que domina uma extensa paisagem do principal canal do Amazonas dava-lhe grande importância estratégica. Os barcos que subiam e desciam eram obrigados a parar em Itá para pagar impostos, sendo o forte um ponto de controle eficaz contra possíveis invasões estrangeiras. Em vistas de ser a vila ponto de controle,

grande parte dos que viajavam pelo Amazonas tinham que lá pousar, e vários a ela se referem brevemente. O cientista francês Charles de La Condamine esteve em Itá durante três dias, em 1743, e recebeu honras devidas a hóspedes ilustres.(...) Diz ele que Itá era o centro da influência portuguesa no Baixo Amazonas (WAGLEY, 1988, p.65)

O município de Gurupá conheceu seu momento de glória e decadência no período da borracha, final do século XIX e meados do século XX. Conforme Wagley (1988) Itá atingiu as profundezas da decadência e do abandono, chegando a ser considerada como cidade fantasma, ou seja, a administração política que lá se estabelecia fora transferida com o colapso da borracha, muitas famílias mudaram-se da vila, os comerciantes fecharam suas lojas e mudaram-se da cidade, falidos ou desanimados, a população local abandonou a extração da borracha e retornou à pequena agricultura e a população da vila foi diminuindo passando a viver ali apenas 300 pessoas.

O atual momento histórico de Gurupá é fruto de intenso processo de resistência do campesinato, que se deu a partir da década de 1970, contra o capital mercantil e suas formas de exploração humana e sócio-ambiental. As resistências econômica e política se davam em quatro frentes articuladas: primeiro, através da organização das cantinas comunitárias, para que o trabalhador não necessitasse mais comprar no comércio do patrão e ficasse preso a ele através de suas dívidas; isso só foi possível a partir, da segunda frente, a organização das Comunidades Eclesiais de Base, que articulavam e conscientizavam o trabalhador rural de seus direitos; a terceira frente, refere-se a luta pela tomada da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por parte dos trabalhadores rurais, e a quarta frente, diz respeito a organização político-partidária, com a fundação do Partido dos Trabalhadores, e as disputas nos pleitos eleitorais local.

Ao longo desses anos a constituição de espaços e canais de participação e mobilização da Sociedade Civil em Gurupá tem configurado uma relação de equilíbrio e força entre Estado e Sociedade na perspectiva da construção de espaços democráticos e de políticas públicas efetivas, como veremos a seguir.

1.1.2 A Igreja Católica e seus canais de mobilização

O município de Gurupá possui uma rica história de organização, resistência e educação popular, iniciada desde a década de 1970 com a chegada do Padre italiano Giulio

Luppi em 1971 que iniciou a organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Bases - CEB's.

De acordo com Oliveira Jr. (1991) Petit (1996) e Lopes (2004) a Igreja Católica vem cumprindo um papel de destaque no processo de organização da Sociedade Civil de Gurupá, uma vez que inspiradas na Teologia da Libertação, se assume como “Igreja povo”, “Igreja libertadora”⁶.

Essa perspectiva teológica que orienta a Igreja Católica de Gurupá tem suas raízes na Teologia da Libertação difundida na América Latina após a realização do Concílio Vaticano II (1965) e da III Conferências Geral do Episcopado latino Americano (Medellín, 1968) que redefiniram as diretrizes de atuação da Igreja fazendo “uma opção preferencial pelos pobres” (GUTIERREZ, 1975).

Michael Löwy assim resume a doutrina e fins da Teologia da Libertação:

1- Um implacável requisitório moral e social contra o capitalismo dependente, seja como sistema injusto, iníquo, seja como forma de *pecado estrutural*. 2- A utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes. 3 - Uma opção preferencial em favor dos pobres e da solidariedade com a sua luta pela auto-libertação. 4 - O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres, como uma nova forma da Igreja e como alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista. 5 - Uma nova leitura da Bíblia, voltada principalmente para as passagens como o Êxodo-paradigma da luta de libertação de um povo escravizado. 6 - A luta contra a *idolatria* (e não o ateísmo) como inimigo principal da religião - isto é, contra os ídolos da morte, adorados pelos novos faraós, os novos Césares e os novos Herodes: Mamom, a Riqueza, o Poder, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a "Civilização Ocidental". 7 - A libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo, como Reino de Deus. 8. Uma crítica da teologia dualista tradicional como produto da filosofia platônica grega e não da tradição bíblica - nas quais as histórias humana e divina são distintas, mas inseparáveis. (LÖWY, 1991, p. 27-28)

Para Gutierrez (1975) é papel da igreja, fazer a denúncia profética e pública, que represente um questionamento radical da ordem atual, a igreja deve criticar-se a si própria, como parte integrante dele, se posicionar, ter gestos comprometidos e confrontar a situação com a realidade que se anuncia: um mundo novo, uma nova sociedade, o Reino de Deus.

⁶ Essas expressões aparecem com frequência no Boletim Informativo das Comunidades- BICO (1985, 1986).

A idéia de uma igreja povo, uma igreja libertadora tem orientado a atuação pastoral da Igreja de Gurupá. Padre Giulio é um personagem emblemático no processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras em Gurupá e permanece como vigário da paróquia até os dias atuais. Em 1982 o Jornal a “A folha de Belém” estampava em primeira página: “A Igreja de Gurupá é centro de subversão” dizia ainda “Em Gurupá, Padre italiano é agitador” (OLIVEIRA JR, 1991).

Para o Padre Giulio Luppi o papel da Igreja Católica na organização da sociedade civil em Gurupá

é de ser um instrumento a serviço da vida do povo, então o papel da igreja relacionado à sociedade civil, é a partir dessa ótica. Organização de uma sociedade que tenha o povo como primeira referência. A igreja se quer prestar um serviço, deve se colocar justamente no acompanhamento das lutas do povo, na organização do povo e como povo organizado são as lutas. Tentando cada vez mais ajudar, sobretudo no papel, no processo de construção de consciência, de consciência cristã, de consciência cidadã. Então, mais isso é processo, não é certo aquilo de querer a igreja assumir o papel que é do povo. E fazer isso com bem liberdade de posicionamento, nosso papel é de ser presença crítica, pode até não ser bem entendido esse papel e o concreto dessa presença crítica que alerta, porque é fácil se usar o popular, o nome popular, apelidar de popular, mas saber de verdade se o povo está participando (!), às vezes ta fazendo toda uma caminhada, mas continua sendo protagonista dessa caminhada? Ou é colocado a executar o que grupos determinam, conversam. (entrevista no dia 20 de julho de 2008)

Esse depoimento demonstra qual tem sido o lugar da Igreja Católica de Gurupá no acompanhamento, na organização das lutas e na formação dos camponeses gurupaenses, cumprindo um papel importante na constituição do poder local. Padre Giulio Luppi concebe a Igreja enquanto instrumento que deve estar a serviço da vida das pessoas mais sofridas e abandonadas da sociedade. A atuação da Igreja deve ter como principal referência as demandas e necessidades do povo, acompanhando as suas lutas, suas organizações, criando uma consciência crítica, engajada, participativa.

Quando padre Giulio Luppi fala que não é tarefa da Igreja assumir o papel do povo, ele deixa explícito que não concorda com a visão de uma Igreja assistencialista que não possibilita o crescimento do povo. Ele reconhece a autonomia dos movimentos sociais e destaca a necessidade dos trabalhadores assumirem a construção de sua história, sendo protagonista, e não manipulados por interesses de outros grupos, que buscam se aproveitar

com um falso discurso de participação e acabam emperrando crescimento dos trabalhadores e de suas organizações.

Ao falar que a Igreja Católica é mal interpretada quando assume uma postura crítica, refere-se aos posicionamentos críticos da Igreja em relação a algumas atitudes da administração local, que se anuncia “popular”, mas que segundo ele não favorece, em determinados momentos, uma participação efetiva dos trabalhadores nas decisões, elaborações e no acompanhamento das políticas e gestão dos recursos públicos.

Petit (1996, p.222) ao fazer referencia a atuação do Padre Giulio e do papel da Igreja Católica na organização dos trabalhadores em Gurupá destaca

Partidário da Teologia da libertação, o padre Giulio orientou a sua prática pastoral a favor das classes populares e começou a fundar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS's) na cidade e em quase todas as comunidades rurais. (...) As sessenta CEB's que existiam em 1981 converteram-se nas sementes da organização dos trabalhadores rurais contra a direção “pelega” do STR e da criação do partido do padre, ou Partido da Igreja, como muitos gurupaenses denominavam inicialmente o PT.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas no Brasil e na América Latina pela luta contra as ditaduras militares e pela democratização política, nesse período a perspectiva teológica da Libertação inspirava e animava os cristãos numa prática engajada e politizada. Esse processo expandiu-se não só com a constituição das CEB's, mas também com a disseminação da idéia de uma educação popular e libertadora inspiradas nas obras de Paulo Freire.

Os movimentos sociais que emergiram no final dos anos 70 e, principalmente, na década de 80, em grande parte foram impulsionados pela atuação da Igreja Católica empolgada pela opção pelos pobres. O discurso eclesial adepto da teologia da libertação valorizava a questão da autonomia popular atribuindo para as Ceb's a missão de impulsioná-la.

Porém, essa postura comprometida e engajada da Igreja Católica, fortalecida nas décadas de 1970 e 1980 na América Latina, torna-se marginal nos anos posteriores, constituindo-se uma ameaça para a própria Igreja Católica. Atualmente a Teologia da

Libertação incomoda a política oficial do Vaticano, e isso torna a Igreja de Gurupá singular, pois no atual contexto de crescimento dos movimentos pentecostais, de igrejas do resultado, da prosperidade, esse modelo de igreja deixou de ter força e expressividade e passou a sua condição de minoria no seio da Igreja Católica.

Lopes (2004) em seu estudo intitulado “Folias, Irmandades e Festejos: transformações e Resistência do Catolicismo Popular em Gurupá-Pa” apresenta a Folia de São Benedito de Gurupá como referência histórica e como prática popular, que resistiu a política oficial de romanização da Igreja Católica. Lopes propõe uma reflexão sobre as transformações e resistências do catolicismo popular de Gurupá em oposição ao catolicismo oficial.

Em Gurupá existem atualmente 78 Comunidades Eclesiais de Base distribuídas territorialmente em todo o município de Gurupá organizadas em 11 setores⁷: Cidade, BAGIM, AGRJF, Moju, Cojuba, Ipixuna, Pucuruí, Mararú, Marajoí, Baquiá e Amazonas, sendo 10 comunidades localizadas na cidade e 68 nas áreas rurais. Com isso, foram sendo construídos no âmbito eclesial, espaços de debates, de formação e articulação das lideranças em Gurupá, dentre eles destacamos:

O **Conselho Paroquial** criado em 1975 é um órgão articulador da organização das comunidades e fórum de debate nas questões sócio-políticas e eclesiais da realidade das comunidades, conta com a representatividade das lideranças dos setores que reúnem três vezes ao ano ordinariamente para planejar, acompanhar e avaliar a caminhada das comunidades (GURUPÁ, 2002 a)

A **Semana Catequética** a primeira realizada em 1973 é um fórum de debate das questões conjunturais sócio-político-econômicas das realidades nacional, estadual e local, além de sustentar uma catequese como educação para a vida em todos os níveis e aspectos. A maioria das lideranças políticas tem ou tiveram sua formação na semana catequética, muitas decisões sobre os rumos da caminhada político-popular são discutidas e encaminhadas neste momento de articulação das lideranças. Reúne anualmente cerca de 250 lideranças jovens e veteranas de todo o município na referida Semana. Assim ratifica Oliveira Jr. (1991, p. 284) “na verdade, ainda hoje em Gurupá, não se pode pensar numa

⁷ Setores é a denominação utilizada para a organização territorial de um conjunto de comunidade que se aglutinam, tendo coordenação própria e representação junto ao Conselho Paroquial.

liderança política popular que não tenha tido origem na formação das Comunidades e, especialmente, da Semana Catequética” (GURUPÁ, 2002 a).

O **Encontro de Lavradores** foi realizado pela primeira vez em 1981, reuniu 192 lavradores e debateu o tema “*A luta pela terra, alternativas de organização da produção e comercialização e organização sindical*”. O encontro é um espaço de estudo e debate sobre temas relativos à questão agrária e organização social. Reúne anualmente no mês de maio e aglutina atualmente cerca de 100 lavradores e lavradoras.

O **Encontro de Mulheres** realizado pela primeira vez em 1984, este fórum busca criar consciência feminina acerca da organização sócio-política e desencadear um processo de participação da mulher trabalhadora na luta popular. Nos encontros discute-se família, gênero, política, organização, etc. Com o passar do tempo elas criaram o Movimento de Mulheres de Gurupá (MMG) como pessoa jurídica. O encontro acontece uma vez por ano e reúne cerca de 250 participantes.

O **Encontro da Pastoral da Juventude** aconteceu pela primeira vez em 1986, é um congresso anual da juventude que discute temas relativos à sua realidade e seus anseios. No ano de 2003 o tema foi “*Política e Educação*”. A média de participação é de 250 jovens de todas as comunidades da Paróquia. Em julho de 2008, cerca de 150 jovens participaram do Curso de Formação de lideranças Jovens, estivemos presente neste encontro e acompanhamos os debates ali realizados.

Também destacamos a existência do Boletim Informativo das Comunidades- BICO, criado em 1981, com periodicidade mensal. Buscava ser um instrumento de articulação, animação das comunidades, discussão e informação sobre as questões sociais, políticas e econômicas local, era coordenado inicialmente pelas Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, que atuavam na paróquia, desde a década de 1970, com a saída desta Congregação da Paróquia em 1999, o Padre Robson Lopes, que atuou na Igreja de Gurupá, de 1999 a 2004 assumiu a edição do informativo. Na ausência de pessoas disponíveis para assumir a edição do informativo, ele deixou de ser editado, desde 2001.



IMAGEM 04: Encontro de Formação de Lideranças Jovens, julho de 2008.
Fonte: Acervo da autora



IMAGEM 05: Debate em grupo durante a Semana Catequética, Julho de 2008.
Fonte: arquivo da autora

Observamos que a Igreja Católica tem apoiado sua prática nos processos de Educação Popular “considerada como uma forma de educação política cuja definição é qualificada por uma clara conotação classista que a diferencia de outras formas de educação não-formal” (BRANDÃO, 2002, p.86). Neste sentido, a Educação Popular é uma pratica pedagógica mediadora que cria e reforça instâncias de organização popular, de mobilização de classe no mundo e na cultura do povo.

Para Brandão a educação popular promove as camadas populares a sujeitos determinantes do processo de transformação social, e assim elabora uma teoria própria dessa camada social.

O seu lugar é antes o de instrumentalizar concretamente sujeitos, redes, e grupos populares produtores de cultura, de seu saber e de sua dimensão de uma educação do povo. Instrumentalizá-los em cada passo de seus avanços do tradicional (do povo) para o orgânico (da classe) e acompanhá-los ao longo de uma ação política através também da cultura e como cultura (BRANDÃO, 2002, p.98).

Portanto a pesquisa evidenciou que a Igreja Católica possui uma dinâmica intensa de formação durante o ano todo e lá é formada grande parte das lideranças políticas e religiosas do município de Gurupá. Esse aspecto tem sido fundamental para construção de experiências alternativas tanto educacionais quanto econômicas. As CEB's constituem-se num espaço privilegiado de formação e organização do campesinato gurupaense, com base na teologia da libertação e da educação popular articulam fé e política na vida cotidiana. Por muito tempo “a Igreja se constituiu no único canal de expressão da luta e resistência do campesinato gurupaense” (OLIVEIRA JR, 1991, p.286), atualmente existem outros canais que dialogam, conflitam em relação aos meios e fins da luta popular e que tem construído importantes processos de participação e democratização da sociedade.

Para Lima (2001) a participação, que observamos em Gurupá, vai do nível reivindicatório, passando para o domínio da consagração e deste para a regulamentação. Isso significa que os processos de participação em Gurupá desencadeados na década de 1970 do século passado traçaram percurso semelhante. Das CEB's, dos acampamentos, das reuniões clandestinas aos conselhos municipais, ao governo municipal de frente popular, às leis municipais instituindo, consagrando e regulamentando os processos de participação.

Entendemos participação de acordo com Lima (2001, p.71)

Enquanto valor que faz referências a um projeto político democrático, como afirmação de interesses e de vontades, enquanto elemento limitativo e mesmo inibidor da afirmação de certos poderes, como elemento de intervenção nas esferas de decisão política e organizacional, fator quer de conflitos, quer de consensos negociados.

O espaço da participação implica em conflitos por envolver interesses muitas vezes divergentes, e por essa situação é cada vez mais necessário a construção de espaços públicos onde possam ocorrer negociações e compromissos, buscando consensos, visando transformá-lo em decisões políticas. “Efetivamente, a participação supõe uma relação de poder não só por intermédio do Estado, que materializa, mas entre os próprios atores, exigindo determinados procedimentos e comportamentos racionais” (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

Para Teixeira (2001) “a participação” significa “fazer parte” “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir “a parte” implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores, e recursos de poder.

Neste município se desenvolve um tipo de participação orientada para a decisão, essa participação se define como aquela, onde atores da sociedade civil intervêm de forma organizada, não episódica, no processo decisório

A democracia participativa, ao contrário, valoriza, se apóia e se nutre nos atores coletivos, ou seja, nos cidadãos organizados. Nesta perspectiva de democracia o povo pode se constituir, efetivamente, em fonte de poder, em autoridade, nos termos trabalhados por Arendt (1983), para quem a autoridade originada das bases não significa a ficção de um povo absoluto, trata-se da articulação destes corpos constituídos em convenções e assembleias. Nesse caso, o povo significa um conjunto de cidadãos organizados segundo leis reconhecidas por todos. A aposta participacionista é que, como fonte de poder e como autoridade, o povo organizado encontra estímulos e meios para participar da gestão do bem público, influenciando na escolha das ações prioritárias e fiscalizando o desenvolvimento das mesmas e a utilização dos recursos por parte do governo (CAMPOS, 2007, p. 53).

Espaços de formação, reflexão e ação conjuntas e articuladas foram sendo criados pela própria dinâmica de engajamento político dos trabalhadores, fazendo-os avançar na conquista de direitos e na democratização da sociedade. Neste sentido, foi-se construindo espaços e dinâmicas próprias em Gurupá que envolve espaços não- formais e espaços formais que modelam um diversificado cenário político local.

Para Souza (1999) os movimentos sociais organizados querem a democracia e lutam por ela, pelas possíveis repercussões que ela possa vir a ter para a qualidade de vida da maioria da população, para seu cotidiano e para a convivência dos segmentos sociais. Participar significa interferir, interagir e influenciar na construção de um senso de uma ordem pública regida pelos critérios da equidade e justiça

Isso tem possibilitado uma configuração de poder local, aqui entendido como “relação em que a sociedade civil, com todos os seus componentes (organizações, grupos, movimentos) é um dos atores, e embora limite-se por uma territorialidade nela não se esgota” (TEIXEIRA, 2001. p.24). O poder local envolve participação e cidadania de homens e mulheres que buscam otimizar suas condições de vida a partir da organização do espaço, numa perspectiva humanista.

Podemos inferir com isso, que as décadas de 70 e 80 foram de construção desses espaços, de organização das camadas populares e a décadas de 90 e anos atuais tem sido de consolidação desses espaços democráticos, de avanço na luta institucional, da luta por políticas públicas efetivas, conquistas de espaços públicos e exercício (complexo) da democracia.

Como fruto desses processos de mobilização, educação popular e participação ativa o debate sobre a educação do campo tomou corpo e a necessidade em construir uma escola para além da sala de aula com articulação entre saber e desenvolvimento local, possibilitou o surgimento da Casa Familiar Rural de Gurupá.

1.1.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais na defesa da Terra e Educação em Gurupá

O STR de Gurupá foi fundado por membros da Arena no dia 26 de janeiro de 1975, foi reconhecido no Ministério do Trabalho no dia 05 de outubro de 1978. De acordo com Petit (1996) a direção deste sindicato estava à serviço das oligarquias locais em detrimento dos interesses dos trabalhadores rurais. Somente em 1986 a Oposição Sindical formada por trabalhadores rurais e lideranças da CEB's conformaram uma Chapa denominada “Unidos Venceremos” com o seguinte lema “Nesta situação que a gente vive, nada melhor do que um bom instrumento: um sindicato livre, combativo e atuante”.

A Chapa era composta pelas seguintes lideranças: Adelino Pantoja (Comunidade Maria Ribeira), Manoel Castro (Comunidade Maria Ribeira) Adão Pantoja (Cidade), Tertulino (Cidade), Dico Ferreira (Rio Pucuruy), Josina Alves (Rio Mararú), Aldino Fróes (Rio Mararú), Antonio Andrade (Rio Marajoí), Agapito (Rio Marajoí), Sabá Braga (Rio Rio Veados), Abílo Gama (Ilha do Gurupá), Vicente (Comunidade Flexinha), Raimundo Jorge (Rio Murupucú) e Mané Chico (Rio Moju) e Nelcindo (Rio Moju)⁸.

A luta travada pela Oposição Sindical alcançou seu ponto alto com a conquista do sindicato em 1986, após inúmeras tentativas eleitorais permeadas por corrupção e manipulação por parte daqueles que comandavam o STR. O acampamento montado em frente à sede do STR exigindo a presença da DRT para apurar as irregularidades e assim realizar uma eleição com transparência foi determinante para a conquista deste sindicato (PETIT, 1996).

Sobre a luta pela conquista do STR de Gurupá destaca Petit (1996, p. 227-228)

Em 1981, no mês de março, 192 trabalhadores rurais reuniram-se no Primeiro Encontro de oposição Sindical Unidos Venceremos. Dois anos depois, a Chapa da Oposição Sindical às eleições do STR foi derrotada pela apresentada pelos “pelegos”. (...) em 1986, organizaram um acampamento em frente a sede do STR para exigir a documentação de todos os filiados, “que os pelegos sempre mantinham irregulares para permanecerem na direção do sindicato. Iniciado com 150 trabalhadores rurais, o acampamento, nos quase dois meses que durou, teve vários momentos, em que se fizeram presentes cerca de 1.500 pessoas. No apoio a essa mobilização destacam-se o padre Giulio e as entidades da Igreja católica no município e na prelazia do Xingu, incluída a CPT. Uma vez resolvida as irregularidades, foram convocadas as eleições do STR para o dia 06 de dezembro de 1986 a chapa da Oposição Sindical Unidos venceremos assumiu a direção do sindicato.

A vitória da Chapa 2 “Unidos Venceremos” depois da regularização da documentação dos filiados por parte da Delegacia Regional do Trabalho comprovou que de fato havia fraudes na realização das eleições para a direção do sindicato, o que os impedia de vencê-las e assumir a coordenação desta entidade. A tomada do STR é um marco histórico no processo de organização dos camponeses de Gurupá

⁸ Mais detalhes sobre a luta do STR de Gurupá, ver Oliveira Junior (1991).

A resistência econômica dos fregueses em relação ao patronato, também foi elemento importante na organização do Movimento Sindical em Gurupá, os conflitos desencadeados com os patrões, as cantinas comunitárias, a organização, os mutirões, as mobilizações e planejamento conjunto e participativo fortaleceram a ação das lideranças sindicais, mais tarde culminando com a fundação do Partido dos Trabalhadores (1981) e posteriormente com a conquista de quatro mandatos de governo de frente democrático-popular (1993-1996; 2001-2004; 2005-2008; 2009-2012), o que representa uma trajetória específica deste campesinato.

Duas canções⁹ de autoria dos próprios camponeses sintetizam a luta do STR de Gurupá:

O Canto da Posse

***Tem que mudar tem que mudar
com nosso sindicato começou a balançar***

Foi em março aos vinte e cinco
Que surgiu o acampamento, os pelegos preocupados
Não dormiram nenhum momento,
Quando foi dia 29 afundaram o Livramento.
Mané Chico sofreu os maiores desacatos
Pois ele não quis briga, só fez tirar o retrato.
Hoje é presidente do nosso sindicato
Apesar do sofrimento o povo não desistiu,
Hoje vimos muita gente querendo se divertir,
Para junto festejarmos a vitória do Valdir.
Avelino um companheiro que veio nos apoiar
Para levarmos em frente a nossa luta sindical, ele é
O vice-presidente da CUT- Nacional
Aqui termino meus versos com grande satisfação
Em ver que o sindicato
Está em nossas mãos
Para a nova diretoria vai aqui um abraço.

A conquista do Sindicato

***Vou lhe contar uma história/que aconteceu em Gurupá/
é o Sindicato dos lavradores/ como lutamos para conquistar.***

Foi em março aos vinte e cinco/
Que o acampamento começou/com a saída
Do presidente/ o povo logo a sede ocupou.
Esta notícia se espalhou/em todo o canto do Brasil/
Em poucos dias naquela sede/seus sócios
Deram mais de mil.

⁹ As canções compunham a folha de canto do V Congresso dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, com o lema “Construindo o Desenvolvimento Sustentável baseado no Agroextrativismo” realizado nos dias 05,06 e 07 de dezembro de 2002. As canções não tinham identificação de autoria. Tive a oportunidade de participar como ouvinte neste Congresso.

O presidente amedrontado/com tanto roubo que ele fez
 Quando foi visto pelos seus sócios saiu correndo não voltou mais/
 Ao delegado de polícia foi logo participar
 E o mesmo chegou na sede mandando o povo todo calar
 Mas o povo recusou/ dizendo aqui é nosso lugar/
 Nós queremos buscar de volta/ tudo que ele nos quis roubar.
 Seu delegado tenha calma/ouça o que vamos falar/não é briga
 Nem brincadeira/ mas é verdade, pode aceitar
 Porque o nosso sindicato/ é para o povo trabalhador/ e não quer
 Aceitar dentro/ este pelego é traidor
 As crianças sofrem tanto/ fome, frio a seu redor/ porque seus pais estão lutando/
 Pelo direito de todos nós.

As canções representam a consolidação da memória da luta, da vida e da história dos camponeses de Gurupá, que buscam na oralidade, seja das histórias, canções, expressões, gestos, rituais, símbolos manter viva a sua história. As duas canções são registros históricos das experiências vivenciadas no município de Gurupá.

Alguns elementos se repetem e se destacam nas canções: o acampamento dos camponeses para a tomada do sindicato e o afundamento do Barco Livramento, da Paróquia de Gurupá. Sobre esses dois fatos destaca o Padre Robson Lopes¹⁰ em seu discurso proferido na abertura do V Congresso dos Trabalhadores Rurais de Gurupá no ano de 2002.

Foram 54 dias de acampamento e de resistência. Na madrugada da sexta-feira santa entre o dia 28 e 29 de março de 1986, foi criminosamente afundado o B/M Livramento, barco da Paróquia que, tornou-se símbolo da organização, resistência e luta do povo, sobretudo do povo do interior. O Afundamento do Livramento é uma marca e uma data referencial na organização e da luta do povo de Gurupá [...] o resgate do Livramento, no dia 14 de janeiro de 1988, veio confirmar que a esperança, a força e a união do povo eram elementos fortes na luta contra a opressão. (Robson Lopes, 2002)

Para Teixeira (2001) existe uma dimensão expressivo-simbólica da participação que exprime sentimentos, identidade e até demandas específicas dos atores envolvidos. Em Gurupá reconhecemos esses aspectos nas suas formas de luta, nas canções que expressam a

¹⁰ Robson Lopes atuou como vigário da Paróquia de Santo Antonio de Gurupá por cinco anos, de 2000-2004, trabalhando juntamente com o Padre Giulio Luppi, nesse período acompanhou a Pastoral da Juventude, desenvolveu um trabalho de valorização dos foliões e “resgate” das folias de São Bendito de Gurupá, culminando com a gravação de um CD de folias intitulado “Ajuê São Benedito”. Além disso, acompanhou ativamente a parceria entre Conselho Paroquial e Secretaria de Educação em relação ao projeto de Educação Pública Popular de Gurupá.

força do povo, contam a sua história e suas vitórias e denunciam a exploração e a injustiça, nos instrumentos de trabalho utilizados como símbolos, o terçado, a enxada e o chapéu de palha, a bandeira do STR, as celebrações, caminhadas e encontros.

Apesar dessa trajetória de luta e organização, a sede deste sindicato, símbolo da resistência, persistência e organização dos camponeses gurupaenses fora fechada, passando a funcionar num prédio situado na primeira rua da cidade, justificado pela facilidade de acesso a internet. Este prédio servira de sede para a Federação de Órgãos para a Assistência e Educação-FASE, mas que nos anos duros de repressão democrática, fora residência do ex-prefeito de Gurupá Sr. José Vicente, que durante muito tempo encabeçou a luta contra os camponeses gurupaenses, inclusive durante o acampamento para a tomada deste sindicato.

Em relação a questão educacional, o STR foi a primeira entidade a iniciar o debate sobre a educação do campo no município, isso ocorreu no Congresso dos Trabalhadores Rurais¹¹ realizado em 1996, onde se discutiu pela primeira vez a necessidade de uma formação específica para os jovens do campo. Manoel do Carmo, ex-seminarista, camponês e liderança local foi o grande animador da proposta de instalação de uma Casa Familiar Rural ou uma Escola Familiar Agrícola. Depois de muitos debates, conversas, visitas à experiências já existentes em outros municípios, decidiu-se pela implantação de uma CFR por estar mais de acordo com as necessidades locais.

Sobre a relação do STR com a CFRG destaca o presidente do Sindicato Sr. Godolfredo Corrêa, morador do Rio Moju

A CFR surgiu através do STR. Hoje o STR é ligado à CFR. Todas as questões que tem lá é discutida com o STR, eles que administram, mas sempre o STR está ao lado, com eles para discutir, inclusive, um dos diretores do STR é do Conselho da CFR, ele que representa o STR lá. Tem momento que a gente é chamado como presidente, mas nós já temos uma participação do STR na CFRG através de um diretor e uma diretora. Somos praticamente juntos, lutando lado a lado para que as coisas caminhem (entrevista cedida no dia 15 de julho de 2008).

Percebemos através da entrevista com o Sr. Godolfredo Corrêa que a CFRG é motivo de grande orgulho para o sindicato, e durante minha visita ao STR, pude encontrar

¹¹ Solicitamos o relatório deste Congresso, mas infelizmente ele não foi encontrado nos arquivos do STR.

jovens estudantes da CFR realizando estágio naquele sindicato, e na ocasião presidente destacava dentre outras questões, a formação de técnicos e de lideranças para o município através da CFRG. Além da educação que é um elemento importante para o STR, o grande desafio atual para este sindicato é a Regularização Fundiária, conforme destaca o presidente

Nós priorizamos a questão da Terra, nós vimos que as pessoas já viviam livres e vendiam para quem quisessem, só que isso para nós não era o suficiente, o suficiente era garantir o trabalhador lá na terra de forma legal, e com isso nós começamos a trabalhar regularização fundiária nas áreas aqui de terra firme junto ao ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Conseguimos o título dos Quilombos aqui do Arinúá até o final do município, e conseguimos um assentamento na Ilha de Santa Bárbara, e aí fomos priorizando as áreas, até que já temos 60% das áreas regularizadas, e ainda mais 5% feito o pedido, dado entrada para a regularização.

Conquistar a terra não é mais suficiente, é preciso ir além, em busca de uma educação específica para os camponeses, regularização fundiária e circulação da produção, para promover o desenvolvimento local sustentável, além do respeito à luta e a memória da história deste sindicato.

1.1.4 A constituição do Partido dos Trabalhadores de Gurupá

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em Gurupá em 1981, fruto da reflexão entre lideranças e catequistas no seio das comunidades eclesiais de base. Destacam-se como seus fundadores: Manoel Chico, Chico Alves, Adelino, Florêncio, Edgar Pantoja, Pancho, Alfredo Costa e Moacir Alho. De acordo com Petit (1996, p. 222) “após a participação nos curso de formação religioso-político realizados em Santarém e Belém pelo IPAR (Instituto de Pastoral Regional), fundaram no segundo semestre de 1981, o Partido dos Trabalhadores em Gurupá”.

Já em 1982, o PT estava presente no cenário político local, constituindo-se como uma força contra-hegemônica à política dominante da Chamada direita, conformada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PDS (partido Democrático Social). Nas eleições ocorridas naquele ano o PT elegeu seus dois primeiro vereadores Raimundo Nogueira dos Santos (morador do Rio Mararú, foi posteriormente prefeito de Gurupá, por dois mandatos) e Cisto Gama (morador do Rio Moju) ambos trabalhadores rurais, “foi o único município paraense que elegeu vereadores Petistas naquela eleição e em

1989 foi o único município paraense em que Lula venceu Collor no segundo turno das eleições presidenciais (PETIT, 1996: 222).

Em 1988, elegeu três candidatos¹²: Antonio Alho (ex-secretário de educação nas duas gestões petista de 2001-2004 e 2005-2008), Manoel do Carmo (ex-presidente do STR, ex-presidente e fundador da CFRG, ex- seminarista, liderança local de destaque na defesa da educação do campo e da Pedagogia da Alternância) e Rosalina Serrão. Todos eram ligados às Comunidades Eclesiais de Base.

Em 1992, foram eleitos cinco vereadores petistas, passando a constitui a maior bancada na Câmara municipal, já que esta é formada por um total de nove vereadores: Antonio Alho (segundo mandato), Raimundo Nogueira (segundo mandato), Osmar, Max Campos e Alonso (os dois últimos dissidentes da direita, sendo que o penúltimo retornou à direita ao final do mandato e encabeçou a oposição ao PT nas eleições seguintes). Em 1996, o PT perde as eleições municipais para a Coligação PMDB, PPB, PSDB, PSB, mas elege novamente cinco vereadores: Palheta, Bené Gama, Nivaldo, Adalto e Chico Pessoa, havendo uma renovação completa no quadro de legisladores petistas. Nas eleições de 2000, o PT elege quatro vereadores: Nivaldo Nascimento, Bené Gama, Adalto e Rosa Alho. Em 2004, elege: Nivaldo Nascimento, Bené Gama, Valdir Fernandes, Chico Pessoa e Adalto. Em 2008, novamente Bené Gama, Iracilda Alho, Valdir, Chico Pessoa e João Padre.

O PT conquistou quatro mandatos para gestão municipal, a primeira gestão foi em 1993-1996, com o prefeito Moacir Alho, camponês, liderança sindical e das Ceb's, fundador do PT em Gurupá, morador do Rio Moju. Em 2001-2004 e 2005-2008 assumiu como prefeito por dois mandatos seguidos Raimundo Nogueira, liderança e camponês, morador do Rio Mararú, essas duas localidades tiveram papel importante na resistência ao patronato. Já nas eleições de 2008, o PT venceu novamente as eleições retornando ao governo Moacir Alho, após intensos e conflituosos embates internos, das duas tendências mais expressivas em Gurupá: PT pra Valer (ligada ao Deputado Valdir Ganzer e Deputado Zé Geraldo) e Unidade na Luta (ligada ao Professor Mário Cardoso e ao Deputado Paulo Rocha).

¹² As informações sobre os nomes dos candidatos eleitos, bem como suas respectivas datas, foram identificadas em Documentos pertencentes aos Arquivos da Paróquia de Santo Antonio de Gurupá.

A disputa eleitoral, aqui destacada, não resume atuação do PT de Gurupá, mas demos destaque a este elemento, porque ele ressalta o protagonismo dos camponeses gurupaenses, com exceção para Max campos, que é filho de uma grande comerciante local, e é empresário ligado à exploração madeireira na região. Chamamos a atenção para o perfil dessas lideranças: estão vinculadas à agricultura familiar, vieram da zona rural (do interior, assim chamado em Gurupá), são ligadas às Ceb's e ao STR, e possuem pouca ou nenhuma formação escolar, com exceções para Nivaldo Nascimento, Iracilda Alho, Valdir Fernandes e Manoel do Carmo que tem formação de nível médio e superior.

De acordo com Relatório da Paróquia da XXXI Semana catequética, realizada em 2003, as lideranças veteranas ao avaliarem as suas organizações, apontaram os objetivos que as levaram criar o PT: a defesa dos interesses dos pobres; a necessidade de mudança, de melhoria nas organizações, disputar e eleger representantes, e ter a oportunidade de participar do poder constituído.

De acordo com este relatório da paróquia as lideranças foram questionadas sobre se valeu a pena ter criado o Partido dos Trabalhadores, as respostas foram resumidas dessa forma

Sim valeu a pena, porque abriu o horizonte e possibilitou maior participação; tivemos a oportunidade de assumir a administração local; houve melhoria na vida do povo; existem mudanças, agora nós temos vez e voz e possibilidade de diálogo com o governo (Relatório da Paróquia da XXXI Semana Catequética, 2003)

Questionados ainda, naquele encontro, sobre o que mudariam no Partido para corresponder melhor aos objetivos do começo, responderam que chamariam as lideranças petistas para ajudar a governar (muitas lideranças veteranas se sentiam isoladas da administração municipal); respeitariam as divergências internas e não levariam para fora do Partido (estavam preocupados com a intensa disputa envolvendo duas tendências internas que levavam à calúnia, difamações, perseguições, isolamento e afastamento de lideranças); buscariam maior clareza sobre as tendências (muitos estavam no meio da disputa e não compreendiam porque o partido que eles criaram agora se dividia); acabariam com a formação de grupos e interesses individuais, trabalhando todos em prol da justiça (questionavam a formação de uma cúpula ligada ao governo municipal, que logo começou

a acumular bens, a tratar mal os trabalhadores, a não aceitar as críticas da direção do partido e da Igreja, constituindo uma divergência entre partido e governo).

Outro elemento que ressaltamos presentes desde o início da fundação do partido, é a preocupação com a educação municipal. Nas campanhas eleitorais, destacam-se as proposições para a melhoria da educação do município: formação dos professores (os professores da zona rural possuíam no máximo a 4ª série) e construção de escolas na zona rural. Essas eram as duas principais preocupações na primeira gestão (1993- 1996), havendo um processo intenso de formação de professores através do projeto “Gavião¹³” em parceria com a Universidade Federal do Pará e início da construção de algumas escolas na zona rural.

Nas gestões seguintes do PT, intensificou-se a construção de escolas na zona rural, chegando a alcançar 112 escolas, além da formação de professores tanto em nível médio (Magistério), quanto em nível superior, mas para, além disso, houve uma preocupação maior, com um projeto mais amplo de educação, que se preocupasse com o tipo de formação que estava sendo trabalhada nas escolas. Uma preocupação com a gestão, o currículo e um projeto de escola e sociedade.

1.2 A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE GURUPÁ

1.2.1 O Projeto de “Educação Pública Popular” de Gurupá

Em 2002 a Secretaria Municipal de Gurupá e o Conselho Paroquial estabeleceram uma parceria com o objetivo de construir um projeto de Educação¹⁴ Pública Popular. Essa parceria mobilizou a sociedade em geral na luta pelo direito a educação pública de qualidade social, principalmente a população do campo que se envolveu ativamente na construção desse processo. Estava frente da Secretaria de Educação o Sr. Antonio Alho nas duas gestões seguidas de 2002 a 2004 e 2005 a 2008, e enquanto esteve na gestão da educação preocupou-se com a organização do sistema municipal de educação e com a implementação de um processo educacional que respeitasse a memória e a história dos

¹³ Projeto Gavião é coordenado pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará, visa formar professores do interior do Estado do Pará atuarem na Educação Infantil, Ensino Fundamental (séries iniciais) e Educação de Jovens e Adultos

¹⁴ Parceria entre Conselho de Pastoral Paroquial e Secretaria Municipal de Educação. Proposição para um projeto de Educação Popular. Gurupá, 12 de maio de 2002. Essa parceria foi interrompida anos posteriores, por discordância nos encaminhamentos dos meios para alcançar os objetivos do projeto.

sujeitos. Na assessoria da Secretaria e como animadoras dessa parceria estavam Carla Lagoia, Pedagoga e dirigente do MST e eu (Alcidema Coelho), que convidadas a participar desse processo aceitamos o desafio e embarcamos na construção desse projeto de Educação.

A parceria entre a Secretaria e o Conselho Paroquial representava um avanço na construção da democratização da educação e da participação dos sujeitos, toda a sociedade gurupaense se viu envolvida no debate da Educação Pública Popular que

traz na sua raiz uma nova pedagogia, que emerge do povo e dos Movimentos Sociais de Gurupá. Dando continuidade a todo o processo formativo construído ao longo da história do nosso povo e coerente com a sua capacidade de organização e resistência marcada pelos Indígenas (séc.XVII e XVIII), Cabanos (séc. XIX), as CEB's (séc. XX). Esta identidade se expressa na forma como foi construída sua trajetória, através de um intenso processo de reflexão e ação coletiva de nossas comunidades que clamavam por uma educação que viesse dar respostas aos problemas do cotidiano, criando uma nova cultura: a) que valorize o ser humano, b) que provoque transformações no jeito de ser das pessoas e da sociedade (PMG/SEMED, 2003).

No documento que registra essa parceria fica claro o desejo em construir políticas públicas educacionais que valorizassem os mais de trinta anos de caminhada de educação popular no município, respeitasse a realidade local, bem como a potencialização do educando como protagonista da ação educativa. Neste sentido caberia ao poder público municipal, segundo registro da própria Secretaria de Educação:

1. Coordenar todas as ações de educação desenvolvidas no âmbito do município
2. Formular, elaborar e desenvolver programas, inclusive com a participação dos diversos segmentos da sociedade local, que visam a melhoria da qualidade da educação, que correspondam com a nossa realidade e que visem, acima de tudo, a formação integral do homem, dentro da sociedade em que vive;
3. Criar espaços onde seja possível a discussão das diversas idéias e concepções existentes no seio da sociedade gurupaense;
4. Nomear uma equipe de assessoramento e sistematização das idéias e propostas gestadas nas CEB's, nas entidades de trabalhadores e nos grupos informais, formados para tal (PMG/SEMED, 2002, p.2)

Percebemos a intenção em construir um processo participacionista, que envolvesse diversos segmentos da sociedade na elaboração e na execução dessa proposta educacional, possibilitando diálogo e confronto de idéias. Os objetivos dessa parceria consistiam em

Incentivar, promover e sistematizar uma educação fundamentada nos princípios libertadores adquiridos na história da luta do povo nestes 30 anos de caminhada das Comunidades Eclesiais de Base; Elaborar desenvolver um Plano, sistemático e fundamentado na LDB do Ministério da Educação, que considere e valorize o povo em seus aspectos sócio-econômico-político-cultural-e-religioso; Integrar pais, educadores, alunos e comunidade no processo educacional (PMG/SEMED, 2002, p.2).

No intuito de escutar a comunidade nesse processo de construção do processo educacional, foi realizado uma Consulta Popular às comunidades, coordenada pelo Conselho Paroquial, ainda no ano de 2002, interrogando sobre as seguintes questões: 1. Que tipo de educação queremos para os nossos filhos e filhas? Que tipo de educação queremos para nossa comunidade? 2. Como fazer para realizar esse tipo de educação desejada (sugestões concretas)?

As 78 comunidades de Base receberam as questões para serem discutidas, respondidas e devolvidas à Secretaria de Educação, muitas comunidades debateram e devolveram as respostas para a Secretaria de Educação, outras comunidades debateram, mas não fizeram registro. As respostas mais significativas sintetizamos no quadro a seguir.

Quadro 1: Sistematização da Consulta Popular sobre a Educação de Gurupá

1. Que tipo de educação queremos para os nossos filhos e filhas? Que tipo de educação queremos para nossa comunidade?	Como fazer para realizar esse tipo de educação desejada? (sugestões concretas)
✓ Gostaríamos que a educação escolar tivesse caráter popular, ou, seja, uma educação que esteja voltada para a realidade do aluno, e que venha a se tornar uma educação libertadora.	✓ Mais esforço da administração municipal
✓ Queremos uma educação para a vida.	✓ Capacitação e formação continuada dos professores. Professores que se comprometam com a libertação e a luta do povo.
✓ Queremos uma escola a exemplo da Casa Familiar Rural, que esteja a serviço do povo, trabalhando as questões políticas, econômicas, sociais e profissionais.	✓ Com conteúdos escolares discutidos na comunidade e voltados para a realidade

✓ Queremos uma educação digna, honesta e de qualidade.	✓ Realizando parcerias entre as comunidades, entidades, sindicato, conselho paroquial e administração
✓ Uma educação voltada para a cidadania.	✓ Garantir o ensino superior
✓ Maior integração entre escola, família e comunidade.	✓ Regularização do ensino fundamental e médio
✓ Uma educação que respeite as nossas raízes.	✓ Escolas com modelos adequados à nossa região
✓ Estamos preocupados com o conteúdo de ensino, e com o problema de como ensinar, é preciso estabelecer com clareza e profundidade o que ensinar.	✓ Criação de conselhos escolares, funcionamento de creches nas comunidades e oferta da Educação de jovens e adultos.
✓ Queremos uma educação que forme águias ao invés de tartarugas.	✓ Melhoria no transporte e alimentação escolar

Fonte: SEMED/PMG, 2002 b. Relatório da Consulta Popular sobre Educação.

Percebemos que havia uma preocupação das comunidades com uma formação adequada a sua realidade, comprometida com a história, a cultura e os valores, uma escola para a vida. Também, havia uma referência muito significativa em relação à CFRG, que era vista como um modelo a ser seguido na educação do campo.

À Consulta Popular, seguiram-se o I Congresso Municipal de Educação em fevereiro de 2003, com o tema “*Educação Pública e Popular: compromisso com a vida e a cidadania*” onde participaram cerca de 300 delegados representando professores, alunos, pais, comunidades, entidades da sociedade civil, escolas municipais e estaduais, Casa Familiar Rural, poder público municipal. Neste congresso discutiram-se os 30 anos de educação popular, as bases para uma política pública educacional, e apontaram-se os caminhos a serem traçados na construção dessa educação libertadora, comprometida com a vida e a cidadania.

Em seguida realizaram-se as Jornadas Pedagógicas, que tratavam de Conjuntura, concepção de educação, planejamento participativo, gestão democrática, tema gerador e

avaliação. Durante as jornadas, destacavam-se as místicas¹⁵, as reflexões escritas¹⁶, e a motivação para a construção do projeto de “Educação Pública Popular”.

Posteriormente, foi sendo constituídos os Coletivos de Educadores como espaço de debate político-pedagógico, formação, avaliação, troca de experiências e planejamento de ações coletivas de cada pólo. Dos coletivos, surgiu o Movimento de Educadores de Gurupá-MOEG em maio de 2003, visto que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública- SINTEPP- sub- sede Gurupá, naquele período não tinha uma atuação ativa junto aos educadores, estes decidiram pela criação de um movimento alternativo que possibilitasse a articulação política entre eles e a organização de suas lutas. Os educadores que fundaram o MOEG concorreram às eleições do sindicato no ano seguinte saindo vitoriosos do pleito. Anos depois o MOEG deixou de existir.

Outro espaço importante construído no âmbito da parceria Secretaria de Educação e Conselho Paroquial foi O Encontro de Educadores, ocorrido no final de 2003 para avaliar o primeiro ano de implementação do projeto. Outros processos ocorreram: formação de professores na perspectiva freireana, formação de professores da Educação de Jovens e Adultos, reuniões nas comunidades, Encontro de famílias das escolas, reuniões com a comunidade para definir tema gerador para a escola, I encontro de Crianças, do pólo Muruchaua, com o tema “A escola que queremos”, dentre outras ações.

A constituição de espaços públicos e de parcerias não se dá sem debates, tensões, negociações e dissensos na construção de um projeto comum, inúmeros tensionamentos e divergências sobre os meios para alcançar os fins, levou a exoneração das duas assessoras pedagógicas, responsáveis pela coordenação e animação do projeto. Muitas vezes os interesses divergem, ao ponto de romper as alianças, e, portanto no ano de 2004 a parceria foi enfraquecendo até ser interrompida, pois o Conselho Paroquial passou a discordar da forma como a Secretaria de Educação estava conduzindo o Projeto de Educação.

Mesmo com o rompimento da parceria, a secretaria deu continuidade ao projeto e outras ações seguiram como realizações de conferências municipais, pré-conferências nos pólos, instituição de Conselhos Escolares e do Conselho Municipal de Educação,

¹⁵ Símbolos, gestos, músicas e rituais que alimentam a esperança e a utopia de uma nova sociedade, sem oprimidos e opressores.

¹⁶ Era uma espécie de avaliação do dia, escrito individualmente e entregue a uma das coordenadoras que lia e respondia para cada indivíduo. Nesta, destacavam o que aprenderam, as dificuldades e os desafios, mas era também espaço para expressar sonhos, angústias e perspectivas em relação à educação.

elaboração e discussão do Plano Municipal de Educação¹⁷, aprovado por mais de 300 delegados que participaram da III Conferência Municipal de Educação, em 2007.

Na II Oficina de Planejamento estratégico da SEMED foi definida como sua missão: “O fortalecimento da educação Pública e Popular, através de processos formativos, envolvendo todos os segmentos sociais que almejem a construção de uma sociedade justa e igualitária” (SEMEC/ PMG, 2007)

Como podemos observar a Educação municipal de Gurupá tem se pautado na perspectiva de construção de espaços públicos de debate de modo a consolidar uma concepção de educação construída a partir do diálogo, vinculada a idéia de escola cuja gestão está sobre o controle popular. Neste sentido explica Gadotti que a Educação Pública Popular é aquela colada ao movimento social , sindical, popular e cultural, que constrói a escola Única Popular. Trata-se da escola pública estatal, mas com o controle social, tendendo a auto-gestão escolar (GADOTTI, 1988 In: SEMEC/PMG, 2003: 4).

A visão de futuro que permeia o debate educacional em gurupá é de otimismo, de acordo com o relatório da II Oficina de Planejamento estratégico da SEMED deseja-se que “a Educação Pública Popular de Gurupá seja referencia regional, nacional e internacional, pela qualidade do ensino ofertado como prática transformadora para a construção de uma sociedade justa” (SEMEC/PMG, 2007).

No que diz respeito à Educação do campo, traçou-se no Plano Municipal de Educação de Gurupá (2007) alguns objetivos e metas que visam impulsionar e priorizar as políticas públicas voltadas para o campo:

Realizar um diagnóstico no município sobre a educação do campo e comunidades Quilombolas com o objetivo de traçar um quadro da situação educacional para melhor atuação do poder público;

Garantir a implementação de políticas públicas educacionais específicas para as escolas do campo, com recursos tecnológicos e humanos visando contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e permanência do educando no contexto onde vive (PMG/SEMECD/PME, 2007)

¹⁷ Até a presente data o plano Municipal não havia sido aprovado no Poder Legislativo e, portanto ainda não se transformou em Lei.

Quadro 2: **Demonstrativo da Oferta do ensino fundamental em Gurupá**

Nível de Ensino	Nº. de Matrículas (2007)
Ensino fundamental- Escolas Municipais	9.155
Casa Familiar Rural	21
Total	9.176

Fonte: IBGE, 2007

As escolas municipais estão em sua maioria localizadas no campo e, portanto atende a um número bastante significativo de alunos do território municipal, o pequeno número de alunos beneficiados pela CFRG está relacionado à priorização desta na oferta do Ensino médio no campo. A expressividade da demanda educacional advinda do campo tem conseguido colocar em pauta governamental a necessidade de políticas públicas específicas.

CAPÍTULO II

CASA FAMILIAR RURAL: sua constituição jurídica na oferta da educação pública

2.1 O PÚBLICO NÃO - ESTATAL NA POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

A década de 1990 foi marcada no Brasil pelo processo de Reforma do Estado. Tal reforma fora justificada pela idéia de que a partir da década de 1970 o Estado entrara numa profunda crise tornando-se o principal causador da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. No Brasil o principal, articulador e expoente teórico da Reforma do Estado foi o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado- MARE.

Para Bresser Pereira e Nuria Cunil Grau (1999) a crise do Estado que marca o último quarto do século XX abriu a oportunidade para dois tipos de respostas. Nos anos 80 a proposta do Estado mínimo; nos 90, quando começa a tornar-se claro o irrealismo da proposta neoliberal, o movimento em direção à reforma ou mais propriamente à “reconstrução do Estado” se torna dominante. De acordo com Bresser Pereira (1997: p.7) a reforma do Estado envolve quatro problemas articulados entre si, que se constituem componentes ou processos básicos da Reforma do Estado dos anos 90:

(a) **um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado;** (b) outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político - o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.

No que diz respeito à delimitação do tamanho do Estado, o autor está se referindo a redução da abrangência institucional e a redefinição do papel do Estado. A redução de seu tamanho ocorrerá em termos principalmente de pessoal, através de programas de

privatização, terceirização e publicização¹⁸, sendo que este processo pressupõe a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta (PEREIRA, 1997).

Dagnino critica essa posição de Estado mínimo que se isenta de suas responsabilidades em garantir direitos essenciais à população afirmando que essa estratégia constitui-se como um mecanismo de ajuste ao modelo neoliberal.

[...] como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington (DAGNINO, 2004:90).

Neste mesmo entendimento Frigotto (2006) chama a atenção para o ideário que passa a dominar a partir de 1990, ou seja, uma ideologia neoliberal da globalização, da necessidade do ajuste mediante a Reforma do Estado, da reestruturação produtiva, da desregulamentação, flexibilização e da privatização, constituindo-se pilares da Reforma do Estado.

Com o processo de Reforma do Estado ganhou corpo no debate nacional e na política pública a concepção de público não-estatal, Bresser Pereira esclarece o significado do termo

“são organizações ou formas de controle “públicas” porque estão voltadas ao interesse geral; são “não- estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais (PEREIRA, 2001 p. 35)

De acordo com o autor é público não-estatal quando não visa lucro, não emprega servidores públicos, é parcialmente financiada ou subsidiada pelo Estado, é dirigida por

¹⁸ Para Bresser Pereira (1997) privatização significa transformar uma empresa estatal em privada, terceirização refere-se à transferência para o setor privado de serviços auxiliares ou de apoio e publicização é o processo de transformação de uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal.

entidades independentes, controlada pela sociedade civil e pelo Estado. É também conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Portanto, é no Setor de serviços não-exclusivos do Estado que se localiza a ação das organizações públicas não-estatais. Em Bresser Pereira, o conceito público não-estatal foi associado à diminuição da função do Estado e à consolidação de um estado neoliberal.

Para Bresser Pereira (2001) a natureza de um Estado moderno é composta por quatro setores: o primeiro é o *núcleo estratégico* onde se definem as leis, a política, e os mecanismos de fazê-las cumprir, dela fazem parte o parlamento, os tribunais, o presidente ou primeiro ministro, os ministros, a cúpula dos servidores civis; o segundo são as *atividades exclusivas*, ou seja, aquelas que envolvem o poder do Estado, nelas são garantidas o cumprimento das leis e das políticas públicas, fazem parte deste setor as forças armadas, a polícia, a agência arrecadadora; o terceiro são os *serviços não-exclusivos*, ou seja, todos aqueles que o Estado provê, mas que podem ser oferecido pelo setor privado ou pelo setor público não-estatal, neste compreendem-se os setores de saúde, educação, cultura, e pesquisa científica; o quarto é o *setor de produção de bens* que é formado pela empresas estatais.

Nos serviços não-exclusivos está inserida a educação, que poderá ser ofertada sob três possibilidades: primeira, ficar sobre o controle do Estado; segunda, ser privatizada; e terceira ser financiada ou subsidiada pelo Estado, mas controlados pela sociedade. Neste sentido, cria-se um campo propício à disseminação das Organizações Sociais que passam a assumir determinados serviços públicos, receber financiamento e gerenciar recursos, sem, contudo ser estatal.

As organizações públicas não-estatais foram, portanto incluídas no setor dos serviços não-exclusivos do Estado, com o intuito de substituir organismos públicos na prestação desses serviços. Como derivação da Reforma de 1995 foram criadas nos anos seguintes duas figuras jurídicas novas voltadas ao regramento do público não-estatal: as Organizações Sociais – OSs e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs.

Para Bresser Pereira (1997) as Organizações Sociais são um modelo de organização pública não-estatal destinadas a absorver atividades publicizáveis (não exclusivas do Poder Público) mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade pública

não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. São “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” conforme está prescrito na Lei nº. 9.637, de 15/05/1998. Art. 1º, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais. (BRASIL, 1998)

As OSs constituem-se num modelo de parceria entre o Estado e a Sociedade. O Estado continua a fomentar as atividades publicizadas e a exercer sobre elas um controle estratégico: demandando os resultados necessários para atingir os objetivos das políticas públicas; regulando as suas ações através do contrato de Gestão; verificando o controle social através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos representativos da sociedade civil, ao mesmo tempo, favorecendo seu financiamento via compra de serviços e doações por parte da sociedade.

Essa concepção de parceria entre sociedade e estado que perpassa o discurso de Bresser Pereira acerca da Reforma do Estado, fundamenta-se em dois aspectos: a primeira na idéia principal de transferência de recursos do Estado para a execução de serviços públicos, como forma de isentar o Estado de determinadas responsabilidades como garantidor de direitos essenciais, como saúde, educação, assistência social. O segundo aspecto refere-se instrumentalização das OSs para a governança política, garantindo a gestão de um Estado dito gerencial, eficiente e moderno. A parceria proposta por Bresser Pereira prioriza as OSs em detrimento dos Movimentos Sociais. É um modelo de parceria que não pressupõe participação ampla da sociedade, pois envolve numa relação direta entre Estado e O.S através de contrato de gestão.

Diferentemente da maneira como propõe Bresser Pereira, a parceria entre Estado e Sociedade proposta pelos Movimentos Sociais tem se construído alicerçada em três princípios: o primeiro é a garantia da cidadania através do acesso a direitos essenciais à população mais carente - “O direito a ter direitos”; o segundo, diz respeito à participação da sociedade na elaboração, execução, acompanhamento e controle das políticas públicas; e o terceiro, refere-se ao compromisso com a democratização da sociedade. Essa idéia de

parceria é acompanhada do pressuposto de participação direta, que visa, sobretudo a consolidação da democracia.

2.1.1 A Casa Familiar Rural e sua Natureza Pública Não Estatal

Ao tomarmos o debate do Público Não Estatal e associarmos a oferta da educação no campo, queremos antes evidenciar a possível e necessária desvinculação entre o público não-estatal e o ideário neoliberal, vinculando-o à discussão dos desafios da revitalização do Estado. É o que propõe Luiz Eduardo Wanderley (2006), ao indicar alguns atributos do público não-estatal: universalidade, visibilidade social, controle social, democratização, cultura pública, sustentabilidade, compromisso social.

Não estamos, contudo concordando com a ausência do estado na oferta de serviços públicos, mas queremos, separa o joio do trigo, não colocando experiências importantes como da Casa Familiar Rural, organizadas pelo Brasil, como simples atributo do modelo neoliberal, mas como iniciativa popular com vistas à democratização da sociedade. As CFRs são organizações nascidas no seio da sociedade civil, por iniciativa de lideranças, grupos e entidades, com a finalidade de proporcionar serviços de interesse coletivo que o Estado mostrou-se incapaz de ofertar. Destacamos alguns elementos que consideramos importante para distingui-la de outras organizações de cunho privatista:

- a) A sua origem vinculada às organizações da sociedade civil e suas demandas;
- b) A sua inserção na comunidade local, dialogando e interagindo com os diversos atores na construção do desenvolvimento local e regional;
- c) Sua vinculação à Agricultura Familiar e ao Campesinato;
- d) Não têm fins lucrativos;
- e) A sua forma de gestão é participativa e democrática envolvendo em suas instâncias deliberativas os alunos, os pais, monitores, sindicato dos trabalhadores rurais e diretoria.
- f) A diretoria da CFR é eleita democraticamente em Assembléia Geral dos membros da Associação de Agricultores;

g) A forma jurídica da mantenedora é de Associação de Agricultores

h) A gestão financeira e administrativa é controlada pela Associação.

Analisando a Casa Familiar Rural recorreremos a Legislação Educacional para compreender a sua natureza jurídica na oferta da educação do campo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº. 9.394/96 as instituições de ensino nos diferentes níveis se classificam em duas categorias administrativas: públicas e privadas. Sendo que as instituições privadas se enquadram nas seguintes categorias: particulares, comunitárias, confessionais, e filantrópica. Essas categorias se definem da seguinte maneira:

- I- Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não representem as características dos incisos a baixo;
- II- Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III- Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideologia específica e ao disposto no inciso anterior;
- IV- Filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1996. Art. 20)

Nesta perspectiva a CFRG é uma Instituições privada de caráter filantrópico, pois não visa lucro e é geridas por pessoa jurídica de caráter comunitário, a Associação dos Agricultores que tem estatuto próprio. Suas atividades não envolvem exploração de atividade mercantil, nem distribuição de lucros. E sua manutenção é feita através de recursos próprios e de parcerias com o Estado e Organizações não-Governamentais.

Essa distinção feita na LDB alimenta a histórica dicotomia entre público e privado na educação, restringindo à pública somente aquela que é ofertada pelo Estado e a privada como aquela que é ofertada por quaisquer outros meios, colocando no mesmo patamar empresas privadas que vendem o produto educação e organizações populares que ofertam a educação como única possibilidade de as pessoas invisíveis para o Estado acessarem a ela.

Portanto, a CFRG caracteriza-se como uma Instituição de natureza Pública Não Estatal, mas não surge com a Reforma do Estado, muito pelo contrário, ela é anterior a esse

debate. Sua origem remete a década de 1930 na França chegando ao Brasil na década de 1980. Seus meios e fins não estão para garantir a eficiência de um Estado moderno e gerencial, mas para garantir direitos básicos de educação e cidadania para os jovens do campo, promovendo desenvolvimento local e emancipação humana.

Sobre o debate do caráter Público Não Estatal da CFR relata o monitor que isso ainda é pouco claro para a comunidade, e é um elemento que divide opiniões, como podemos perceber na sua fala

“Acho essa discussão [sobre público e privado] que a Casa faz interessante, é, ganha gente a favor e contra. Às vezes não é muito claro para a comunidade escolar, entender a CFR, por exemplo, nós somos uma Associação, logo uma escola particular, pode agregar qualquer pessoa da zonas rural do município, aceita pelo grupo da Associação, perfeitamente livre, desde que corresponda, siga as regras desta associação, isso é livre, ao mesmo tempo ela é pública, mas de direito privado (grifo meu), então precisa essa compreensão, porque muitas vezes eu vejo alunos, pais, professores falando, ah! Então isso tem que ser pra todos como é no escolão, mas você tem que entender que ela é publica mas de direito privado, porque é de um grupo que tem suas normas e regras é uma associação, é uma empresa particular, e, essas são algumas coisas que acontecem, são os prós e os contras” (Alaércio, monitor da CFRG)

O monitor tem claro que o debate sobre o público e o privado é permeado de tensionamentos, de dúvidas e confusões. E quando ele diz que a comunidade questiona sobre o acesso, ele se refere às limitações da CFR em atender uma demanda crescente no meio rural, da qual o Estado não atende. E por ser a única escola do campo no município que oferece ensino médio, logo multiplicam-se o números daqueles interessados em acessar o serviço da referida Casa.

Marília Sposito (1988) apud Davies (2003), em seu estudo sobre a participação popular na escola, denuncia que a escola gerida e mantida pelo aparato estatal "não é necessariamente pública. Pelo contrário, é no sistema de ensino que encontramos com maior profundidade, pelo caráter clientelista da burocracia escolar, uma enraizada mentalidade privatista da coisa pública".

De acordo com Davies (2003, p.2) estatal não significa necessariamente público e confessional necessariamente privado. “Uma escola estatal ao funcionar para fins

estritamente privados, será menos pública que uma universidade de propriedade confessional, voltada para causas mais amplas".

"Na determinação da distinção entre instituição pública e privada, o fundamental (..) não é a questão da propriedade jurídica, mas o fato das unidades de ensino determinarem-se ou não como empresas capitalistas, ou seja, regerem-se ou não pela lógica da acumulação de capital. Desta forma, todas as instituições de ensino de propriedade estatal e alguns de direito privado que não estão voltadas à obtenção do lucro, pertencem ao setor público." (WANDERLEY, 1988, p. 368 apud DAVIES, 2003, p.4).

Por outro lado, o fato de uma instituição não 'ter dono' individual ou explícito, nem ter uma ligação ostensiva com grupos familiares ou empresariais, não a faz 'comunitária'. Nem mesmo o fato de os cargos de direção serem rotativos. Características semelhantes podem ser encontradas em empresas organizadas segundo o regime jurídico das sociedades anônimas (Davis, 2003).

Antonio Munarim (2005) chama atenção para a proliferação da “filantropia empresarial” onde empresas privadas executam projetos sociais e buscam parceria na comunidade. Passando a idéia de que todos trabalham pelo bem comum, quando nem sempre essas são as reais intenções, muitas vezes, há apenas interesse em captar o recurso do Estado e utilizar para fins privados, ou para sustentar determinadas bandeiras ideológicas.

2.2 RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE PARCERIAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A concepção de política nos remete à esfera de Estado, embora não possamos confundi-las como sinônimos ou com qualquer ação estatal. Nem toda política intitulada de pública é governamental, pois existem instituições como as Igrejas e as Empresas que também efetivam políticas públicas.

As políticas públicas expressam a ação do Estado mediando os interesses e as reivindicações de atores sociais e/ou econômicos. Nesse sentido, uma política pública governamental requer a transparência, acesso e participação desses atores de forma multilateral.

A partir da década de 1990 a palavra *parceria* incorporou-se ao vocabulário do campo educativo, passando a ocupar lugar de destaque no discurso dos mais diversos atores sociais e agentes governamentais. A noção de parceria passou a ser utilizada para definir tanto a relação contratual estabelecida entre governos estaduais e fundações privadas que produz programas de educação pela TV, quanto para designar convênios mantidos por governos municipais ou estaduais com organizações comunitárias para o desenvolvimento local (MUNARIM, 2005)

No campo, percebemos a grande presença da ação da sociedade civil assumindo, seja através de parcerias ou não com o poder público, a oferta de serviços essenciais como a educação, em função da ausência ou timidez da atuação do Estado nesse território. As práticas que nascem dessa relação de parceria entre sociedade e estado vêm se constituindo, em alguns casos, em política pública à medida que seus resultados são apropriados pela coletividade e não por setores privados, atendendo demandas de sujeitos historicamente invisíveis para o Estado.

Para Munarim (2005, p.33) “parceria significa sistemas de alianças relativamente estáveis entre dois ou mais atores que decidem operar em sinergia para atingir um ou mais objetivos que não podem atingir por seus próprios meios”

A multiplicação de provedores e o estabelecimento de parcerias na promoção da educação do campo tornaram-se fenômenos extensos e difusos, fazendo com que por vezes sejam percebidos como processos "naturais". A disseminação de provedores e de práticas de parceria nada tem de "natural", mas resulta da redefinição do papel do Estado no financiamento e provisão de serviços sociais básicos, que deixou abertas lacunas, progressivamente ocupadas por agentes sociais diversos (MUNARIM, 2005)

O recuo do Estado no financiamento e na oferta dos serviços sociais gerou um deslocamento da fronteira entre o público e o privado que, sob o signo da parceria, disseminou para o conjunto da sociedade responsabilidades que até então eram interpretadas como tarefas dos governos, levando à multiplicação dos provedores não-governamentais.

Essa prática inspira-se em diferentes significados atribuídos aos conceitos de parceria e de serviço público não-estatal, que comportam tanto uma visão econômico-instrumental quanto uma perspectiva de democratização da esfera pública. Considerando

essas diferentes significações e estratégias de concretização, percebe-se que o conceito de parceria vem sendo operacionalizado na experiência da Casa Familiar Rural de Gurupá, com perspectivas democratizantes. Munarim ajuda a esclarecer esses diferentes significados

As parcerias que entraram em moda nos municípios são, pois, alternativas de dupla face. De um lado, podem, sim, significar um instrumento político manipulado de acordo com os interesses dominantes de classe através de um prefeito qualquer e seus ajudantes de plantão, representantes do autoritarismo. Então, em vez de democracia pela descentralização e transferência de poder, o que pode ocorrer é uma simples transferência de encargos à sociedade; coisas que já eram direitos do cidadão e dever do Estado executar. Em vez de novas parcerias – numa relação de iguais – onde houvesse decisões conjuntas sobre os fundos públicos, pode ocorrer uma transferência de migalhas de recursos públicos, e ainda como se fosse uma benesse de quem está no poder para com seus clientes; poderíamos chamar tal mecanismo de “neoclientelismo”. No entanto, de outro lado, as parcerias no município podem, também, significar um jeito novo e eficiente de produção de uma nova cultura política que potencialmente funda bases de transformação da relação Estado-sociedade no todo (MUNARIM, 2005, p.34)

Ambigüidade da parceria entre sociedade civil organizada e instituições governamentais e não governamentais está na transferência da responsabilidade do Estado na garantia de direitos básicos como a educação para a sociedade, que por sua vez não tem condições de atender a demanda necessária ao mesmo tempo em que canalizam a contribuição da sociedade para democratização da educação do campo e maior controle das ações governamentais por parte da sociedade.

No Brasil, a estratégia de parceria na oferta da educação do campo vem se propagando, com avanços e retrocessos. A partir da segunda metade da década de 1990 temos a consolidação de um forte movimento em defesa da educação do campo, que vem crescendo e constituindo redes em suas várias dimensões, que passam a compor parcerias de modo a garantir direitos essenciais à população. Pois, a história da oferta da educação para os moradores do campo está marcada pela ausência do estado e pela forte presença da iniciativa comunitária, da educação popular, e da educação não-formal, protagonizada pelos movimentos sociais.

Pensar o Poder local a partir do pressuposto da capacidade dos sujeitos em buscar e propor alternativas econômicas e sociais de forma a garantir melhorias de condições de vida nos leva a destacar o papel central dos movimentos sociais, da sociedade civil em sua

relação com o Estado. Essa relação entre Estado e Sociedade pode produzir experiências êxitosas do ponto de vista da gestão dos recursos econômicos e da democratização de determinados serviços. A Casa Familiar Rural de Gurupá é uma experiência local, onde a relação Estado - Sociedade Civil é bastante definida e tem favorecido o nascedouro de políticas públicas.

A Associação de Agricultores mantém a CFR, através de um sistema de parceria, que envolve órgãos públicos e privados do município e do Estado. Cada família de jovem contribui, trazendo o que produz em sua propriedade, para sua própria alimentação na semana de alternância na CFR. Os Órgãos locais, Prefeituras e instituições diversas, apóiam o funcionamento. As Secretarias da Educação e da Agricultura, principalmente, apóiam financeiramente e tecnicamente, o STR e a FASE, também contribuem com assessoria técnica.

A CFRG estabelece a partir dela uma rede de articulações e parcerias de modo a garantir a oferta de uma educação para os camponeses do município de Gurupá. Essa rede muito bem articulada fortalece e possibilita, conforme constatamos através de entrevistas e visitas de campo, o sucesso da experiência da CFR de Gurupá. Uma rede que não se fecha no local, mas se espraia para articulações regionais.

A CFRG surge em função da ausência do Estado na oferta de uma educação específica para os camponeses, mas afirma o direito à educação, obrigando o Estado a participar na oferta deste serviço. A CFR de um lado assume a execução de um serviço que é de responsabilidade do Estado, de outro sua existência força o Estado a voltar seu olhar para o campo.

A educação como direito de todos e dever do estado e da família prescrito na Constituição Federal de 1988, art. 205, evidencia uma conquista histórica dos movimentos sociais, em garantir a educação como direito universal fundamental ao desenvolvimento humano. A educação como direito fundamental e não como mercadoria não pode seguir a lógica de manutenção da subjugação das camadas populares. É ela, um direito humano indispensável à construção de uma sociedade de fato democrática.

Discutir parceria e políticas públicas nos impõe aprofundar o debate sobre democracia e o papel da Sociedade Civil na constituição de espaços públicos que se tornam arenas de debates, tensões e negociações na construção de hegemonias.

2. 3 SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PARCERIA

Os anos 90 são caracterizados por Dagnino (2002, 2004) como a revitalização da Sociedade Civil, identificada como o aumento do associativismo, a emergência dos movimentos sociais organizados, a reorganização partidária, e a própria democratização do Estado. Há a partir de então uma postura de negociação com abertura de possibilidades para uma atuação conjunta expressa na bandeira de participação da sociedade civil

A Sociedade Civil em Gramsci de acordo com Giovanni Semeraro (1999) é composta de organismos privados e voluntários – indica a “direção” (os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações os movimentos sociais, etc.), enquanto a Sociedade Política é estruturada sobre aparelhos públicos – caracteriza-se mais pelo exercício do “domínio”, aqui se situa o Estado. Para este autor existe uma relação dialética de “identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política”, que se constituem em duas esferas distintas relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática.

A concepção de Sociedade Civil em Gramsci traz para o debate a capacidade dos cidadãos expressarem suas iniciativas, seus interesses, sua organização, seus valores na construção de espaços democráticos.

A novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel. Nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder (Giovanni Semeraro, 1999: p. 70)

Semeraro (1999: 72) explica ainda que para Gramsci o espaço da Sociedade Civil “pode também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico”.

De acordo Dagnino (2004) a sociedade civil remete, em primeira instância, àquele espaço onde a coordenação da ação se produz através de normas reconhecidas intersubjetivamente; inclui, portanto, todas as instituições e formas associativas que requerem a interação comunicativa para sua reprodução e que primariamente contam com processos de integração social para a coordenação da ação dentro de seus limites. A partir desta perspectiva as "associações voluntárias" ou os "movimentos sociais" que apelam à essa lógica, constituem o coração institucional da sociedade civil e os direitos são vistos como o princípio organizador de uma sociedade civil moderna.

A abertura que há no Brasil a partir da década de 1990 para a possibilidade de atuação negociada favorece a uma diversidade e complexidade de embates, confluências e disputas em torno de um projeto hegemônico.

[...] assim, os anos noventa foram cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado. E como consequência, durante esse mesmo período, o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade (DAGNINO, 2004.p.96)

Neste sentido, configura-se uma relação de força entre os atores envolvidos nesse processo de negociação, de atuação conjunta, pois existem interesses comuns e muitas vezes intenções divergentes. Para Dagnino (2002: 279) o processo de construção da democracia brasileira não se dá de forma linear, mas contraditório e fragmentado, “isso elimina qualquer possibilidade de compreender a sociedade como demiurgo do aprofundamento democrático” da mesma forma que não se pode considerar o Estado com tal função uma vez que persistem em sua estrutura características autoritárias e repulsivas às ações participacionistas.

Da mesma forma o partido político estabelece relações permeadas por características paternalistas, clientelistas e personalistas, esvaziando-se na sua condição de mediador na relação Sociedade - Estado (DAGNINO, 2002). Para a autora um dos obstáculos a construção de relações mais democráticas é o autoritarismo brasileiro presente no campo das relações sociais e das representações culturais e simbólicas. Portanto, processos ganham forma a partir de possibilidades e dificuldades que se estabelecem na relação entre uma sociedade hierarquizada e um Estado, cujas práticas autoritárias continuam a resistir aos impulsos participativos.

Para Dagnino (2004) outro aspecto importante nesse debate é o deslocamento de significados de noções como sociedade civil, produzidas no âmbito do projeto hegemônico neoliberal. A disseminação das Organizações Não-Governamentais; o fortalecimento do chamado Terceiro Setor, das Fundações Empresariais, com ênfase na filantropia demonstram o significado dessa nova redefinição da noção de Sociedade Civil.

O resultado tem sido uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONG, onde o significado da expressão “sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de “Terceiro Setor”. Reforçada pelo que tem sido chamado de “onguização” dos movimentos sociais essa tendência é mundial. Mas seria necessário aprofundar os significados locais específicos desse deslocamento, bem como apontar a heterogeneidade constitutiva do campo das ONG que tendemos a ignorar. O papel das agências internacionais tem sido abundantemente apontado na raiz desse deslocamento (DAGNINO, 2004, p.100).

O debate que se trava entre diferentes concepções apontam para o significado mais profundo de sociedade civil e do projeto de sociedade que se quer construir. De um lado, um Estado Social-Liberal, anunciado por Bresser Pereira, na transferência de recursos públicos para setores privados, na minimização do papel do Estado, na competição e a flexibilidade na provisão de serviços como saúde, educação, assistência social. De outro, um projeto de aprofundamento da cidadania e da democracia, para um Estado garantidor de direitos e promotor de cidadania.

Para Dagnino (1994) a cidadania é uma concepção em disputa, pois tanto movimentos democratizantes quanto movimentos neoliberais pregam a necessidade de cidadania como pressuposto democrático. Por tanto a cidadania muitas vezes é esvaziada

em seu sentido mais profundo, pois a noção de cidadania está vinculada à experiência dos movimentos sociais, à construção democrática e seu aprofundamento, e o nexos constitutivo entre cultura e política.

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (DAGNINO, 1994, p. 107).

Para a autora uma das consequências dessa perspectiva é a necessidade de distinguir a nova cidadania dos anos 90 da visão liberal que e acabou por dar uma nova essência a noção de cidadania, e que hoje vigente tenta permanecer e desempenhar funções bem distintas daquelas que caracterizam a sua origem.

Neste sentido a relação sociedade-estado é marcada por conflitos, contradições e mediações. Ora produz práticas democratizantes, ora produz práticas autoritárias. Pois, nesta relação está em jogo projetos políticos de diferentes sujeitos, de diferentes atores. Vale ressaltar que no interior da Sociedade Civil há confronto entre diferentes projetos políticos, concepções e interesses.

Por tanto é uma relação constantemente marcada por negociações e rupturas. Pela possibilidade de “partilha efetiva do poder” (Dagnino, 2002). As limitações impostas a participação da Sociedade Civil partem das estruturas estatais pouco comprometidas com processos de democratização, na burocratização, na penúria dos recursos, na instabilidade dos projetos que pressupõe parceria com o estado.

Avaliar o impacto da sociedade civil sobre o desempenho do Estado se faz necessário, desde que seja focado naquilo que articula e separa, que une e opõe as diferentes forças que as integram, considerando o conjunto de interesses que expressos em escolhas políticas constituem projetos políticos, ou seja, “o conjunto de crenças interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004, p.282,).

A atuação conjunta do Estado e Sociedade Civil não é homogênea, de tipo único, linear, sem conflitos. Dagnino (2002) nos ajuda a compreender essas relações a partir do agrupamento destas em três grupos, que são: projetos compartilhados, complementaridade e parceria.

No primeiro grupo estão aqueles que ora apontam possibilidades de confluências positivas entre Sociedade Civil e Estado, ora para conflitos marcados pela explicitação dos interesses envolvidos nos projetos políticos.

O segundo é caracterizado como “confluência perversa” marcado pelo antagonismo e conflitos de projetos entre a extensão da cidadania e a democratização da sociedade, e um projeto de Estado cada vez mais ausente e isento de suas responsabilidades na garantia de direitos essenciais. Essa confluência perversa se materializa

“[...] entre um projeto participatório, construído a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do papel de garantidor dos direitos. A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade ativa e propositiva. Essa confluência perversa faz com que a participação da sociedade civil se dê hoje em terreno minado, onde o que está em jogo é o avanço ou recuo de um desses projetos. Esse é o dilema que está presente na grande maioria dos estudos de caso que centraliza o debate que tenta avaliar as experiências de atuação conjunta com o Estado [...] (DAGNINO, 2002, p. 289).

Neste segundo grupo evidencia-se a relação ONG e Estado, principalmente quando estas consideradas confiáveis e competentes recusam o papel e lugar que lhes são atribuídas pelo Estado, dificultando a concretização de ações que embora provisórias e focalizadas, poderiam amenizar as desigualdades, melhorando a qualidade de vida da população que é alvo desses programas conjuntos.

Para Dagnino (2002:291) quando se trata da questão de representatividade, surgem reflexões pertinentes. Principalmente em relação ao deslocamento de representatividade que faz de muitas ONGs porta-vozes de interesses difusos, “[...] a noção de representatividade não é obviamente inocente nem em suas intenções nem em suas consequências políticas”. Muitas Ongs se investem ou são investidas do caráter de representantes pelo Estado e pelas agencias financiadoras, tornando-as parceiras confiáveis,

isso pode acarretar como conseqüências uma aproximação maior dessas organizações com seus financiadores e um distanciamento da população carente que necessita das ações produto dessas parcerias.

Neste sentido, podemos ter movimentos sociais legítimos conquanto não estejam formalizadas perante o Estado, e o contrário, associações legitimadas pelo Estado que não expressam necessidades nem se configuram como representativas das camadas populares embora privilegiem a atuação em meio a elas. Em poucas palavras: a legalidade é conferida por ato do Estado, a legitimidade pela população organizada; o legal e o legítimo podem apresentar-se juntos, mas nem por isso as relações do Estado com a população serão menos contraditórias

O terceiro grupo traz consigo um pouco da complementaridade, mas avança quando ONGs que construíram suas competências a partir incorporação das demandas dos movimentos sociais entendem que essa prática pode “afetar a ação estatal na direção da expansão da cidadania”. Ou seja, tais parcerias transformam-se em reais possibilidades de alterar a ação estatal.

É neste terceiro grupo, que entendemos estar inserida a relação CFRG e Estado. Ao incorporar uma demanda dos movimentos sociais e da sociedade de modo geral: a educação do campo, busca estabelecer uma relação de parceria com o Estado acreditando que pode afetar a ação estatal ampliando o acesso a esse direito, considerado básico e essencial para o exercício pleno de cidadania.

Foi possível constatar, a partir das entrevistas e visita de campo, que a CFRG tem alterado a ação e a pauta estatal local. A educação do campo, até a implantação da CFR não fazia parte da pauta governamental local, o ensino ofertado para as comunidades rurais era o mesmo ou de menor qualidade ao que era ofertado na cidade. Atualmente, verificamos, que a educação voltada para a formação dos camponeses e para o desenvolvimento local conquistou tratamento específico e diferenciado.

CAPÍTULO III

COMPONDO PARCERIAS: a experiência da Casa Familiar Rural de Gurupá

3.1 O DEBATE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CASA FAMILIAR RURAL

Antes de tratar da Casa Familiar Rural é importante registrar o intenso movimento que tem se constituído no Brasil acerca da educação do campo e que tem possibilitado dar visibilidade para experiências antes pouco percebidas no país como a Casa Familiar Rural.

O debate acerca da educação do campo vem se intensificando a partir da década de 1990, mais precisamente, em 1997 com a realização do I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária- ENERA, que se desdobrou na realização das Conferências Nacionais “Por uma Educação do Campo” e num forte movimento na construção e na defesa da educação específica para o campo. Como fruto das conferências nacionais, foi publicada uma coleção com cinco exemplares denominados “Por uma Educação do Campo” datados suas publicações ente 1999 a 2004, trazendo contribuições importantes acerca desse debate.

Desde a realização da I Conferência por uma Educação do Campo, esse debate tem trilhado um caminho na perspectiva da consolidação do paradigma do campo em oposição ao paradigma rural. A discussão sobre a utilização do termo campo e não mais rural se deu na I Conferência ocorrida no ano de 1998, em Luziânia - Goiás, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco e Universidade de Brasília- UnB. Lá houve o entendimento que ao tratar da educação do campo se estará falando do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, indígenas, assalariados vinculados à vida e ao trabalho neste meio social, considerando desta forma o trabalho, as lutas sociais, culturais e simbólicas do campo (KOLLING, et al, 1999).

Compartilhamos com Kolling et al (1999, p.63) o entendimento sobre significado de uma escola do campo, ou seja,

aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário da população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação.

Hage (2005) estabelece as características e as distinções entre Educação do Campo e Educação Rural:

Educação do Campo

- a) A educação do campo é definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo, e se realiza com eles, e não para eles. Os sujeitos do campo são protagonistas de sua educação.
- b) É compreendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: Incluyente, Democrática e Plural.
- c) Pautada na pluralidade de sujeitos que podem viver numa relação dialógica e fraterna.
- d) Uma educação que contribui com a construção de outra relação entre o campo e cidade, enfrentando a hierarquia e a desigualdade atualmente existentes.
- e) Uma educação que se realiza no conjunto dos Movimentos sociais, das lutas e organizações do povo do campo. Na luta pela terra e por condições dignas de vida e de afirmação de sua identidade (HAGE, 2005, p. 1-3).

Educação Rural

- a) É uma educação que fortalece a dicotomia campo-cidade veiculando uma concepção “urbano-cêntrica” de vida e desenvolvimento, propagando a idéia de superioridade do urbano em relação ao rural. Sendo a cidade o lócus do desenvolvimento, da tecnologia, do bem estar, e o campo o lócus da pobreza, do atraso, da ignorância.
- b) Os defensores dessa concepção afirmam ainda, que a diferenciação entre o rural e o urbano não faz mais sentido, uma vez que o modo de vida do camponês está em

processo de extinção e a única possibilidade de sobrevivência das populações do campo será a sua integração ao modelo de vida da cidade, à agroindústria de grande porte e a sua subordinação às exigências mercadológicas da agricultura capitalista – o Agronegócio.

- c) Uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências e de suas famílias;
- d) Uma educação que desvaloriza a vida do campo, diminuindo a auto-estima dos alunos e descaracterizando suas identidades;
- e) Uma educação que fortalece o ciclo vicioso que os sujeitos do campo realizam: “de estudar para sair do campo” ou “de sair do campo para estudar”, fortalecendo o processo de migração campo-cidade;
- f) Uma educação que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludentes (HAGE, 2005, 1-3).

Na mesma perspectiva é que Caldart (2004: p.24) apresenta quatro elementos que considera fundamental para entender o debate sobre a educação do campo: o primeiro refere-se à incompatibilidade da educação do campo com o modelo de agricultura capitalista; o segundo, a superação da dicotomia campo-cidade; o terceiro, diz respeito à vinculação da educação do campo com as lutas sociais, e o quarto, refere-se à vinculação a um projeto de desenvolvimento.

A formação humana vinculada a uma concepção de campo, ou seja, uma concepção de projeto de sociedade nos leva a refletir sobre o papel das escolas do campo no conjunto das lutas sociais para o fortalecimento de uma educação que se propõe a formar sujeitos capazes de transformar sua realidade. A educação para os movimentos sociais do campo, não pode ser vista como um serviço no campo do mercado, mas como direito, vinculado à saúde, a cooperação, a justiça e a cidadania. Portanto um valor fundamental à vida e a formação humana.

Essa compreensão do campo e da educação do campo nos possibilita ver as inúmeras experiências em desenvolvimento no campo, que ao longo do tempo vão se consolidando e construindo novas alternativas educativas: dentre elas destacamos a experiência das Casas Familiares Rurais, das Escolas Familiares Agrícolas, dos Círculos de Cultura (coordenado pela Comissão Pastoral da Terra/Guajarina-Pa), as escolas dos assentamentos do MST e suas escolas itinerantes, e muitas outras, em curso. Para Souza

(2003, p. 219) as experiências educacionais em realização no campo são merecedoras de atenção, pois se constituem na gênese de formas alternativas de valorização socioeconômica, política e cultural.

Autores como Molina (2004, 2006), Kolling, Cerioli e Caldart (2002), Fernandes (2004), Souza (2006) Hage (2005) tem apontado necessidade de afirmação da educação do campo como política pública e direito humano essencial à vida no campo. Um projeto educativo vinculado a um projeto de sociedade, que venha a se contrapor a uma modelo de educação excludente, baseada na exploração predatória dos recursos naturais, no agronegócio e precarização da educação.

3. 1.1 Marco legal da Educação do Campo

A partir da década de 1990 o movimento por uma educação do campo se espalha por todo o país em redes articuladas na construção de uma nova perspectiva político-pedagógica da educação para e com os moradores do campo. Marchas, conferências, encontros, debates, pesquisas e publicações científicas, marcam um novo paradigma em educação do e no campo. Uma luta que vai materializando e constituindo um marco legal na legislação e na política educacional brasileira,

Na LDB 9.394/96, no artigo 28, incisos I, II e II, ao tratar de adaptações e adequações às peculiaridades da vida rural e de cada região, temos, ainda que tímido, o reconhecimento de que as escolas do campo não são uma extensão das escolas urbanas, e que precisam de tratamento específico. Posteriormente com a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica 1, de 03 de abril de 2002, abre-se uma nova perspectiva político-pedagógica para a educação do campo.

De acordo com o artigo 2º define que as diretrizes com bases na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional e de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Edla Soares na relatoria às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo retoma a história da educação no Brasil e ao mergulhar nas Cartas Constitucionais, evidencia:

no Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se o descaso dos dirigentes com a educação do campo, e de outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (BRASIL/CNE, 2001. p. 2).

O tratamento que se deu à educação dos moradores do campo na primeira década do século XX no ordenamento jurídico foi uma tentativa de responder as pressões no campo em função dos conflitos agrários, do êxodo rural e a necessidade de aumentar a produtividade do campo. Além do forte movimento de renovação da educação expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, fez com que o Patronato colocasse a educação na pauta das questões agrícolas, mas, ainda assim a educação estava associada ao trabalho, a produtividade, a necessidade de aperfeiçoamento técnico, era mais uma estratégia para manter o controle sobre os trabalhadores rurais, como bem afirma (FRIGOTTO, 2004, p. 65):

(...) as políticas educativas têm sido marcadas pela lógica colonizadora e adaptativa. Esta foi a perspectiva do ruralismo pedagógico até os anos 60. ao longo do golpe civil-militar (ditadura de 64) e nos anos 90 com a ditadura do mercado do Governo Fernando Henrique Cardoso, o que dominou foi uma visão tecnicista, adestradora de educação para o campo e não um projeto educativo centrado na ótica de construção e emancipação dos sujeitos do campo.

Ao contrário dessa visão, de que nos fala Frigotto, os movimentos sociais do campo vem travando uma disputa para construir o território da educação do campo, baseada no princípio de uma formação humana vinculada a uma concepção de campo.

Uma conquista importante neste sentido foi o Parecer do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº. 1 de 01/02/2006 que regulariza os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por

Alternância (CEFFAs), reconhecendo e legitimando a certificação dos alunos que se formam neste ambiente educativo.

O reconhecimento da Pedagogia da Alternância fortalece as inúmeras experiências em curso no país, pois existem atualmente no Brasil 265 unidades escolares, com diferentes nomenclaturas, que praticam a Pedagogia da Alternância, são elas: EFAs (Escola Familiar Agrícola), CFRs (Casas Familiares Rurais), ECORs (Escolas Comunitárias Rurais) e CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), Casas das Famílias Rurais (CDFR), Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CDEJOR), (MEC/SECAD, 2006).

Somando-se a isso a Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2008 estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo definindo com precisão competências, níveis, modalidades, sujeitos da educação do campo e forma de colaboração entre os entes federados na sua oferta:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

§ 1º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

§ 2º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (BRASIL, 2008).

A perspectiva da oferta para a educação do campo cujo objetivo visa alcançar os sujeitos do campo é um avanço na construção de uma escola do e no campo, que valorize as diversas formas de produção da vida e da cultura desses sujeitos.

3.2 GÊNESE DA CASA FAMILIAR RURAL NO BRASIL

A Casa Familiar Rural teve sua origem na França em 1935, num povoado chamado Lot et Garonne, lá ela é chamada de *Maison Familiale Rurale*, onde os jovens passavam uma semana recebendo conhecimentos técnicos voltados para realidade agrícola e duas semanas na propriedade rural aplicando os conhecimentos recebidos, essa prática ficou conhecida como “Pedagogia da Alternância”. No Brasil, a primeira experiência de CFR se deu na região nordestina no Estado de Pernambuco (1984) e no Sul no Estado do Paraná em 1989.

A iniciativa surgiu por parte de um grupo de pais agricultores, sindicato de pequenos agricultores e religiosos da Igreja Católica que buscavam solucionar dois problemas: o primeiro referia-se ao ensino regular que tinha como principal referência as atividades urbanas, levando o jovem camponês a abandonar a terra; o segundo referia-se às necessidades de fazer chegar ao campo as inovações tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades agrícolas com qualidade (PASSADOR, 2000; ARCAFAR/NORTE, 2000).

Atualmente existem cerca de quinhentas *Maison Familiales* na França, atendendo aproximadamente 53.400 alunos, e mais trezentas espalhadas pela Europa, África, e América latina, envolvendo cerca de 30.000 alunos (ARCAFAR/ NORTE, 2000).

De acordo com documentos da Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) a CFR é uma instituição educativa, que visa oferecer aos jovens do meio rural uma formação integral adequada a sua realidade, que lhes permita atuar como profissionais no meio rural. O projeto é regido por uma Associação de agricultores através de um Conselho Administrativo eleito em Assembléia geral, que tem o objetivo de participar do processo educativo dos jovens e administrar o referido projeto (ARCAFAR/ NORTE e NORDESTE, 2000).

Atualmente existem no Brasil 91(noventa e uma) CFRs, presentes em seis Estados, desenvolvendo os anos finais (segundo segmento) do ensino fundamental, Ensino médio, Educação profissional técnica de nível técnico (MEC/CNE, 2006).

3.2.1 Casa Familiar Rural no Pará

A primeira experiência no Estado surgiu em 1994 na Região da Transamazônica, no Município de Medicilândia, através do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica em parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica-Centro Agropecuário da UFPA. Em 1995 a CFR iniciou suas atividades com 25 jovens, buscando articular o ensino-desenvolvimento naquela região. Contou com apoio de órgãos municipais, estaduais e federais, bem como do movimento popular.

O quadro abaixo nos permite visualizar o processo de expansão das Casas Familiares Rurais no Pará.

Quadro 3: Casas Familiares Rurais no Pará

CFR	MUNICÍPIO	NÍVEL DE ENSINO
01	ALENQUER	Ens. Fundamental
01	ANAPÚ	Ens. Fundamental
01	ALTAMIRA	Ens. Fundamental
01	ALMEIRIM	Ens. Fundamental
01	BRASIL NOVO	Ens. Fundamental
01	BAIÃO	Ens. Fundamental
01	CACHOEIRA DO ARARI	Ens. Fundamental
01	CAMETÁ	Ens. Fundamental
01	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Ens. Fundamental
01	CURUÁ	Ens. Fundamental
01	CAPITÃO POÇO	Ens. Fundamental
01	GURUPÁ	Ens. Fundamental e Médio Técnico
01	IGARAPÉ MIRI	Ens. Fundamental
01	ITAITUBA	Ens. Fundamental
01	JURUTI	Ens. Fundamental
01	MEDICILÂNDIA	Ens. Fundamental
01	MOJU	Ens. Fundamental
01	MOCAJUBA	Ens. Fundamental
03	ÓBIDOS	Ens. Fundamental
01	OEIRAS DO PARÁ	Ens. Fundamental
01	OURÉM	Ens. Fundamental
01	OURILÂNDIA DO NORTE	Ens. Fundamental
01	PACAJÁ	Ens. Fundamental

01	PLACAS	Ens Fundamental
01	PORTO DE MOZ	Ens. Fundamental
01	RURÓPOLIS	Ens. Fundamental
01	SANTAREM	Ens. Fundamental
01	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	Ens. Fundamental
01	SÃO FÉLIX DO XINGU	Ens. Fundamental
01	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	Ens. Fundamental
01	TUCURÍ	Ens. Fundamental
01	TUCUMÃ	Ens. Fundamental
01	URUARÁ	Ens. Fundamental
01	XINGUARA	Ens. Fundamental

Fonte: Registro feito com base na coleta de dados

São 37 Casas Familiares Rurais presentes em 35 municípios do Estado do Pará, ofertando a modalidade normal do ensino fundamental e médio para os jovens do campo. A expansão das CFRs no Pará representa, de um lado, uma conquista dos camponeses no sentido de construir uma escola do e no campo, vinculada à sua realidade, bem como o fortalecimento do paradigma da educação do campo, que vem tomando fôlego desde 1997. Mas por outro lado, revela a timidez e até mesmo a ausência do Estado na oferta da educação para os sujeitos do campo.

A presença da Casa Familiar Rural também está intrinsecamente ligada ao fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento local, uma vez que

A Amazônia brasileira é uma região onde a agricultura familiar tem papel importante, não só pela existência de um grande número de estabelecimentos agrícolas familiares, mas também pela importância social e ecológica que representa este tipo de agricultura (OLIVEIRA, 2001: 90)

Neste sentido, podemos inferir que a CFR constitui-se em uma resposta à carência e ao modelo de ensino ofertado para os moradores do campo, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio, e uma possibilidade de ressignificação da cultura e a identidade camponesa.

A ARCAFAR- Norte/ Nordeste no Documento intitulado “Programa de Educação Rural para o Pará” encaminhado ao Conselho Estadual de Educação destaca a realidade educacional em que a população do campo se encontra no Estado do Pará

A escola desvinculada da realidade; falta de recursos relacionados às atividades básicas da zona rural; necessidade dos alunos permanecerem na propriedade da sua família para trabalhar, fato, que o programa das escolas tradicionais não leva em consideração quando da montagem de seu calendário; baixa qualidade da escola multisseriada; falta de vagas nas escolas agrotécnicas e preterição de candidatos filhos de agricultores (ARCAFAR/ NORTE-NORDESTE, SD, p.6)

Para fazer frente a essa realidade propõe

O máximo de interiorização; reflexão sobre o desenvolvimento rural; aprendizado baseado nas realidades das propriedades agrícolas; participação das famílias dos agricultores na formação dos jovens; sistema pedagógico adequado (alternância entre vivência prática na propriedade e discussão teórica na sala de aula; educação atrativa que prepare o jovem para ser agricultor, mas, lhe ofereça também um à formação integral para a vida em sociedade. (ARCAFAR/ NORTE E NORDESTE, SD, p. 7)

Com o crescimento das experiências das CFRs e a demanda por uma educação do campo, foi fundada a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará, no ano de 2003 no município de Gurupá em uma assembléia geral realizada na Casa Familiar Rural.

Sua constituição foi fruto de uma ampla discussão entre as Casas Familiares Rurais, que sentiam a necessidade de uma Organização Estadual para defender e representar seus interesses, promover o intercâmbio, garantir os princípios filosóficos e metodológicos, evitar o isolamento e acompanhar o processo de expansão das mesmas no Estado do Pará. Desde sua existência, a ARCAFAR/PA tem desempenhado importante papel na união e fortalecimento das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará, possibilitando a expansão e a boa aplicação dos princípios que norteiam a Pedagogia da Alternância nas diferentes realidades do Estado do Pará (ARCAFAR/PA, S/D).

As CFRS estão articuladas entre si através das associações regionais e à rede de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que se organiza em três associações – UNEFAB, ARCAFAR–SUL e ARCAFAR-NORTE/NORDESTE. Congrega as Escolas Familiares Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFRs) e Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), somando 217 escolas que adotam a Pedagogia da Alternância, além disso, em âmbito internacional, faz parte da Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação por Alternância – AIMFR (MEC/CNE, 2006).

As Casas Familiares Rurais formam redes articuladas nacional e internacionalmente com o propósito de acessar e disseminar informação, colaborar, mobilizar e sensibilizar atores sociais. Atualmente diversas organizações da sociedade civil vêm adotando e/ou se inspirando na idéia de rede para melhorar sua atuação. Desta forma, desenvolvem processos de intercâmbio e aprendizagem dentro da organização e facilitam o processo de descentralização para o fortalecimento de atores locais.

Estas redes representam formas inovadoras de associação de interesses e têm se mostrado capazes de influenciar atores locais e internacionais. As redes têm se apresentado estratégicas à articulação e mobilização em torno de causas e princípios dos movimentos sociais nacional e internacionalmente.

3.2.2 A Pedagogia da Alternância

O princípio metodológico que norteia a ação pedagógica das CFRs é a Pedagogia da Alternância, onde os jovens educandos passam uma semana na Casa, em regime de internato, e duas semanas na propriedade, no meio profissional rural, alternando momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente família/comunidade.

As práticas educativas que permeiam a política curricular da CFR têm afirmado a proposta didático-pedagógica da Alternância como um processo de ensino-aprendizagem que se propõe a ir do concreto ao abstrato, dando centralidade as experiências do (a) educando(a) e a produção do conhecimento. De acordo com Freire (1987, p.86), “só a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo é que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da política.” Neste sentido, a articulação entre a realidade-problema e a reflexão teórica se faz presente na metodologia e nos conteúdos trabalhados na CFR

Durante a semana na Casa os jovens colocam em comum com a ajuda dos monitores os problemas levantados na realidade, buscam novos conhecimentos para compreender e explicar os fenômenos científicos. Através dos cursos profissionais, é realizado o estudo de fichas pedagógicas com conhecimento técnico integrado a uma formação geral (matemática, geografia, física...) e uma educação social voltada para o trabalho comunitário (ARCAFAR/NORTE-NORDESTE, S/D, p.6).

Desta forma percebe-se a formação humana vinculada a uma concepção de campo, ou seja, uma concepção de projeto de sociedade que leva a refletir sobre o papel da Pedagogia da Alternância na consolidação de um modelo de educação que vai além dos limites do Estado.

A Pedagogia da Alternância é uma forma de organização do ensino básico em alternância regular de período de estudo, que vai além das disposições das ações e atividades didático-pedagógicas no tempo-espaço. E se fundamenta nos seguintes princípios¹⁹:

- a) Autonomia refere-se à capacidade daqueles que participam protagonizarem a gestão, a organização e a consolidação da proposta;
- b) Associação, responsabilidade jurídica e econômica da gestão compartilhada;
- c) Pedagogia da Alternância refere-se à organização da escola-tempo, trabalho-estudo, teoria-prática;
- d) Formação Integral, ou seja, a compreensão do mundo que o cerca;
- e) Desenvolvimento Sustentável e Solidário, diz respeito à abordagem social e humana do desenvolvimento;
- f) Fortalecimento da agricultura Familiar, destacando a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro.

Esses princípios articulados possibilitam a construção de um processo educacional amplo, inovador e que integram no processo formativo, diferentes espaços e tempos através de uma didática específica, com instrumentos metodológicos capazes de elevar o nível de consciência do jovem para uma visão crítica e sustentável do meio onde vive e interage, como podemos verificar na fala de um aluno da CFRG.

Hoje a CFR é uma realidade de um estudo voltado a uma dinâmica diferente que é o caso da formação profissional. Atualmente no município só temos a formação até o nível médio sem profissionalização e a CFR

¹⁹ Esses princípios foram expostos pelo Professor Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza, enquanto ministrava a Disciplina Educação Rural na Amazonia, para o curso de Pedagogia da UFPA, no primeiro semestre de 2007. Na ocasião eu estava realizando estágio docência nesta disciplina.

profissionaliza para uma realidade dos jovens que atuam no campo, com a expectativa de convivência na comunidade, no movimento social, com capacidade de gestar recursos naturais e também algum empreendimento, da família, comunitário, associativo, então pra mim é uma dinâmica nova. [...] A Pedagogia da Alternância confronta o conhecimento empírico e o conhecimento técnico e tenta encontrar uma saída oportuna para todos os envolvidos (Ivanildo Gama Brilhante, aluno do 2º ano do ensino médio da CFRG).

Os jovens passam à ação de protagonistas, disseminadores de inovações tecnológica e possuem centralidade no processo ensino-aprendizagem. Na Atas do Congresso Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (2000, p.58) evidencia-se a importância da participação dos jovens agricultores na transformação de seu meio: “os jovens são necessários para inovar e transformar, cada vez mais, eles representam os depositários de certo saber carregado de idéias inovadoras e transformadoras”.

Antes de estudar na CFR a minha visão de mundo era diferente, a visão de cada família era diferente, você conseguir o básico para sobreviver isso já era grande coisa, o planejamento futuro não existia. E essa questão da gestão veio no processo de formação, aí a gente já começou a melhorar nossa relação com a família, provocar essa questão da gestão e planejamento para ter algo necessário para viver bem onde moramos, então a gente se relaciona com as famílias, vai buscar conhecimento empírico e lá a gente troca, dialoga, colocando a questão do conhecimento técnico-científico, mas trazendo também o conhecimento dessas famílias, e naturalmente quando você implementa uma atividade que começa a ter retorno, o vizinho do lado copia, as coisas boas fazem bem copiar, eles começam também a chamar para dar orientação e perguntar: como foi que fizeste para dar certo aquela atividade que tu implementaste? Por exemplo, a Piscicultura foi implementada pela Casa Familiar Rural, que é uma grande fonte de renda para as famílias principalmente da várzea, um jovem da CFR faz, uma família próxima faz (Ivanildo Gama Brilhante, aluno do 2º ano do ensino médio da CFRG)

Através dos **Suportes Pedagógicos** (ARCAFAR, 1998, p.5-10) busca-se garantir um ensino-aprendizado por Alternância colado à vida, a realidade, articulando teoria e prática. São eles:

a) **Pesquisa Participativa** através deste instrumento se faz um diagnóstico da realidade local e a partir daí são definidos conteúdos temáticos e a programação educativa;

- b) **Plano de Formação** é a organização e o planejamento dos conteúdos que devem ser trabalhados de forma interdisciplinar;
- c) **Plano de Estudo** é roteiro de pesquisa sobre o tema profissionalizante a ser estudado;
- d) **Colocação em Comum** é o relato em sala de aula a respeito da pesquisa realizada;
- e) **Fichas Pedagógicas** são feitas com a colaboração de uma equipe técnica interdisciplinar, nelas são sistematizados os conteúdos da Semana a partir da Colocação em Comum, possibilitando apoio sobre o conhecimento e a realidade do jovem, explicações científicas acerca do tema, resumo essencial e exercício que possibilitem a articulação entre teoria e prática;
- f) **Visita de Estudo** são visitas realizadas pela turma a experiências agrícolas inovadoras desenvolvidas na região;
- g) **Intervenção Externa** acontece quando são convidados técnicos, agricultores, professores ou outros especialistas para trabalhar determinada temática;
- h) **Exposição Dialogada** é a exposição e debate de temáticas relevantes a formação dos jovens educandos;
- i) **Atividades práticas de campo**, no primeiro ano é o período de adaptação da família a proposta da CFR, no segundo ano ocorre a aplicação prática dos novos conhecimentos, e no terceiro ano o desenvolvimento de projetos práticos no campo.
- j) **A avaliação** também tem papel importante dentro desse processo formativo, considerando as dimensões intelectual, psicológica e social, busca potencializar o jovem para um aprendizado teórico- prático de intervenção na sua comunidade bem como para uma convivência saudável socialmente. São avaliadores: o Conselho administrativo, os monitores, as famílias e a assessoria pedagógica.

A Resolução do CNE/CEB²⁰ nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo destaca a necessidade dessas escolas constituírem-se num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

²⁰ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

3.3 CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ²¹

A pesquisa permitiu perceber que em 1998 nasce no município de Gurupá a Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (ACFR) e em 2000 é inaugurada a Casa Familiar Rural, fruto de um “intenso” debate desenvolvido no seio do Sindicato dos trabalhadores Rurais e das lideranças do Setor Moju, iniciada em 1996. No ano de 2008 a associação celebrou 10 anos de existência, e possui 253 associados.

Para um melhor entendimento apresentaremos a Associação da Casa Familiar Rural, gestora do projeto, em seguida a infra-estrutura da Casa Familiar Rural para compreendermos as suas condições de funcionamento e posteriormente a dimensão político-pedagógica para termos uma visão global desta e podermos compreendê-la no contexto do desenvolvimento local.



IMAGEM 06: Visão frontal da CFRG/ Fonte: Arquivo da autora, julho de 2008

Nesta foto temos a visão de frente, logo na chegada da CFRG. Neste ambiente funciona a secretaria, sala da coordenação pedagógica e alojamento dos alunos. É uma construção que valoriza em sua arquitetura as características regionais. Atrás desse espaço fica uma sala de aula, construída em forma de maloca, e um auditório que comporta cerca de 200 pessoas.

²¹ Grande parte dos dados aqui apresentados foi coletada durante trabalho de campo realizado no período de 07 a 20 de julho de 2008.

Associação da CFRG:

A Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá criada em 1998, possui caráter familiar, apartidário, sem fins lucrativos. Tem por princípio básico a organização das famílias para representar os seus membros na defesa da qualidade de vida no campo, da preservação e conservação do meio ambiente, bem como na disseminação e promoção da agroecologia (ESTATUTO DA ACFRG).

De acordo com a fala dos entrevistados a associação está relacionada com a participação efetiva das famílias

A associação, que é as famílias que dirigem, que coordenam todo o processo através de suas assembléias, de seus conselhos, é ela quem vai dirigindo o processo (Alaércio, Monitor da CFRG).

As famílias têm acesso lá (na CFRG), elas têm participado, dado propostas, discutido as coisas juntos com a diretoria, porque ela funciona dessa forma, as famílias, os associados tem acesso, pra discutir tudo isso, tem o Conselho pra executar tudo aquilo que é discutido em Assembléia, qualquer pendência que aparece o Conselho convoca uma reunião, quando não, é uma Assembléia ou Mini-assembléia para resolver os problemas, então cada dia que passa a tendência é melhorar (Godolfredo, presidente do STR de Gurupá).

A CFR discute os temas geradores, que vai englobar tudo o que se vai estudar tanto na área profissionalizante quanto na formação humana. Isso se dá na Assembléia dos pais, os pais constituem a Assembléia que vai discutir os temas que os filhos deles vão estudar, ver quais os temas mais abrangentes, os temas mais importantes para a vida profissional dos filhos deles no campo (Ivanildo Gama Brilhante- aluno da CFRG).

Além da participação das famílias a promoção da Agroecologia tem se destacado como fala o Secretário de Agricultura do município

A CFR pra mim é que tem feito e esta fazendo o trabalho que Gurupá precisa para desenvolver economicamente garantindo a sustentabilidade dos seus recursos, porque o que nós aprendemos tradicionalmente era deixar nossa terra sem recurso algum e a política da CFRG é desenvolver a economia do município, mas baseada na sustentabilidade dos recursos naturais, eu tiro madeira, mas tem madeira, pego caça, mas tem caça, tiro açaí tem mais açaí, tiro palmito e tem mais palmito (Manoel Chico-Secretário de Agricultura).

A associação realiza assembléia eletiva de 3 em 3 anos e escolhe um Conselho de 15 membros sócios que por sua vez elege a Diretoria. Compõe a estrutura da ACFRG: O Conselho administrativo, Conselho Fiscal e Assembléia Geral. Neste percurso de 10 anos, foram presidentes da ACFRG, o Sr. João Teixeira (1998-2000; 2007-2009) que está no seu segundo mandato; Manoel do Carmo (2001-2003) e Benjamim (2004-2006). Neste sentido destaca-se a prática de uma gestão compartilhada, democrática e participativa, que envolve todos os sujeitos que fazem parte da CFRG nas decisões e na gestão.

São Objetivos da ACFRG, conforme Estatuto Social da Associação da CFR de Gurupá, Capítulo II, Dos Objetivos

I- a criação e gestão de uma ou mais CFRs no município. II- assessoria no âmbito moral, legal, financeiro, bem como na área técnica e extensão da CFR. III-A defesa a preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. IV-O incentivo a prática da agricultura ecológica. V - a defesa dos membros também na área dos direitos ao consumidor.

Neste sentido os objetivos da ACFRG vão sendo implementados conforme podemos constatar na fala do presidente do STR

A casa Familiar Rural tá se expandindo, já tem uma filial no distrito do Itatupã, inclusive junto com a sub-sede do STR, é no mesmo local, e está se pensando outra na área Quilombola²², então a tendência é avançar cada vez mais, porque está dando resultado, então se a coisa é boa, claro que a gente tem que avançar, a gente tem que abraçar isso e se esforçar porque a gente tá vendo que tá dando resultado (Godolfredo, Presidente do STR de Gurupá).

Através da pesquisa foi possível verificar que o Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, ocorrido em 1996, teve uma importância muito grande, pois foi neste evento que se iniciou o debate sobre a necessidade de uma escola específica para os jovens do campo. Apresentou-se a existência de experiências em escolas do campo como a Casa Familiar Rural e Escola Familiar Agrícola. Ficou então aprovado neste congresso que o sindicato empenhar-se-ia na implantação de uma Casa Familiar Rural.

²² No município de Gurupá existe regularizado um território quilombola de 83.437,13 ha da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Gurupá.-ARQMG. E 8.073,42 ha que deverá ser ampliado, cujo processo está em andamento(IIEB, 2006).

Ainda assim Manoel do Carmo e Benildes Grings²³ seguiram para o município de Afuá no Marajó para conhecerem a experiência da Escola Familiar Agrícola²⁴, após visita ficara claro de que a mais adequada para a realidade local seria uma CFR.

O STR doou então 42 hectares de terra à ACFRG, na comunidade Santo Antonio do Rio Uruaí, na ilha grande de Gurupá, onde foi construída a estrutura para funcionamento da CFRG. Essa construção se deu a base de mutirão, envolvendo a comunidade local, membros do Setor Moju e lideranças do STR.

A pesquisa nos permite constatar que houve uma preocupação por parte do STR de Gurupá com a educação ofertada aos jovens do campo no município, ou seja, escolas sem infra-estrutura e com oferta de ensino até a 4ª série. Conteúdos e metodologias voltadas para realidade urbana, professores pouco preparados, turmas multisseriadas, e os jovens que concluíam a 4ª série era obrigados deslocarem-se para cidade para continuar seus estudos, ou abandoná-los.

O papel da CFRG é preparar o jovem do campo para que no futuro eles possam ter dias melhores, isso que a gente almeja. Há muito tempo que a gente vem se preocupando com os jovens do campo e a gente vem pensando em dar uma educação de acordo com a realidade deles, com isso descobrimos a Pedagogia da Alternância pro jovem do campo e isso nós estamos vendo na prática que está dando resultado, já tem vários jovens que estão sendo beneficiados e isso é para nós um orgulho e um prazer muito grande saber que hoje tem famílias com um padrão bem melhor (Godolfredo, presidente do STR de Gurupá).

O que significa ter um padrão melhor de vida? É ter escola? Casa? Título da terra? Transporte? Ferramentas de trabalho?

Nos últimos anos houve uma expansão da oferta de ensino de 5ª a 8ª série nas escolas do campo com a construção de escolas,²⁵ ainda assim os jovens que concluem

²³ Manoel do Carmo na época era presidente do STR, é atualmente membro da equipe administrativa da CFRG. Foi presidente da Associação da Casa Familiar Rural, e após a implantação da CFR mudou-se com sua família para o rio Uruaí onde permanece lá. Manoel do Carmo é muito conhecido no município e na região em função de sua luta na defesa de uma escola dos camponeses. Benildes Grings, ex- secretária municipal de educação de Gurupá (1993-1996) é atual técnica pedagógica da CFRG. Ambos são fundadores da CFRG.

²⁴ Informações obtidas no trabalho de campo, do dia 07 e 08 de Julho de 2008.

ensino fundamental deparam-se com o dilema antigo, de paralisar os estudos ou ir para a cidade continuá-lo. A saída dos jovens de sua localidade, já que a maioria deles desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar, a pesca, ao extrativismo implica em enfraquecimento de mão-de-obra familiar, aumento de despesas uma vez que ir para a cidade incide em mais investimentos, e até mesmo o deslocamento de toda a família para acompanhar os estudos do jovem.

Essa realidade em Gurupá fica bem definida na fala de um camponês gurupaense, durante Tríduo²⁶ do Setor Moju, que representa um desafio para a escola

[...] precisamos também atentar para o seguinte, tenho dois filhos que irão terminar o ensino fundamental e com certeza irão continuar os estudos na cidade, logo acontece o êxodo rural, assim também acontece com outras famílias, os filhos tem que ir estudar na cidade, aí vai a mãe e os filhos menores, aluga uma casa na cidade ou compra, e o pai fica no interior trabalhando para sustentá-los na cidade. O que fazer para esses jovens estudarem e voltarem para a sua localidade e ajudarem a ter mais qualidade de vida? (Relatório do Conselho Paroquial, 2003, p.9).

Percebemos que a Casa Familiar Rural busca responder a esse desafio da seguinte maneira

A questão econômica é um dos objetivos que ela (a CFR) procura com seus alunos e as famílias que participam estejam desenvolvendo lá na sua propriedade²⁷. Além disso, vai trazer também o dinheiro, não que ele seja tudo, mas pra quem conhece a realidade camponesa aqui dessa área de várzea, região das ilhas, sabe que ter o mínimo é essencial para as famílias permanecerem no campo, elas tendo condições financeiras de ter energia, eletrodomésticos básicos de uma casa, o conforto de uma casa, transporte, isso vai animá-las a permanecer no campo, que, aliás, quando você conversa com um camponês porque ele foi para a cidade, ele foi justamente atrás disso, de energia, de estudo, alimentação todo dia pros

²⁵ São escolas que atendem alunos de uma determinada região do município, e oferece ensino de 1ª a 8ª série, possui uma infra-estrutura mais adequada, em geral no mínimo 5 salas, copa- cozinha, banheiros, diretoria e secretaria, biblioteca e professores mais qualificados.

²⁶ Tríduos são encontros com duração de três dias, articula as comunidades de uma mesma área para a reflexão e busca de alternativas para vida da população daquela localidade, acontece desde 1973 nos meses de outubro e novembro. É uma atividade coordenada pelo Conselho Paroquial da Paróquia de Santo Antonio de Gurupá-Prelazia do Xingu.

²⁷ A utilização do termo propriedade é recorrente no vocabulário nativo e refere-se é a propriedade direta do instrumento de trabalho: a terra. Mas não significa que ele tenha o título definitivo da mesma. Os camponeses gurupaenses estabelecem uma relação tradicional com essas terras, águas e floresta. As modalidades de regularização fundiárias adotadas em Gurupá são: áreas Remanescentes de Quilombos, Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Assentamento Agroextrativista, cessão de uso e titulação individual (IIEB, 2006).

seus filhos, então é justamente isso que a Casa quer provocar que as famílias tenham na zona rural essa possibilidade real de escolha. Não ir para a cidade porque está iludida atrás de algo que não é possível, mas se ela decidir ir é porque ela tomou uma decisão que não era local (a zona rural), tomou uma decisão que para ela era a cidade e não a zona rural, mas ela tenha uma escolha realmente, não ir por questões financeiras (Alaércio, monitor da CFRG)

A comunidade era 100% extrativista não tinha aquela visão de que podia melhorar, a tendência era ir para a cidade. Hoje não, hoje a gente já pensa em continuar aqui, em ficar aqui, lá na cidade a gente não vê tanta expectativa como a gente via antes. Hoje a perspectiva é ficar aqui, ter vida digna no campo, nessa parte contribuiu muito a CFR com a comunidade para ela ter essa nova visão, participar mais das organizações, das questões administrativas, isso serviu muito. De vez enquanto tá tendo seminário aqui, tanto para a questão administrativa quanto para recursos naturais, e outras áreas como jornadas pedagógicas, o que acontece aqui na vida da Casa, da Associação a comunidade participa, e isso mexeu com a vida da comunidade, vem gente de fora da comunidade participar e isso influencia muito na questão administrativa, da mudança no modo de viver da comunidade (Josinaldo, aluno do 2º ano do ensino médio da CFRG)

A escola deve ser uma articuladora entre as necessidades de desenvolvimento local e os conhecimentos correspondentes. Conforme Dowbor (2006) não se trata de uma diferenciação discriminadora, do tipo “escola pobre para os pobres”, mas uma educação mais emancipadora na medida em que assegura ao jovem os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é sua.

Articular conhecimento local no currículo e nas atividades escolares possibilita com que a escola seja mediadora da realidade da comunidade, além de contribuir para o desenvolvimento local, desafiando a juventude a intervir sobre os problemas locais e tornar-se sujeito de sua história.

Para Lima (2005, p.26-27) a educação possui caráter estratégico para a transformação da sociedade, para este autor

Não basta lutar apenas por escolas públicas, gratuitas e de qualidade, mas também por uma escola cujos princípios educativos, currículos, metodologia, estejam vinculados aos objetivos dos trabalhadores. Neste sentido, interessa intervir, para que a visão dos trabalhadores norteie a elaboração, execução e avaliação das diretrizes, planos, programas, e demais ações sobre a educação.

Na perspectiva de uma escola cujos princípios educativos, currículos e metodologias estejam vinculados aos objetivos dos camponeses é que vem sendo construída a prática pedagógica da CFRG. Como modelo de educação alternativa no campo, na tentativa de oferecer uma formação integral que permita ao jovem atuar no futuro, como profissionais do campo. Além de formar pessoas em condições de exercerem a cidadania em plenitude, no intuito de melhorar a qualidade de vida de todo o meio rural, desenvolvendo o espírito associativo, possibilitando a permanência dos jovens no meio rural com padrões de vida compatíveis com o mundo atual (ARCAFAR/Norte, 2000 a). Sobre esses aspectos destacam os alunos

Estudar na CFRG inicialmente era um projeto alternativo pelo movimento social, eu já participava da Igreja Católica, então pra mim era uma descoberta, conhecer um projeto alternativo para minha realidade. [...] Hoje se eu parasse de estudar seria uma perda para o meu futuro, mas eu já teria condições de criar um empreendimento com o pouco que aprendi na CFRG, bastava ter apoio financeiro, pois temos capacidade de gestão e empreendimento que dá pra viver bem e ajudar outras famílias (Ivanildo gama Brilhante, aluno do 2º ano do ensino médio da CFRG).

Estudar na CFRG significa para mim, melhorar a vida no campo, dar uma nova visão tanto da família quanto da sociedade, uma nova visão de como é o trabalhador rural, de como se vive no campo (Josinaldo, aluno do 2º ano do ensino médio da CFRG)

A leitura que os alunos fazem da CFRG é de uma escola que modificou o seu modo de agir e pensar, bem como de suas famílias e comunidade. Os jovens passam a se preocupar mais com a qualidade de vida no campo, interferem, interagem e transformam o seu próprio meio, alcançando neste sentido o objetivo da CFRG de promover desenvolvimento sustentável no âmbito local.

Infra-estrutura:

É importante destacarmos a infra-estrutura da CFRG para entendermos as suas condições de funcionamento, os limites e as possibilidades da construção de uma prática pedagógica imbuída de responsabilidade na articulação entre teoria e prática.

Na fotografia a seguir temos uma visão geral da estrutura da CFRG. Por estar localizada numa área de várzea, a sua rua é uma ponte, e do seu lado direito temos o

refeitório, em seguida a casa do caseiro e a casa dos monitores, na sequência a secretaria, o alojamento e a biblioteca.

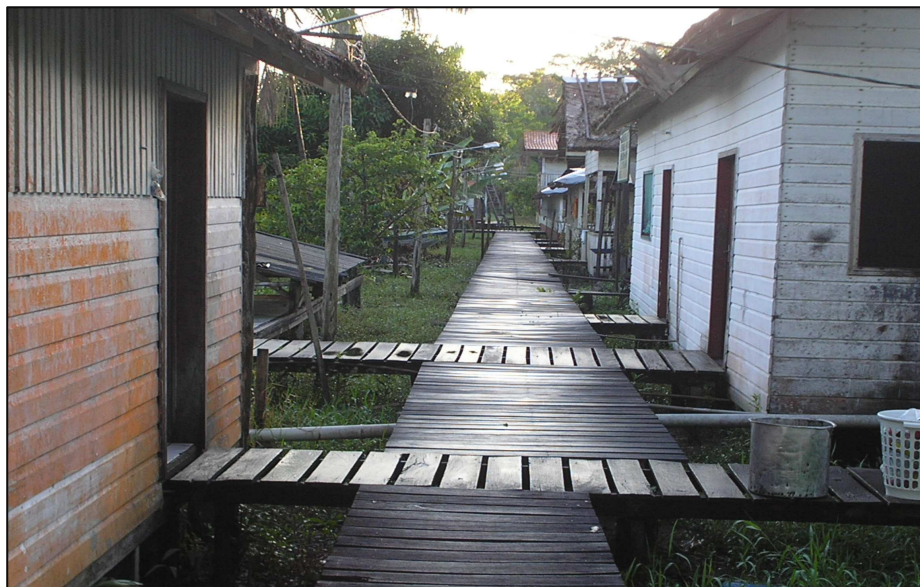


IMAGEM 07: Visão da CFRG
Fonte Arquivo da autora, julho de 2008

Para que a CFRG possa operacionalizar suas atividades didático-pedagógicas conta com o seguinte quadro de funcionários: sete monitores, sendo dois agrônomos e 5 técnicos agropecuários; três técnicas pedagógicas, dois professores com licenciatura plena (curso Formação de Professores), um corpo administrativo composto de assistente administrativo e diretor operacional, dois auxiliar de serviços gerais e 2 vigias.



Imagem 8: Horta da CFRG
Fonte: arquivo da autora



Imagem 9: laboratório de criação de alevinos
Fonte: arquivo da autora

Possui uma infra-estrutura toda construída de madeira e coberta de palha de babacú, composta de uma sala de aula em formato de maloca, um auditório com capacidade para 150 pessoas, uma secretaria, sala dos monitores, dormitório masculino e feminino com capacidade para alojar 45 pessoas, casa dos monitores, casa do caseiro, cozinha e refeitório. Além disso, possui as unidades de estudo e produção: agroindústria (cozinha industrial, oficina de artesanato), horta, viveiro de mudas frutíferas e florestais, Piscicultura, área de frutífera (banana, cupuaçu, açaí...), criadouro de suíno, centro de distribuição de alevinos, sala de informática, biblioteca.

Quadro 4: Infra-estrutura da Casa Familiar Rural de Gurupá.

INFRA- ESTRUTURA			
01	Sala de aula	01	Agroindústria (cozinha industrial e oficina de artesanato)
01	Auditório	02	Horta
01	Secretaria	01	Viveiro de mudas frutíferas e florestais
01	Sala dos monitores	01	Área frutífera (açaí, cupuaçu, açaí)
02	Dormitórios	02	Tanque de criação de peixes
01	Casa dos Monitores	01	Criadouro de Suíno
01	Casa do Caseiro	01	Centro de distribuição de alevinos
01	Cozinha	01	Sala de informática
01	Refeitório	01	Biblioteca

A estrutura da Casa Familiar Rural permite que as técnicas ali desenvolvidas, sejam experimentadas na própria casa e posteriormente disseminadas na comunidade, por isso percebemos o investimento nas unidades de estudo e produção e isso tem repercutido na vida da comunidade como destaca a assessora pedagógica da CFRG

A CFR foi o que melhor surgiu na política educacional do campo no município de Gurupá, pois passou a valorizar a cultura produtiva dos camponeses locais, dando destaque para o açaí, madeira e mandioca, maior diversificação da produção, com construção de tanques de peixes, criação de suínos e manejo de açaí. Na comunidade do Rio Uruaí percebe-se melhorias nas condições de vida da população com a conquista de barcos motorizados (principal meio de transporte no município), diversificação da produção, conquista do escolão, com cerca de 100 alunos matriculados (Benildes Grings- técnica pedagógica da CFRG, entrevista cedida no dia 8 de julho de 2008).



IMAGEM 10: Unidades de Estudo e Produção: agroindústria (cozinha industrial e oficina de artesanato)
Fonte: arquivo da autora/ 2008

A Casa Familiar Rural possui uma infra-estrutura diferenciada em relação às demais escolas situadas no campo e pertencentes à rede municipal, isso tem provocado questionamentos na sociedade sobre a necessidade de ampliação da CFRG e também de melhorias nas escolas municipais que possam também usufruir de uma boa infra-estrutura. A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará- Sub-sede Gurupá, esclarece sobre as condições de funcionamento das escolas municipais

Sobre a infra-estrutura, por várias vezes que nós fizemos visita (o SINTEPP) muitas escolas estavam funcionando na barraca da comunidade, nos barracões. Muitas vezes se anuncia em reuniões com o sindicato que fizeram 100, 200 escolas, e quando nós chegamos lá para visitar, a maior reivindicação da comunidade é para o sindicato lutar para que o governo dê a infra-estrutura. Porque uma área onde visitamos, a escola funciona na sede do barracão da comunidade, sem banheiro, telhado caindo, isso implica na questão de segurança das crianças, dos professores, então é uma dificuldade muito grande com relação à infra-estrutura das escolas da zona rural (Jacirene Dias, Diretora do SINTEPP Gurupá).



IMAGEM 11: Biblioteca
Fonte: arquivo da autora/ 2008

A CFRG já formou 4 turmas de ensino fundamental desde 2000 correspondentes a 96 jovens. Possui uma turma de ensino fundamental com 21 alunos e seis (6) turmas de ensino médio, que iniciaram no ano de 2007, todas as turmas de ensino médio estão cursando o 2º ano desta etapa de ensino. Cinco turmas funcionam na estrutura da Casa no rio Uruaí e uma turma funciona em um espaço alugado no Rio Itatupã a 12 horas de distância da cidade até esta localidade. É um curso de ensino médio integrado ao Técnico em Agroextrativismo e possui 141 alunos. No terceiro ano serão desenvolvidos projetos a fim de potencializar a produção na propriedade de cada jovem. Em relação ao funcionamento do ensino médio, informa a técnica pedagógica que

Houve uma evasão de aproximadamente 17% dos alunos inicialmente matriculados no 1º ano do ensino médio, as causas indicam para: alguns alunos novatos não conheciam o sistema de funcionamento da CFR, vieram na intenção de ver se dava certo ou não, muitos vieram dos escolões, outros não querem permanecer no trabalho agrícola (Benildes Grings, técnica pedagógica da CFRG, entrevista cedida no dia 8 de julho de 2008).

Dimensão Político-Pedagógica:

Conforme Documento da CFR (1998, p.5) esta é uma instituição educativa de ensino que visa oferecer aos jovens do meio rural uma formação integral vinculada a sua realidade. Nessa perspectiva busca em sua formação possibilitar uma educação mais ampla que capacite os jovens para que estes exerçam sua cidadania em plenitude, na perspectiva comunitária, da vivência coletiva e do espírito cooperativo e associativo. Um dos mecanismos para alcançar esse objetivo é o trabalho com os temas geradores.

Então, dentro dos temas geradores tem temas como: associativismo, organização político-social, a conjuntura, como acontecem as coisas, como elas interagem no aspecto político, e naturalmente os jovens começam a se preparar e formar opinião, hoje você percebe tem um bom número de jovens se entrosando nas organizações sociais, tem coordenadores de associações, cooperativas, tem jovens inseridos no sindicato (Ivanildo Gama Brilhante – aluno da CFRG).

Dentre os seus princípios destacam-se: a Promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário, a pedagogia da cooperação, a valorização da cultura e dos valores do campo, promoção da cidadania, economia solidária e formação integral (CFR, 1998, p. 8).

O principal objetivo é o desenvolvimento sustentável. É uma palavra muito ampla, que se discute muito, mas entendemos como a questão da formação, da educação que é desenvolvimento social e econômico, o próprio desenvolvimento econômico através dos temas geradores e das experiências que a Casa vem fazendo tanto aqui e os alunos reproduzindo em suas propriedades (Alaércio- Monitor da CFRG).

Como podemos verificar os princípios norteadores da CFR para além da formação profissional do jovem do campo, propõem-se a uma formação integral nas suas várias dimensões social, profissional e pessoal, colada a sua realidade, com a participação da família e da comunidade, buscando o envolvimento do jovem com a sua realidade.

Com os elementos técnicos tentamos sistematizar o pensamento das famílias, trocar conhecimentos, tanto o jovem aprende quanto as famílias aprendem juntos, então essa interação jovem e outras famílias da comunidade é muito positiva (Ivanildo Gama Brilhante- aluno do 2º ano do ensino médio da CFRG).

Através dos seus objetivos descritos a seguir, a CFR de Gurupá busca vincular o trabalho como princípio educativo à sua concepção de educação:

1 – Ser um ente coordenador - protagonista. 2 – Fomentar no jovem o sentido de comunidade, vivência grupal, desenvolvendo o espírito associativista. 3 – Despertar nos jovens e nas famílias a tomada de consciência de suas necessidades e busca de soluções. 4 – Estimular as pessoas a descobrirem as potencialidades existentes na comunidade e canalizá-las para a solução de seus problemas. 5 - Formar os jovens no sentido integral e amplo em todos os sentidos de suas necessidades, tornando-os dinâmicos e questionadores. 6 – Oferecer possibilidades de desenvolvimento e crescimento econômico familiar e social, a partir de uma visão ecológica. 7 – Objetivar a elevação do nível de vida das famílias por meio práticas agroecológica. 8 – Desenvolver práticas capazes de melhorar as ações de saúde, higiene, nutrição e lazer na comunidade (ARCAFAR, S/D, p.8).

Os objetivos da CFR, dentre outras intencionalidades, buscam recuperar o trabalho como princípio educativo. De acordo com Caldart (2004) a educação do campo nasce colada ao trabalho e a cultura do campo, é preciso, “compreender o vínculo entre educação e produção e de discussões sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, aproximando todo acúmulo de teoria e de prática com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses.

Foi possível constatar a partir das entrevistas e da vista de campo o envolvimento dos jovens nas organizações sociais locais, sendo a maioria destes sindicalizados, inseridos nas organizações, associações, pastorais e na própria administração da CFRG. No geral esses jovens constituem-se lideranças nas suas comunidades.

Temos hoje três jovens na diretoria do STR, alunos da primeira turma da qual eu participo, tem aluno na Associação Quilombola, tem jovem na coordenação do Pró- Várzea tem jovem inserido na gestão da própria instituição que esta se formando, em todas as comunidades tem jovem participando da liderança da comunidade [...] eu vejo que essa relação do jovem da CFRG com os movimentos sociais vem crescendo a partir da Casa (Ivanildo Gama Brilhante- aluno da CFRG).

Há dois anos eu era coordenador do grupo de jovens e fui substituído. Agora, faço parte de uma comissão do Plano de Uso daqui da comunidade, então eu e mais um jovem que estuda aqui e mais uma pessoa da comunidade, somos responsáveis pelo Plano de Uso, de como a gente vai usar os nossos recursos de forma que a gente tenha pra sempre esses recursos. Além de estudar na Casa, ajudar na questão administrativa coordeno também o núcleo da juventude rural, uma ala dentro do STR (Josinaldo – aluno da CFRG).

É uma proposta educativa que vem contribuindo para consolidar uma concepção de educação do campo que valorize e potencialize os sujeitos do campo, isso fica evidente na atuação dos jovens junto à comunidade e aos movimentos sociais.

3.4 CASA FAMILIAR RURAL: TECENDO REDES DE PARCERIA



IMAGEM 12: placa na CFRG informando as parcerias no desenvolvimento do projeto de produção de mudas frutíferas e espécies florestais

Fonte: arquivo da autora, julho de 2008.

Nesta foto podemos visualizar a teia de relações que a CFRG vem tecendo como meio de garantir a sua sustentabilidade, influenciar a política local e contribuir com o desenvolvimento econômico e social do município. Somente nesta placa observamos quatro parceiras: a ICCO - Organização Intereclesiástica para Cooperação do Desenvolvimento-Holanda, como financiadora, a prefeitura e a FASE como apoio, e o STR e a CFRG como realizadoras. Isso demonstra a capacidade de diálogo e abertura da CFRG na constituição do Poder local em Gurupá e na construção de parcerias como um processo dinâmico e permanente.

Uma educação que insira nas suas formas de educar uma maior compreensão da realidade certamente organizará parcerias com os diversos atores sociais que constroem a dinâmica local, em particular as escolas, ou o sistema educacional, universidades regionais, estabelecer parcerias com diferentes organizações comunitárias, associações, sindicatos de

forma a interagir com diversos setores da atividade pública, e assim por diante construir uma dinâmica própria de formação e participação da sociedade (DOWBOR, 2006).

Para garantir a funcionalidade da CFRG, esta conta desde 2001 com a parceria do governo local através de convênio de apoio técnico-financeiro firmado através da Secretaria de Educação e da Secretaria de Agricultura do município. No ano de 2008 firmou parceria com o Governo Estadual através da Secretaria de Estado de Educação para viabilizar o funcionamento de seis turmas de ensino médio técnico em Agroextrativismo.

A Secretaria de Educação repassa R\$ 18.000 (dezoito mil reais) mensais para ajudar com alimentação, transporte, combustível, etc, além de ceder funcionários para atuar na CFR. Enquanto a Secretaria de Agricultura contribui com R\$ 22.0000 (vinte e dois mil reais) cedendo técnicos (agrônomo, biólogo, engenheiros florestal) para a referida casa. Outros parceiros também contribuem através de projetos e assessorias como a FASE-Gurupá, STR, Organizações não-governamentais internacionais (ICCO- Organização Intereclesiástica para Cooperação do Desenvolvimento-Holanda), Amigos da Itália, e acima de tudo das famílias da Associação. Além, da importante contribuição dos alunos com R\$ 10,00 (dez reais) mensais para ajudar na alimentação.

Quadro 5: Parceiros da Casa Familiar Rural de Gurupá

PARCEIROS DO PROJETO CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ	
01	Secretaria Municipal de Educação de Gurupá
02	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Gurupá
03	Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC)
04	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá
05	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional- FASE- GURUPÁ
06	Organização Intereclesiástica para Cooperação do Desenvolvimento- ICCO (Holanda)
07	Amigos da Itália

Nesta sessão apresentaremos três principais parcerias como forma de demonstrar como ela ocorre e quais as repercussões na política pública local e na escola.

3.4. 1 Parceria entre CFR e Secretaria Municipal de Educação

A partir das entrevistas e visita de campo, constatamos que a CFRG estabelece uma relação clara e definida de *parceria* com a Secretaria Municipal de Educação. De um lado a SEMED cede a equipe pedagógica para atuar na CFRG, repassa R\$ 18.000 (dezoito mil reais) mensalmente para custeio de alimentação, transporte/combustível, e material de consumo. De outro lado, a CFRG contribui na formação de professores com temáticas voltadas para a questão ambiental, para os temas geradores, participa das discussões relativas à educação do município, participou ativamente na construção do Plano Municipal de Educação e tem ofertado ensino médio técnico como uma iniciativa inédita no município, atendendo a uma crescente demanda de jovens do campo.

Da forma que nós participamos, acredito fazendo opinião para interferir em políticas públicas pra cá pro município, pra região. Assim como a Casa tem assento no Conselho de Desenvolvimento Rural, tem assento no Conselho Municipal de Educação, então participa diretamente quando se discute a política educacional do município, participa também de oficinas realizadas pela Secretaria de Educação, oficinas principalmente para discutir a questão do campo, pra fazer uma educação mais voltada para as pessoas que atende no campo. Participamos de oficinas sobre temas geradores [a Casa sempre vem participando] a SEMED convida e o pessoal da Casa (assessoria pedagógica, monitor) vai contribuir no debate. Participamos das conferências municipais de educação, na construção do Plano Municipal de Educação que está tramitando para se tornar Lei, política pública de verdade, e essa discussão que a Casa faz, ganha gente a favor e contra (Alaércio - monitor da CFRG)

O monitor descreve como acontece a participação da CFRG na política pública educacional do Município, e a maneira como vem interferindo na construção de políticas educacionais do campo, a parceria com a SEMED tem produzido resultados positivos para o desenvolvimento local. A participação ativa da CFRG na política educacional local traz para o centro do debate a educação do campo no município e sua importância para o desenvolvimento local.

A CFRG possui assento no **Conselho Municipal de Educação de Gurupá**, participando diretamente na discussão, na proposição, elaboração, execução da política educacional do município. As principais contribuições da CFRG neste conselho estão relacionadas a temáticas como ensino técnico, educação do campo, currículo, escola-

desenvolvimento. No Plano Municipal de Educação como conquista da CFRG ficou assegurado nos objetivos e metas da educação fundamental

Fortalecer o apoio à Casa Familiar Rural proporcionando condições de ampliação do atendimento assegurando recursos materiais específicos à área do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, manejo florestal, produção orgânica visando o desenvolvimento de projetos e experiências pedagógicas e de iniciação profissional (GURUPÁ/PME, 2007).

Também no ano de 2007 a CFRG esteve participando ativamente na **II Oficina de Planejamento Estratégico da SEMED**, nesta oficina se define missão, estratégias, princípios, metas e objetivos da educação municipal para um período de 2 anos. Esta oficina envolveu vários segmentos da sociedade como SINTEPP, STR, funcionários da SEMED, Conselho Paroquial e diretores de pólo. Um espaço importante na construção de políticas públicas para a educação do município.

Além disso, tem participado de **Congressos e Conferências Municipais de Educação**. No I congresso Municipal de educação ocorrido em 2003, Manoel do Carmo esteve presente juntamente com alunos e monitores, discutindo a temática da Pedagogia da Alternância, instigando e impulsionando o debate da educação do campo no município. Esteve ativamente nas Conferências Municipais, debatendo, dialogando, interferindo no debate sobre educação, especialmente na III Conferência Municipal de Educação, ocorrido em julho de 2007, onde se discutiu com todos os segmentos sociais o Plano Municipal de Educação.

Atuou nas **Jornadas Pedagógicas**²⁸ ocorrido no período de março a julho de 2003, que abrangeu todo o município. A CFRG acompanhou todos os encontros, contribuindo na formação dos professores e no debate sobre o ensino voltado para a realidade e para o desenvolvimento local, o monitor da CFRG Alaércio compôs a equipe de assessoria das Jornadas. A jornada Pedagógica do Pólo Moju, fora realizada nas dependências da CFRG, muitos educadores na época ficaram encantados com a estrutura da CFRG e com a prática pedagógica da mesma. A partir das jornadas surgiam demandas nas comunidades escolares

²⁸ Neste período eu estava como assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e compunha a equipe de coordenação e assessoria das sete Jornadas pedagógicas que ocorreram em todo o município, faziam parte dessa equipe as assessoras pedagógicas Carla Lagóia e Gláucia Baia também da SEMED, o monitor da CFRG Alaércio, e o professor Alfredo da rede municipal. Também coordenei a realização do I Congresso Municipal de Educação e participei como ouvinte na III Conferência Municipal de Educação.

em relação ao estudo do tema gerador, estes temas estavam relacionados a questões ambientais, sociais, agrárias, de sustentabilidade econômica.

Destacamos esses elementos para demonstrar o papel ativo da Casa Familiar Rural influenciando a política pública educacional no município de Gurupá. A parceria CFR e SEMED não é mão de única via, a Casa retribui o apoio contribuindo no avanço da educação e do desenvolvimento local. Neste contexto a CFRG tem sido protagonista na defesa de políticas públicas educacionais que valorize e respeite a vida no campo.

Destacamos a visão do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará- SINTEPP- Sub-sede Gurupá em relação á CFR de Gurupá

Nós já tivemos várias discussões sobre a CFRG, nós achamos muito importante a educação que é ofertada lá, uma educação de qualidade, porém nós defendemos que essa educação seja expandida pra mais comunidades e não se concentra somente no Uruaí [...] as pessoas que estudam lá tem uma formação boa, são preparados para debater, para discutir o desenvolvimento sustentável, seria importante que a mesma educação pudesse acontecer em outros pontos do município e não somente na CFR (Jacirene Dias- SINTEPP Gurupá)

Neste sentido a CFRG tem provocado o debate da educação do campo no município, tentando mostrar para a Secretaria de Educação que é possível fazer uma educação de qualidade preocupada com a realidade camponesa na própria rede pública municipal.

A CFRG tem provocado junto às famílias o debate pra essa questão da educação como ferramenta das famílias permanecerem no campo com mais dignidade, eu acho que a CFRG ta fazendo esse papel importante e de certa forma redirecionando a partir dos debates com as famílias, a Secretaria de educação para a oferta realmente de uma educação mais voltada para realidade camponesa feita pelas escolas da rede municipal de educação, porque a rede municipal tem muito professor bom, que entendem e estão discutindo essa questão, acho que esse debate vai dar em algo bacana (Alaércio- Monitor da CFRG)

3.4.2. Construindo parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) na oferta de Ensino Médio Técnico em Agroextrativismo

No município de Gurupá existe apenas uma escola de ensino médio para atender uma demanda crescente de egressos do ensino fundamental, a “Escola Estadual Marcílio Dias”. Esta escola fica localizada na sede do município e as distancias geográficas entre as comunidades rurais e a sede, variam de 1 hora para as comunidades mais próximas a 12 horas para as mais distantes. Isso significa a impossibilidade desses jovens estudarem e permanecerem em suas propriedades. Por outro lado vir para a sede do município estudar significa uma despesa muitas vezes impossível de manter.

Por outro lado, o município implantou na zona rural os escolões com ensino fundamental completo (1ª a 8ª séries) e muitos jovens têm concluído o ensino fundamental criando uma demanda crescente pelo ensino médio no campo. Muitos têm saído do campo para estudar seja na sede do município, seja em outros municípios vizinhos como Jarí, Macapá, Altamira.

O ensino médio é uma pressão das famílias, na verdade uma pressão não, um desejo das famílias, que desde a primeira turma, surgiu essa demanda. Porque o que conteceu com a rede municipal de educação, ela implantou realmente escolas de até 8ª série nas comunidades da zona rural, os alunos começaram a concluir e ir para Macapá, Jarí, pra Gurupá, tanto que o Marcílio Dias, por exemplo, fica superlotado, com turmas vindas só do interior, e fora os outros que não tem condições financeiras de se manter na cidade, além dessa pressão desses alunos se formando, nós já tínhamos três turmas formadas no ensino fundamental pela CFRG que não queriam sair de suas comunidades para ir pra sede do município nem para outros municípios, esses jovens pressionaram a CFRG para implantar o ensino médio, já que para eles dar continuidade aos seus estudos na CFRG iria possibilitar o profundamente de seus conhecimentos. ***Foi então que a CFRG assumiu para si a responsabilidade de implantar o ensino médio técnico e partiu para pressionar o Estado, no sentido de estabelecer parceria e garantir a oferta deste nível de ensino aos jovens do campo*** (Alaércio, monitor da CFRG, entrevista no dia 9 de julho de 2008)

Na fala do monitor da CFRG percebemos a demanda dos jovens do campo em relação ao ensino médio no campo, especificamente, os que haviam se formado na CFR gostariam de aprofundar seus conhecimentos e continuar nas suas propriedades. No município de Gurupá, dos 25.685 habitantes, 16.499 habitantes estão no campo (IBGE,

2005), ou seja, há uma demanda crescente e significativa advinda do campo em relação às políticas públicas sejam elas educacionais, econômicas, sociais, assistenciais, agrícolas, etc.

Esse fator foi importante para a CFRG decidir assumir a responsabilidade da oferta do ensino médio, não como uma forma de desresponsabilizar o Estado, pelo contrário, age de maneira a pressioná-lo a cumprir com suas obrigações em ofertar ensino médio de forma prioritária.

Quadro 6. Demonstrativo da oferta de ensino médio em Gurupá

Nível de Ensino	Nº. de Matrículas (2007)
Ensino Médio -Escola Estadual Marcílio Dias	731
Ensino Médio Técnico - Casa Familiar Rural	142
Total	873

IBGE, 2007

Fica evidente na fala do monitor que esse processo não se dá sem tensionamentos *“foi então que a CFRG assumiu para si a responsabilidade de implantar o ensino médio técnico e partiu para pressionar o Estado, no sentido de estabelecer parceria e garantir a oferta deste nível de ensino aos jovens do campo”*. Desde a implantação do ensino médio na CFR haviam acontecidos várias reuniões entre ela, a ARCAFAR e a SEDUC a fim de estabelecer convênio para garantir a continuidade do funcionamento do ensino médio. No período deste trabalho de campo a CFRG aguardava uma resposta do Estado, que foi confirmada posteriormente através de um Convênio de cooperação- técnica e manutenção do ensino médio na CFRG.

Ainda não tivemos apoio financeiro da estrutura do Estado, até agora é com ONG's nacionais e internacionais e o município, mas o Estado, mesmo não. Já estamos mais de um ano numa discussão com a SEDUC, no final do ano passado o presidente da Casa assinou um convênio de cooperação técnica e manutenção da Casa, há um recurso para fazer isso, pagar funcionários, mas foi engavetado, arquivado, no início desse ano tentamos assinar e até um momento desses ainda não foi liberado, inclusive isso tá deixando nós numa condição muito ruim porque a CFRG cresceu e só o município, as parcerias locais, as famílias não tem condições de manter, são muitos alunos, a demanda é muito grande. Por exemplo, saindo esse convênio nós vamos acessar mais cinco turmas sendo quatro do médio e uma do fundamental, isso vai totalizar dez turmas, vamos atender mais de 300 alunos, e o Estado nos trata como se não estivéssemos fazendo isso (Alaércio, monitor da CFRG).

A relação CFRG e SEDUC é permeada de tensionamentos, desconfianças e medos, pois as CFRs têm construído parcerias com esta secretaria, mas o recurso geralmente não é repassado ou demora muito tempo para ser liberado, por outro lado, a CFRG teme que a SEDUC se aproprie da experiência da CFR.

Não temos que ter medo e nem a consciência de que estamos pedindo um favor e nem também devemos no julgar que estamos fazendo um favor para ele (o Estado), mas que cada um tá fazendo a sua parte [pôxa], nós estamos fazendo a nossa parte, mas o Estado não está fazendo a dele e não é um favor que ele vai estar nos fazendo, pelo contrário é uma obrigação. Então, nós somos ribeirinhos e nem que nós tivéssemos uma excelente condição financeira, não seria só nossa a manutenção (da CFRG), o Estado teria que dar a sua parcela de contribuição (Alaércio-monitor da CFRG).

Existe uma clareza por parte da CFRG de que a parceria com o Estado não significa uma troca de favores, mas uma responsabilidade por parte deste com a garantia de um direito básico essencial: a educação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional Lei 9.394/96, é responsabilidade da Esfera Estadual, garantir prioritariamente a oferta do ensino médio. Mas como ficou evidente nas entrevistas, em Gurupá, essa demanda não é atendida, criando uma pressão muito grande sobre a única escola estatal do município e a CFRG. Para o monitor da CFRG a pode vir a se constituir uma política pública desde que

Haja uma reformulação nessa estrutura curricular do governo (falando sobre a estrutura educacional), mas como eu te falei, a Casa Familiar Rural, não pode nunca se tornar uma política do governo, se não ela vai deixar de ser CFR, que um dos principais esteios é a gestão das famílias. A não ser que mude a ponto de o governo estar mantendo, mas que a gestão continue das famílias (Alaércio- monitor da CFRG).

Em relação à oferta do Ensino Médio Técnico em Agroextrativismo por parte da CFRG, alguns entrevistados destacam as suas expectativas em relação a esse processo de formação.

O que a gente espera, em primeiro lugar é o reconhecimento do poder público, que o poder público consiga engolir essa experiência da Pedagogia da Alternância voltada para o meio rural, se o poder público reconhecer isso e ajudar com que seja implementado cada vez mais, esse pessoal que vai se formar já vai ser um dos primeiros esteios fortes na

questão da economia e da sustentabilidade do município (Manoel Chico-Secretário de Municipal de Agricultura)

Através das entrevistas com alunos da CFRG percebemos as expectativas dos jovens em relação ao ensino médio da CFR são as melhores possíveis: continuar os estudos no ensino superior, cuja preferência de cursos destaca se agronomia, engenharia florestal, biologia, química. Sobre a expectativa em relação ao ensino médio destacamos a fala de um aluno da CFRG

Eu vejo que as coisas existem em dois momentos, que tem a legitimidade e a legalidade, então o processo de ensino médio além de trazer mais conhecimento, o certificado de ensino médio te dá respaldo maior para as tuas intervenções daquilo que tu já adquiriu. Pois o ensino médio vai somar com mais conhecimento, e você vai ter necessidade ter formação em nível superior, ter outras experiências de sistematização, traz a legalidade de você falar como Técnico Agroextrativista. Não basta você ter só o conhecimento é preciso a legitimidade para defender uma tese (Ivanildo Gama Brilhante- aluno da CFRG).

Existe uma pauta junto ao Conselho Estadual de Educação- CEE pela regularização da Pedagogia da Alternância. No dia 25 de julho de 2008 houve audiência pública com o Conselho Estadual de Educação e a CFR, no município para discutir tal temática. Caso seja reconhecida a pedagogia da alternância a CFR poderá emitir a certificação dos alunos que concluirão o ensino médio no ano de 2009, caso contrário há uma parceria entre CFR e Escola Agrotécnica de Castanhal que poderá certificar os concluintes do referido curso.

3.4. 3. Parceria para o desenvolvimento do campo: CFR e Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento

A CFRG possui parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura que cede técnicos para contribuir na Casa, é uma relação baseada no respeito, na autonomia e na perspectiva de desenvolvimento local, como podemos inferir da fala do Secretário de Agricultura do município

Nós comungamos com os mesmos anseios do pessoal que está na Casa. A mesma visão. Não tem esse negócio de interferir [...] quando é para combinar a gente combina, então a nossa parceria com a CFRG é colocar o quadro técnico que nos temos, pois aqui nós não temos essa virtude de

ter técnicos que o município precisa para se desenvolver, aí então nós colocamos pra lá, contratamos pela secretaria três agrônomos, um engenheiro florestal e um biólogo. Os que ficam aqui (na cidade) quando tem aula (na CFRG) eles vão pra lá pra ajudar, pra completar, todos os que vêm pra cá pra trabalhar com a gente acaba ajudando em tudo, sendo útil pra tudo. [...] O nosso convênio é de 22.000 mil reais que corresponde ao pagamento dos técnicos [...] então é por aí ninguém deixa eles (a CFRG) ficarem na mão por falta de assistência, é assim que contribuimos com a CFRG (Manoel Chico- Secretário Municipal de Agricultura).

O desenvolvimento de projetos em parceria com a Secretaria de Agricultura tem possibilitado o desenvolvimento de experiências inovadoras no campo gurupaense. Como exemplo disso, temos a implementação do projeto de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em *parceria* com a Secretaria de Agricultura e financiado pelo Fundo DEMA²⁹ que partiu das experiência de vários alunos da CFRG, mas com destaque para a prática desenvolvida pelo aluno Ernandes da comunidade da Xinguara. Atualmente os Sistemas Agroflorestais são desenvolvidos em várias localidades do município, mas principalmente na comunidade do Gurupá- Miri, área de terra firme. Dessa forma o SAF's tem como objetivo

Recuperar tudo aquilo que nós extraviamos nas nossas matas primárias, recuperar com madeira que tenha valor comercial, porque as vezes o nosso solo fica coberto de árvores mas não tem nem valor comercial, nem medicinal, e nós estamos buscando toda a orientação, toda a formação possível, sobre o que nós temos nas nossas áreas, se nós deixamos cipó ,é porque tem valor ou medicinal ou comercial (Manoel Chico- Secretário Municipal de Agricultura, entrevista cedida no dia 16/07/08).

Para a realização desse projeto a Secretaria de Agricultura dá o suporte técnico, onde o Engenheiro Agrônomo acompanha as experiências nas comunidades. Os SAF's têm uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, como podemos observar no depoimento que segue

Os sistemas agroflorestais são justamente isso: sustentabilidade e produção contínua durante o ano todo, então você sempre vai ter produção e consequentemente renda (Alaércio- monitor da CFRG).

²⁹ O Fundo Dema é um fundo de financiamento e apoio de pequenos projetos de iniciativa dos Movimentos Socias, coordenado pela FASE. O nome Dema refere-se a uma liderança assassinada no município de Altamira no ano de 2001.

Para o Secretário de Agricultura o que se pretende construir em Gurupá é um modelo de desenvolvimento Solidário, se vai pensar a sustentabilidade dos recursos naturais e o futuro das gerações vindouras. Para isso a CFRG possui um papel importante segundo ele, pois “os jovens que estão se formando na Casa é um dos esteios fortes da questão da economia e da sustentabilidade econômica do município”.

A educação tradicional nos tira do interior para cidade, e essa da CFR da Pedagogia da Alternância mantêm os seus alunos, o cidadão lá na sua área, na sua posse, ou seja, utilizando daqueles recursos, se mantendo lá. Nós precisamos de técnicos, quanto mais técnicos, mais gente que conheça essa realidade, vai ser melhor, pra fazer essa vivência e convivência com os recursos naturais, e é isso que o nosso povo ta precisando, saber viver e conviver com os recursos naturais e com a própria natureza (Manoel Chico- Secretário Municipal de Agricultura).

No que tange a atuação da CFRG na política de desenvolvimento rural, esta possui também, assento no Conselho de Desenvolvimento Rural. Este é um espaço importante porque um conjunto de organizações do campo se articula para discutir e propor políticas de desenvolvimento para o campo. Apesar deste conselho não funcionar com muita autonomia como observa o próprio Secretário.

O conselho vai muito ao arreboque de quem está dirigindo, e o conselho deve rebocar quem dirige, por isso e que a gente ta trabalhando para que ele tenha uma funcionalidade e não fique só perguntando para quem está executando (Manoel Chico- Secretário de Agricultura).

Mesmo com as dificuldades presentes no cenário municipal, no que tange a política agrícola e de desenvolvimento rural, a parceria entre a CFRG e a Secretaria de Agricultura busca em comum construir um modelo de desenvolvimento que emerge dos próprios trabalhadores, um desenvolvimento sustentável e solidário.

3.4. REPERCUSSÕES DA CFRG NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Que políticas públicas estão sendo alcançadas em benefício da comunidade camponesa a partir dessa configuração de poder local, que envolve a CFRG e um conjunto de organizações governamentais e não governamentais no cenário municipal? O que isso contribui com o campesinato local, e para o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento educacional e econômico do campo?

Buscamos destacar algumas práticas desenvolvidas na CFRG que acabaram por se disseminar e influenciar a comunidade local possibilitando caminhos para o desenvolvimento local, visando melhorias na qualidade de vida dos camponeses.

[...] a partir da hora em que a Casa (se refere à CFRG) se instalou aqui (rio Uruaí), de lá pra cá mudou muita coisa. Você vê tanque de peixe, melhoria na produção, o pessoal sempre vem buscar aqui novas experiências. A Casa é um espelho para a comunidade (Josinaldo- aluno do ensino médio da CFRG).

Piscicultura: a idéia de criação de peixes em tanques surgiu na CFR, se estendeu a comunidade do Rio Uruaí onde fica localizada a CFRG e se disseminou por outras comunidades do município. De acordo com o Monitor Alaércio, a demanda de tanques de peixes chega a ser de 27 por alunos, necessitando por ano de 40 mil alevinos. Isso está sendo desenvolvido na propriedade familiar de cada um. À medida que as experiências vão acontecendo, ocorre um processo de disseminação de tecnologia, e outras famílias vão se apropriando e desenvolvendo em sua propriedade.



IMAGEM 13: Tanque de Piscicultura na CFR
Fonte :arquivo da autora

Essa prática desenvolvida na CFRG foi pauta de discussão no Seminário de Pescadores de Camarão do Baixo-Amazonas ocorrido no município de Gurupá em julho de 2008. Essa experiência iniciou timidamente e acabou por se tornar passível de

regulamentação junto ao Órgão público, por conta da disseminação desta experiência e da comprovada viabilidade econômica para agroextrativistas, como podemos constatar no depoimento a seguir.

nós estamos com uma briga com o Banco, por essa questão dos viveiros familiares para criar peixes, primeiro o banco disse que não era viável economicamente, nós fizemos uma experiência aqui na Casa com os dois tanques que tem, acompanhados tecnicamente de acordo com a realidade de Gurupá, e provamos a viabilidade econômica, aí o Banco disse que o problema não era com ele, que o banco financiava, SEMA é que não liberava por causa de questões ambientais, a SEMA esteve agora no Seminário de Pescadores de Camarão, estava com quatro técnicos aí, essa questão foi bastante debatida, está saindo um a portaria já regulamentando o tamanho dos tanques que pode sair tanto a terra firme, quanto na área de várzea, então na verdade, com a pressão do movimento social, ajudado pelo governo, direta ou indiretamente, vai tornando isso de fato, políticas públicas, que toda a sociedade vai tomando para si, se efetivando verdadeira ao invés de ser decretado só no papel (Alaércio, monitor da CFRG).

O depoimento do monitor da CFRG expressa as tensões e conflitos travados nos espaços públicos constituídos no município de Gurupá na construção de políticas públicas para o campo. Além disso, demonstra que não se trata de políticas elaboradas e decretadas verticalmente, como é comum na política brasileira, mas tem se constituído na base, a partir do diálogo dos vários segmentos da sociedade e do Estado, apontando para um caminho inverso: o da participação e da construção coletiva.

A Piscicultura foi trago pela CFRG é uma fonte de renda principalmente para várzea, além disso, discutimos sobre a vida da comunidade, e tratamos as questões coletivas como o Manejo florestal, o Plano de Uso, por exemplo, praticamente todas as comunidade tem o chamado Plano de Uso ou lei da Comunidade e os alunos da CFRG estão envolvidos nessa discussão (Ivanildo Gama Brilhante- aluno da CFRG).

Manejo de Açaí: O extrativismo do açaí é uma das principais atividades econômicas do município de Gurupá, mas associada a ela temos a produção do palmito extraído da árvore do açaizeiro, implicando na derruba da árvore. Com o crescimento da produção do palmito, muitas áreas foram sendo devastadas perdendo a principal fonte de renda e de alimentação da população: o açaí. O manejo de Açaí surge como uma possibilidade significativa de recuperar as áreas ameaçadas, garantir a renda e a

alimentação do trabalhador rural com a extração do fruto do açaizeiro e promover a sustentabilidade nas práticas econômicas.

Apesar de já existir antes (da CFRG) começado no Marajoí com um grupo, tudo bem sem muita técnica, depois veio a FASE implementando uma técnica, mas ela se popularizou nos debates com alunos, então ela replicou essa tecnologia que já existia aqui, popularizou junto em todo o município (Alaércio, monitor da CFRG).

A disseminação das técnicas de como realizar o manejo de açaí partiu da CFRG, a partir dos alunos inseridos em suas comunidades.

Administração/gestão da propriedade: A CFRG tem se preocupado com a formação do jovem camponês não apenas nos aspectos cognitivos, mas também nos aspectos técnicos e sociais. Ela busca modificar a cultura de desperdício, escassez ou má administração dos recursos das famílias camponesas reforçando a idéia de que é necessário melhorar a administração da Casa das famílias, dos jovens e de suas propriedades, utilizando e potencializando os seus recursos.

a gente como camponês não tinha esperança, não tinha motivação pra continuar no campo aqui na região, pelo modo de como se vivia, só do extrativismo, hoje [né] com a chegada da CFRG, isso mudou, isso influenciou com que a gente olhasse o campo com outros olhos, aí veio o interesse de buscar outras atividades além do extrativismo, diversificar, e tentar agregar valor no que já se faz (Josinaldo, do aluno 2º ano do ensino médio técnico da CFRG).

Antes era só o pai que comandava o empreendimento da família, ditava as regras, hoje os jovens que são inseridos na família, começam a agir, a ter iniciativa, executar atividades alternativas (Ivanildo gama Brilhante, aluno do 2º ano da CFRG).

A questão Administrativa é destaca nas entrevistas tanto pelos alunos, quando pelo monitor e coordenação pedagógica como ponto forte da CFRG. Pois, a idéia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada à compreensão e a necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas, capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas (BOWBOR, 2006).

[...] os ribeirinhos, quanto à questão do dinheiro circulando pela sua família é razoavelmente bom, as famílias tem condições financeiras, o

que falta é a questão administrativa, de gestão, do que fazer com o seu lote e com que pega, investir nas coisas certas [...] nós avaliamos aqui, que os alunos que entenderam mais essa questão administrativa e conseguiram socializar e sensibilizar a família melhorou muito mais, porque passaram a investir as reservas, as poucas reservas, mas em coisas certas, que começou a gerar mais lucros e assim foram crescendo e estão crescendo, então esta questão administrativa da empresa familiar, isso é um ponto forte da Casa, nessa perspectiva de desenvolvimento econômico do campo (Alaércio, monitor da CFRG).

Melhoramento da galinha caipira de quintal: desenvolvido nas proximidades da sede do município, o melhoramento da galinha caipira, partiu da CFRG, através de cruzamento das galinhas e a forma que as famílias começaram a criar. Isso permitiu que as famílias que moram em área de várzea voltassem a praticar a criação desses animais.

Criação de Suínos: começou na CFRG com o melhoramento na questão raça e na forma correta de criar, tem se disseminado nas comunidades.



IMAGEM 14: Espaço de criação e melhoramento de suínos
Fonte: arquivo da autora, julho de 2008

Culturas Anuais: plantio de milho, feijão, arroz. Há um processo de sensibilização das famílias para que elas passem a diversificar a produção e investir em culturas anuais visando melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Esse debate nós fazemos! Para as famílias estarem plantando, não em grande escala pra comercializar, mas para ter e combater a evasão de renda, pois o que ela ia gastar com arroz, feijão, milho, ela vai ficar para investir (Alaércio, monitor da CFRG).

Essas experiências aqui apresentadas demonstram o nível de envolvimento da Casa Familiar Rural na sua realidade local, propondo e executando atividades inovadoras que acabam por influenciar a política pública local, potencializando as famílias para uma produção mais organizada, com utilização de técnicas adequadas a realidade, provocando uma mudança no jeito de produzir e na organização das famílias.

A repercussão da CFRG no desenvolvimento local é fruto de um processo de participação que envolve famílias, comunidades, sujeitos da CFRG, movimentos sociais, e governo municipal e estadual.

Para o Padre Giulio Luppi participação significa a *“Participação do povo e nessa participação se favorecer, pensar o agir, o que fazer a situação, as urgências e se organizar para isso”*. Ou seja, uma participação que se dá com o envolvimento dos sujeitos menos favorecidos e a partir de suas reais demandas emergirem políticas públicas efetivas.

Existem no Brasil, muitas experiências de participação que poderiam ser consideradas inovadoras e muitos atores comprometidos com questões relativas à inclusão, diversidade social e cidadania. Novos espaços visando a participação estão sendo abertos, e novos desafios para os movimentos sociais emergem nesse novo contexto político. Há uma enorme riqueza de experiências que poderiam ser compartilhadas, tanto internacionalmente como nacionalmente. Essas experiências também oferecem suporte para o que pode ser construído em termos de novas abordagens que poderíamos definir como participativas, ou seja, mais atentas as diferenças sociais e aos desafios da democratização dos processos de geração e implementação de políticas públicas (ROMANO, 2007).

É neste sentido que visualizamos o processo de participação presente no município de Gurupá, ou seja, uma dinâmica que valoriza questões fundamentais para o

desenvolvimento local, potencializando atores sociais, provocando mudanças fundamentais na sociedade. Uma participação que não se dá sem conflitos e contradições, porém estes não são obstáculos para a construção democrática. A experiência da Casa Familiar Rural de Gurupá revela esses aspectos e desafia a sociedade civil e o Estado à construção de novas relações e parcerias na proposição, elaboração e execução de políticas públicas que visem dignificar os seres humanos e garantir sustentabilidade ambiental, constituindo-se um avanço nas práticas de parceria.

As parcerias entre Estado e Sociedade Civil têm possibilitado a configuração de uma rede de Poder local capaz de criar uma dinâmica nova que interfere, interage, influencia e executa políticas públicas. Esse processo é marcado pela participação ativas dos sujeitos envolvidos, que de um lado pode produzir processos democratizantes, mas também pode produzir práticas autoritárias.

Pois, nem toda parceria tem como produto a democratização e a garantia de acesso à um determinado direito, muitas vezes, ocorre a privatização do público, a sua utilização para barganhar favores e votos em disputas eleitorais ou para benefício próprio, reproduzindo práticas clientelistas e assistencialistas. Esse podemos dizer é um dos limites das práticas participacionistas baseada nas parcerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a experiência da Casa Familiar Rural de Gurupá e suas contribuições para as políticas públicas locais e na constituição do poder local. Nesta perspectiva teve como eixo de análise as seguintes questões: o que é a CFR e qual seu projeto educativo para o campesinato gurupaense? Como se estabelecem as relações entre a CFR, a Secretaria de Agricultura, de Educação, o STR, o SINTEPP e o Conselho Paroquial? Que políticas públicas estão sendo alcançadas em benefício dos camponeses gurupaenses partir dessa configuração de poder local? O que isso contribui com o campesinato local, e para o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento educacional e econômico do campo?

Para responder a questão sobre o que é a CFRG o seu projeto educativo trazemos o depoimento do monitor para esclarecer esse aspecto:

A Casa Familiar Rural é uma instituição que tem quatro esteios: a **Associação**, que são as famílias que dirigem, coordena todo o processo através de suas assembléias, de seus conselhos; o **Objetivo** maior que é o desenvolvimento sustentável; a **Formação dos jovens por Alternância**, a pedagogia da Alternância; e as **Famílias** que participam e gerenciam o processo. Se ela não tem esses quatro esteios de sustentação então ela deixa de ser uma CFR (Alaércio, monitor da CFRG).

Constatamos através da pesquisa que a CFRG de Gurupá apresenta esses quatro pilares ou esteios, a Associação primeiro esteio, foi fundada em 1998 e desde então passou a constituir-se num passo significativo para a implementação e funcionamento da CFR, além disso, tem cumprido papel importante na gestão do projeto, e seus espaços de decisão são mediados pelo diálogo e pela negociação visando sempre o êxito da referida Casa. A Associação da CFRG pertence à Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR/Norte- Nordeste) e da ARCAFAR- PA, que inclusive foi fundada em assembléia na Casa Familiar Rural de Gurupá.

No que diz respeito ao segundo pilar referente ao objetivo da CFRG, a pesquisa evidenciou que um conjunto de práticas e técnicas desenvolvidas no seu ambiente educativo tem repercutido na realidade local, provocando mudanças, inovações e novas perspectivas de vida e de desenvolvimento econômico e social. Pois envolve também a elevação da auto-estima do jovem, possibilitando mudanças na relação familiar, antes o

jovem era visto com pouca importância, a partir da Casa ele passa a assumir um papel de destaque e muitas vezes até central, modificando a estrutura familiar tradicionalmente centrada no poder do Pai.

Em relação ao terceiro pilar a Formação por Alternância, ficou evidente que a prática didático-pedagógica é orientada pela Pedagogia da Alternância, onde os jovens não só alternam o tempo escola-comunidade, mas utiliza-se de um conjunto de recursos (pesquisa participativa, plano de estudo, plano de formação, visita de estudo, atividades práticas de campo, etc.) que possibilitam uma formação integral, capaz de provocar mudanças no jovem, na família e na comunidade.

Podemos constatar com a pesquisa de campo que a CFRG passa a influenciar não só as famílias dos jovens que lá estudam, mas a comunidade onde os jovens estão inseridos, passando esta a ser vista como um espelho, a grande referência para novas experiências, e com isso vai inovando e modificando o jeito de produzir dos agricultores locais, criando nova cultura. O envolvimento dos jovens na sua comunidade é um dos fatores que tem favorecido a disseminação de novas experiências e tecnologias junto aos agricultores.

Há que se destacar que a formação dos jovens do campo através da CFRG se orienta por uma perspectiva emancipatória, onde estes passam a ser vistos como agentes produtores de cultura e protagonistas de sua história. As entrevistas com os dois alunos que estavam desde a primeira turma e atualmente estão cursando o ensino médio deixam clara a sua confiança na formação advinda da Casa, mas, sobretudo, na capacidade que eles possuem em modificar o rumo de sua história, passando a perceber que o conhecimento pode ser vetor estratégico de desenvolvimento e de melhorias no campo.

No que se refere ao quarto pilar a Família, sua participação tem sido motivada através das Assembléias, encontros, formações, bem como na responsabilidade em assumir funções no Conselho da Associação, estando envolvida principalmente, nas decisões relativas à gestão da Casa e na formação dos jovens, os temas geradores, por exemplo, são discutidos também pelos pais e isso cria uma maior responsabilização destes com a formação de seus filhos.

Portanto a Casa Familiar Rural de Gurupá visa construir um “projeto de Desenvolvimento econômico para o campo gurupaense” e utiliza a educação como

ferramenta para alcançar seu objetivo. Educação e desenvolvimento constituem-se elementos interligados, a CFRG desenvolve um modelo de educação que eleva a confiança do jovem em si mesmo, colocando-o na direção dos processos inovadores locais e na condução das organizações, formando os possíveis gestores futuros e condutores da política local.

Percebemos, que a CFRG tem se preocupado não só com formação técnica dos jovens, mas com a formação política, formação dos novos dirigentes político-social, ou seja, pessoas capazes de intervir, propor, questionar, participar ativamente na política local. Serão eles os novos dirigentes municipais? Serão eles que irão conduzir o movimento social de gurupá?

O envolvimento dos jovens-estudantes da CFRG nas organizações sociais, tanto na Pastoral da Juventude da Igreja Católica, na direção do STR, na Cooperativa Mista Agroextrativistas de Gurupá, nas Associações Quilombolas, nas Comunidades de Base, quanto no envolvimento na gestão do Plano de Uso de suas localidades, evidencia o tipo de homem e mulher que a CFRG está formando para a condução do projeto de desenvolvimento do campo gurupaense.

No que diz respeito à relação de parceria que a CFRG estabelece com atores locais, e sua contribuição com campesinato local na perspectiva de fortalecimento de um projeto de desenvolvimento educacional e econômico do campo, podemos inferir que:

✓ **As parcerias são uma conquista** da CFRG na luta pela democratização da educação e do desenvolvimento do campo. Elas não acontecem por uma ação espontânea dos parceiros, elas são provocadas, exigidas por parte da CFRG. Ressaltamos isso, para deixar explicado, que essas relações de parceria são produtos de pressão, mobilização, tensão e conflitos, uma vez que o Estado tem cada vez mais se desresponsabilizado na garantia de direitos essenciais à população.

✓ **A natureza jurídica da Casa Familiar Rural na oferta da educação do campo** é de caráter Pública Não Estatal, isso tem favorecido a implementação de parcerias com o Estado, passando este a transferir recursos públicos de modo garantir funcionamento da CFRG, uma vez que a falta de recursos para a manutenção e desenvolvimento de suas atividades constitui-se um entrave à expansão e a democratização de seus serviços. Neste sentido, dependendo dos agentes envolvidos e de seus reais interesses, esse tipo de parceria

pode estar a serviço de uma lógica privatista da coisa pública, mas neste caso, concluímos que ocorre o posto, aqui ela representa aquilo que Munarim (2005, p. 29) expressou “*um jeito novo e eficiente de produção de uma nova cultura política que potencialmente funda bases de transformação da relação Estado - Sociedade no todo*”.

✓ **A CFRG consegue manter a sua Autonomia política e pedagógica em relação aos parceiros.** O fato de receber recursos do Estado e de organizações não governamentais, não interfere nos seus objetivos, princípios e metodologia. Isso significa que a Casa não está refém e submissa aos seus parceiros, pelo contrário dialoga e interage com eles, em condições de negociar, discordar e tensionar em busca de consensos.

✓ **As parcerias têm favorecido o nascedouro de políticas públicas.** A partir da constituição de uma rede de parcerias, a CFRG tem proposto e executado políticas públicas locais (Manejo de Açaí, ensino fundamental, Ensino Médio Técnico, viveiros familiares para a criação de peixes, diversificação da produção) e isso tem surgido e se disseminado nas comunidades a partir da Casa, mas só tem sido possível dada a possibilidade de composição de parcerias que passam a atuam em sinergia na construção do desenvolvimento local sustentável.

✓ **Tem fortalecido a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário no campo.** Neste, a relação entre a CFRG e a Secretaria de agricultura, por exemplo, tem gerado possibilidades alternativas na questão da produção e no desenvolvimento sustentável, a CFRG passa a ser uma aliada importante na conquista de políticas públicas para o campo, através da motivação à participação e ao envolvimento da comunidade nos assuntos ligados ao desenvolvimento local. A Casa tem tido um papel de animadora da política de desenvolvimento econômico do campo através da participação no Conselho de Desenvolvimento Rural. Orientando os trabalhadores em relação à obtenção de financiamento, discutindo junto a instituições financeiras os tipos de projetos financiáveis, orientando como realizar a certidão de aptidão ao PRONAF (DAP), bem como criando e disseminando tecnologias apropriadas a realidade local.

✓ **Essa possibilidade da ação conjunta favorece o aprofundamento democrático,** e isso só é possível a partir da garantia do princípio de participação da sociedade, uma participação ativa que possibilita a constituição de um cenário político local propício à idéia de que os espaços públicos bem como o poder do Estado podem ser compartilhados com a sociedade.

A relação com o Poder público em Gurupá é favorecida pelo fato deste se constituir num governo de frente democrático popular, cujas, principais lideranças, vieram do campo e atuaram ou atuam no STR e /ou nas Comunidades de Base da Igreja Católica, por isso possuem maior sensibilidade com essa causa. Essa relação pode modificar de acordo com os agentes políticos que possam assumir o poder governamental local.

Enquanto isso, a relação do Conselho Paroquial e CFRG é permeada por um certo tensionamento. De um lado, a Igreja questionando se a CFRG está realmente sendo fiel aos seus princípios originários na formação dos agricultores, e também sobre o acesso à CFRG que é muito restrito. De outro lado, a CFRG acreditando que o Conselho Paroquial, através do Pe. Giulio, não dá o apoio necessário ao desenvolvimento da Casa, sendo muitas vezes duro nas suas críticas. Mas o que ficou evidente, é que há de ambos os lados um respeito pelas instituições e pela trajetória de cada uma.

Já a relação com o SRT é embrionária, havendo uma caminhada conjunta, de apoio e contribuição, para que a CFRG obtenha êxito. Enquanto com o SINTEPP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará) não existe nenhum tipo de parceria ou vinculação com este sindicato. Na preparação da pesquisa acreditávamos que o SINTEPP por estar a frente da defesa da educação, possuísse uma articulação maior com a CFRG, mas a pesquisa evidenciou o contrário. O que há é o interesse individual de alguns professores da rede pública, em buscar na CFRG um pouco de formação e esclarecimento sobre como trabalhar temas geradores e outras atividades.

No decorrer da pesquisa, surgiu a FASE-Gurupá como uma parceira importante da CFRG, tendo contribuído nos projetos e na assessoria técnica à Casa, além desta entidade compartilhar dos princípios e do projeto de futuro para o campesinato gurupaense defendido pela CFRG. Neste contexto de parceria, a Casa passa a despontar como agente importante na constituição do Poder local, sua atuação tem lhe colocado ao lado dos três agentes mais importantes do cenário municipal: a Prefeitura, a Igreja Católica e o STR.

A Casa passa a compor esse cenário municipal interagindo, interferindo e influenciando no nascedouro de políticas públicas. Provocado mudanças na comunidade no jeito de produzir e de olhar a vida no campo: seja através da utilização de técnicas adequadas e viáveis à sua realidade, seja participando e envolvendo os agroextrativistas em projetos de desenvolvimento, na utilização racional e sustentável dos recursos naturais, na

melhoria da administração da propriedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do campo gurupaense.

Analisando as relações de parceria, percebemos que elas não se estabelecem sem conflitos, oposições e tensionamentos. Mas, o resultado dessas parcerias é que consideramos importante uma vez que traz para sociedade a possibilidades de acesso à determinadas políticas públicas, como por exemplo a oferta do ensino médio técnico pela CFRG.

Se compreendermos que a Sociedade Civil pode propor, gestar, executar, acompanhar e controlar políticas públicas entender-se-á a Casa Familiar Rural como uma política pública que emerge da Sociedade Civil e se consolida na *parceria* com o Estado. Onde o serviço ofertado pela Casa Familiar Rural é apropriado pela coletividade, ainda que não consiga atender a toda a demanda educacional dos jovens do campo. A ampla mobilização da sociedade gurupaense através dos conselhos, dos Congressos, conferências, jornadas pedagógicas, encontro de educadores, tem pressionado o Estado a olhar de maneira mais atenciosa e responsável para o campo, com vistas a garantir um direito básico e essencial á população: a educação, mas não qualquer educação, uma educação do e no campo, capaz de emancipar e transformar a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCAFAR/ NORTE E NORDESTE. **Programa de Educação Rural para o Pará.** Altamira-Pa, S/D.

ARCAFAR/ NORTE E NORDESTE. **Regimento da Unidade de Formação da Casa Familiar Rural.** Altamira-Pa, 2000 a.

ARCAFAR/ NORTE E NORDESTE. **Proposta Pedagógica das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará.** Altamira-Pa, 2000b.

ARCAFAR/PA. **Trabalho com Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais.** Disponível em http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Pedagogia_da_Alternancia.pdf (visitado no dia 23 de maio de 2009).

ATAS DO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS FAMILIARES DE FORMAÇÃO RURAL. **Juntos construímos o nosso futuro: Formação, Solidariedade, Desenvolvimento.** Bruxelas, 2000.

ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ. **Estatuto da Associação da Casa Familiar Rural do município de Gurupá.** Gurupá, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura.** Campinas/ São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.** Resolução CNE/ CEB Nº. 1, de 3 de Abril de 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação/CEB. **Parecer n.º 1, de 1º de fevereiro de 2006,** Brasília, 2006

_____. Conselho Nacional de Educação/CEB. **Resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008,** Brasília, 2008.

_____. **Lei n.º 9.637 de 15 de maio de 1998.** Brasília, 1998.

_____. **Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRZEZINSKI, Iria. (Org). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez: 2002.

CASA FAMILIAR RURAL. **Manual das Casas Familiares Rurais, nº 2.** Pierre Gilly (org). 1998.

CAMPOS, Edval Bernardino. **Conselhos de políticas setoriais no ambiente municipal: estudo de caso comparativo entre Ananindeua, Belém e Marituba** / – Belém, 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ e Universidade Federal do Pará, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.

BICO-Boletim Informativo Comunitário. Ano 1. nº. 5, 7. Conselho Paroquial. Gurupá, 1981.

_____. Ano 3. nº. 14, 15. Conselho Paroquial. Gurupá, 1984

_____. Ano 5. nº. 15, 16, 17, 18. Conselho Paroquial. Gurupá, 2000

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S.M.S.A de. **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, 2004. Coleção por uma Educação do Campo, nº. 5.

CONSELHO PAROQUIAL DE GURUPA. **Relatório do Tríduo do Setor Moju: Daí-lhes vós mesmos de comer**. Gurupá, 2003.

_____. **Relatório da XXXI Semana catequética: Nossas Organizações e a Vida do Povo**. Gurupá, 2003.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/ UNICAMP, 2002.

_____. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DAVIS, Nicholas. **O Público, o Privado e o Estatal no pensamento educacional brasileiro**. In: Revista Movimento. Fac. de Educação da Univ. Federal Fluminense, n. 8. Niterói, RJ 2003. Disponível em WWW.uff.br/feuff/...doc/pubprivadopensaeducafeuff.doc, acessado em 15 de maio de 2009.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Educação e Desenvolvimento Local. In: Ministério da Educação. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais da Educação/ Pró-Conselho**. Caderno de Referência 2. Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTO, Gaudêncio. In: MST. Boletim da Educação. **Educação no MST. Balanço 20 anos**, nº. 9 de dezembro de 2004. (entrevista) (p. 65-68)

_____. Fundamentos Científicos e Técnicos da relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, J. C.F.; NEVES, L. M.W. (orgs.) **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz/ EPSJV, 2006.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S.M.S.A de. **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, 2004. Coleção por uma Educação do Campo, nº. 5.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GUTIÉRREZ. Gustavo. **Teologia da Libertação**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1975.

GURUPÁ, PREFEITURA MUNICIPAL/ SEMED. **Parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Conselho Paroquial**. Gurupá, 2002.

_____. **Educação Pública Popular: compromisso com a vida e a cidadania**. Gurupá, 2003.

_____. **Relatório da Consulta Popular sobre Educação**. Gurupá, 2002

_____. **II Oficina de Planejamento estratégico da SEMED**. Gurupá, 2007.

_____. **Plano Municipal de Educação**. Gurupá, 2007.

HAGE, Salomão M. **A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Bragança/Pa, 2005. Disponível em www.pa.gov.br/.../procampo/. Acessado no dia 1 de julho de 2009.

HURTIENNE. Thomas. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão e Desenvolvimento Regional**. (Orgs) COELHO, M.C.N. et al. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 200.

Instituto Internacional de Educação do Brasil. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA** / Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.– Brasília : IEB, 2006.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (orgs). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção por uma Educação do Campo, nº. 4.

_____.NERY; MOLINA, M. M. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº. 1.

LESSARD-HÉRBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gerald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

LIMA, Licínio C. **A escola como Organização Educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Antonio Américo Biondi. Educação, Agricultura Familiar e Desenvolvimento na Amazonia. In: SCALABRIN, Rosemeri. CORDEIRO, Geogina kalife (orgs). **Educação Cidadã: a experiência do PRONERA na Transamazônica**. Belém: Nossa Gráfica, 2005.

LOPES, Robson Wander Costa. **Folias, IrmandadeS e Festejos: transformações e Resistência do catolicismo Popular em Gurupá/PA**. Belém: Universidade Estadual do Vale do Acaraú, 2004. (Monografia)

_____. **STR: um instrumento importante nas mãos do povo**. V Congresso do STR de Gurupá, Dezembro de 2002.

LÖWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Cortez ed. São Paulo, 1991

MUNARIM, Antonio. Parceria uma faca de muitos gumes In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.362p. – (Coleção educação para todos; 3).

MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____, JESUS, S. M. S. A. **Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília- DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 5.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Henrique Borges. **Ribeirinhos e Roceiros: Gênese, Subordinação e Resistência Camponesa em Gurupá-Pa**. Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – USP: São Paulo, 1991. (Dissertação)

OLIVEIRA, Francisco de Assis Furtado. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 85-96. (Coleção Eduardo Galvão).

PETIT, Pere. **A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boitempo; Belém: NAEA, 1996.

PACE, Richard. **Os caboclos da Amazônia: o que há por detrás deste nome?** Departamento de Sociologia e Antropologia- Middle tennessee University. 1997.

PASSADOR, Cláudia Souza. Projeto Escola do Campo: Casa Familiar Rural do Estado do Paraná. In: **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. (Orgs). FARAH. Marta Ferreira Santos; BARBOZA. Hélio Batista. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1934 - **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

_____. GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: o Público Não-estatal. In Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

_____. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, Luis Carlos Bresser; SPINK, Peter (orgs). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FVG, 2001, p. 21-38.

PINTO, Jorge. Manejo Comunitário de camarões de água doce por ribeirinhos da Amazônia. In: **Revista Agriculturas: experiência em Agroecologia**. AS-PTA; ILEIA.Vol. 2, nº. 4, dezembro de 2005.

ROMANO. J. O; ANDRADE, M.P; ANTUNES, M (orgs). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, João Francisco de. **A democracia dos Movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México**. 2ª ed. Recife: Bagaço; Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPE (NUPEP), 1999.

SOUZA, Orlando Nobre Bezerra de . Educação do Campo e Poder Local na Amazônia: Articulações e Possibilidades. In: GEMAQUE, R. M.O, R. N.(Orgs). **Políticas Públicas Educacionais: o governo Lula em questão**. Belém:CEJUP, 2006.

SILVA, Lourdes Helena da. **As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias?** Viçosa:UFV, 2003.

SERRANO. Gloria Péres. Modelos o Paradigmas de análises de La Realidad. Implicaciones Metodológicas. In: **Investigaciones Cualitativa. Retos e Interrogantes**. Madri: La Muralla,1994.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci**. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº. 66, Abril/ 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Regularização Fundiária: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá**. NAEA/UFPA, 2006 (Tese).

WANDERLEY, Luiz E. **Uma proposta inovadora: o público não-estatal**. Serviço Social e Sociedade, v. 86, jul. 2006, p. 78-89.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo,1988.

ZAYAS, E.L.B.; MONTAYA, J.M. **El Estudio de Casos: Fundamentos y Metodología**. Universidad Nacional de Educacion a Distancia, 1995.